



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO –
PLADES



**AÇÕES E POLÍTICAS DO ESTADO E DA SOCIEDADE ACERCA
DA GERAÇÃO DE RENDA NA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DE SOURE/MARAJÓ – PA**

Belém – PA
2006

GUILHERME DA SILVA SANTOS JÚNIOR

**AÇÕES E POLÍTICAS DO ESTADO E DA SOCIEDADE ACERCA
DA GERAÇÃO DE RENDA NA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DE SOURE/MARAJÓ – PA**

Belém – PA
2006

Santos Júnior, Guilherme da Silva

Ações e políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure / Marajó – PA/Guilherme da Silva Santos Júnior; orientador, Ligia Simonian. – 2006.

178 f.: il.; 28 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, PLADES, Belém, 2006

1. Reserva Extrativista Marinha de Soure (PA). 2. Políticas públicas. 3. Renda. 4. Emprego. I. Título

CDD: 21 ed. 331.125098115

GUILHERME DA SILVA SANTOS JÚNIOR

**AÇÕES E POLÍTICAS DO ESTADO E DA SOCIEDADE ACERCA
DA GERAÇÃO DE RENDA NA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DE SOURE/MARAJÓ – PA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA/UFPA, como requisito para obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian.

Belém – PA
2006

GUILHERME DA SILVA SANTOS JÚNIOR

**AÇÕES E POLÍTICAS DO ESTADO E DA SOCIEDADE ACERCA
DA GERAÇÃO DE RENDA NA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DE SOURE/MARAJÓ – PA**

ORIENTADORA

ASSINATURA

Prof^{ta}. Dr^a. Ligia T. L. Simonian (NAEA-UFPA)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurílio Monteiro (Examinador interno – NAEA-UFPA)

Prof^{ta}. Dr^a. Ana Laura Sena (Examinadora externa – IESAM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram para tornar este trabalho possível.

Inicialmente, agradeço à UFPA e ao NAEA pela oportunidade de ter cursado o PLADES.

À minha orientadora, Ligia T. L. Simonian – Ph. D. e pós-doutora, por seus conhecimentos e disposição.

Aos moradores das comunidades de Caju-Una, Vila do Pesqueiro e Céu e respectivos líderes de associações; ao Governo Municipal de Soure, na pessoa de seus Secretários Municipais de Administração e de Abastecimento, respectivamente Sr. Carlos Eduardo da Silva Barbosa e Sr. Luís Felipe de Souza Rodrigues; ao presidente da Colônia de Pescadores de Soure (Z-1), Sr. Waldecir da Silva Maciel; ao presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS), Sr. Waldemil da Gama Medeiros, o Vazinho; à proprietária da fazenda Bom Jesus, Sra. Eva Aboufayad.

Aos colegas de trabalho do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), em Belém, pelas informações prestadas sempre que necessário.

Todas essas pessoas colaboraram para a elaboração desta dissertação, disponibilizando seu tempo para entrevista.

A meus colegas do NAEA, que se prontificaram a ajudar-me quando necessário, em especial a Massoud Tufi Salim Filho, pelas importantes lições na elaboração de gráficos e tabelas; à minha amiga Márcia Cristina Sarges de Oliveira, pelo incentivo e auxílio, seja com material emprestado ou por meio de sugestões e disposição em ajudar.

À Lina, minha esposa, pela compreensão nos momentos de esforço concentrado e ausências. Em mais uma etapa da vida, fomos bem sucedidos ao realizar algo marcante juntos.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Guilherme (*in memoriam*) e Auristela, fonte dos primórdios dos meus conhecimentos e valores.

Ao Efraim, meu filho, fonte de estímulo na luta por um futuro melhor.

EPÍGRAFE

"A diferença básica entre um homem comum e um guerreiro é que um guerreiro toma tudo como desafio, enquanto um homem comum torna tudo como bênção ou como castigo" (Autor desconhecido).

RESUMO

Geração de renda é questão que se revela plena de complexidades e importante na busca de ações e políticas que viabilizem a sustentabilidade na unidade de conservação de uso sustentável denominada Reserva Extrativista (RESEX). No intuito de dar suporte a esse argumento, este trabalho faz uma conexão entre o efeito da renda e a autonomia dela proveniente. Além disso, propõe que para que renda seja gerada, haja também a criação de emprego. Vários conceitos são apresentados para o embasamento histórico e teórico. A ligação entre emprego e renda se estabelece por meio da análise de variáveis coletadas em pesquisa de campo em Caju-Una, Céu e Vila do Pesqueiro, as três comunidades existentes dentro da área da reserva, que é a RESEX de Soure. Tais variáveis, relacionadas a indicadores como idade, nível educacional, renda e gênero, integram o perfil sócio-econômico do cenário da área de estudo, em que vários atores sociais se fazem presentes. Apesar dos conflitos inerentes ao relacionamento entre esses diferentes atores, detectaram-se pontos de convergência que auxiliam no processo de geração de renda no âmbito das comunidades, com o objetivo de beneficiar a todos os atores.

PALAVRAS-CHAVE: reserva extrativista; políticas públicas; geração de renda; emprego; atores.

ABSTRACT

Income generation is a question that reveals itself plenty of complexities and importance while searching for actions and public policies that permit sustainability in the conservation unit of sustainable use called Extractive Reserve (RESEX). To support this argument, this work makes a connection between the effects of income and the autonomy that rises from it. Besides, it is proposed that, for income to be generated, employment has to be created as well. Various concepts are presented for the historical and theoretical analysis. The link between employment and income is established by means of analysis of the variables collected from field research in Caju-Una, Céu and the Pesqueiro village, the three communities inside the reserve area, the Soure RESEX. Such variables, related to indicators as age, educational level, income and genre, are part of the social-economic profile of the area studied, in which many social actors coexist. Despite the conflicts caused by the relationship among these actors, it was found an effort to establish points of accordance that facilitate the goal of generating income in the communities, in a way to benefit all actors.

KEY-WORDS: extractive reserve; public policies; income generation; employment; actors.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Acre
ACS	Associação dos Caranguejeiros de Soure
AL	Amostra Local
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
AMCC	Associação de Moradores da Comunidade do Céu
ARPA	Áreas Protegidas da Amazônia
ASMUBT	Associação dos Moradores do Bairro Tucumanduba
ASMUPESQ	Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro
ASPEPE	Associação dos Pescadores do Pesqueiro
ASSUREMAS	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
CNP	Confederação Nacional dos Pescadores
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
DADS	Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável
DOE	Diário Oficial do Estado
ECO 92	Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ESREG	Escritório Regional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEPA	Federação Estadual dos Pescadores do Pará
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial
GRPU	Gerência Regional de Patrimônio da União
Ha	Hectare

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instrumento de Controle
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IE	Instrumento Econômico
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
KEPA	Centro de Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento
KfW	Banco de Desenvolvimento Alemão
LCA	Lei de Crimes Ambientais
MEGAM	Projeto Estudo dos Processos de Mudança no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental
MPE	Micro e Pequenas Empresas
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Pará
PIA	População em Idade Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PMS	Prefeitura Municipal de Soure
PND	Política Nacional da Biodiversidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Sócio-ambiental da Produção Familiar Rural
PROEMPREGO	Programa de Extensão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Reforma Agrária
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
S/A	Sociedade Anônima
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SC	Santa Catarina
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEAP	Secretaria Especial de Pesca

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SM	Salário Mínimo
SNUC	Sistema Nacional de Gerenciamento de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UEI	Unidade de Ensino Infantil
UFPA	Universidade Federal do Pará
UPI	Unidade de Conservação de Proteção Integral
UUS	Unidade de Conservação de Uso Sustentável
WCED	Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente
WWF	World Wildlife Foundation
Z-1	Colônia de Pescadores de Soure

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Localização da RESEX Marinha de Soure no contexto da ilha de Marajó e do estado do Pará	17
Figura 1: Embarcação típica da RESEX	53
Figura 2: Matapi, ou manzuá	57
Figura 3: Reserva Extrativista Marinha de Soure em sua extensão costeira	58
Figura 4: Comunidade de Caju-Una	62
Figura 5: Artesanato, uma das atividades de Caju-Una	64
Figura 6: Artesanato de Vila do Pesqueiro	66
Figura 7: Comunidade de Vila do Pesqueiro	67
Figura 8: Comunidade do Céu	70
Figura 9: VI reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Soure (26/08/2006)	92
Figura 10: Colônia de Pescadores de Soure (Z-1)	94
Figura 11: Porcentagem mulheres e homens por faixa etária na RESEX/Soure, por faixa etária	100
Figura 12: Porcentagem de jovens, adultos e idosos na RESEX	102
Figura 13: Divisão da população da RESEX por ocupação geradora de renda	107
Figura 14: Motivos de Êxodo em famílias da RESEX/Soure (2005)	110
Figura 15: Motivos para evasão escolar de estudantes da RESEX por ocupação	112
Figura 16: Principais fontes de renda em cada uma das comunidades da RESEX/Soure	115

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: Reservas Extrativistas florestais no estado do Pará	32
QUADRO 2: Reservas Extrativistas marinhas no estado do Pará	33
QUADRO 3: Perfil sócio-econômico dos pescadores filiados a Colônias de Pescadores na ilha de Marajó e da média estadual	49
QUADRO 4: Espécies de peixes capturadas pelos pescadores da RESEX Marinha de Soure	60
Tabela 1: As 10 espécies mais capturadas na Mesorregião do Marajó e no estado do Pará	50
Tabela 2: Divisão da população da RESEX por faixa etária	100
Tabela 3: Divisão da população da RESEX por grau de instrução e sexo	103
Tabela 4: Divisão da população de cada uma das comunidades da RESEX de acordo com o número de pessoas cursando o ensino fundamental	104
Tabela 5: Divisão da população da RESEX/Soure por ocupação	105
Tabela 6: Ocorrências de êxodo em famílias das comunidades da RESEX/Soure	108
Tabela 7: Motivo de mudança de parente em famílias da RESEX/Soure	109
Tabela 8: Evasão escolar nas comunidades da RESEX/Soure	112
Tabela 9: Principais fontes de renda na RESEX/Soure	114
Tabela 10: Classificação das famílias de acordo com a renda familiar em salário mínimo na RESEX/Soure	116
Tabela 11: Origem do problema de geração de renda na RESEX/Soure	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ANTECEDENTES TEÓRICOS	30
2.1 RESERVA EXTRATIVISTA: DO INÍCIO AOS DIAS ATUAIS	30
2.2 ASPECTOS LEGAIS	34
2.2.1 Sustentabilidade e extrativismo	40
3 PERSPECTIVAS AMBIENTAIS	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	44
3.1.1 Arquipélago de Marajó	46
3.1.2 Soure	51
3.1.3 Reserva Extrativista Marinha de Soure	52
3.1.4 O cenário da pesca na RESEX	54
3.1.5 Comunidade de Caju-Una	62
3.1.6 Comunidade de vila do Pesqueiro	66
3.1.7 Comunidade do Céu	69
4 POLÍTICAS PÚBLICAS	72
4.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	72
4.2 HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	73
4.3 ATORES SOCIAIS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS	75
4.4 INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS	78
4.5 MODELOS DE POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE RENDA	79
4.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	81
4.7 AÇÕES E POLÍTICAS DO ESTADO NA RESEX MARINHA DE SOURE	84
4.7.1 HISTÓRICO DAS ATIVIDADES RELATIVAS À RESEX	84
4.8 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	85
5 AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	87
5.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE ESTUDO	87
5.2 ASSUREMAS	90

5.3 COLÔNIA DE PESCADORES DE SOURE	93
5.4 ASSOCIAÇÃO DOS CARANGUEJEIROS DE SOURE	95
6 DISCUSSÃO SOBRE GERAÇÃO DE RENDA NA RESERVA	96
6.1 DESIGUALDADE E PROBLEMAS SOCIAIS NA ÁREA DE ESTUDO	96
6.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES DA RESEX	97
6.2.1 Métodos	97
6.2.2 Resultados	99
6.2.2.1 Faixa etária	99
6.2.2.2 Grau de instrução	103
6.2.2.3 Ocupação	105
6.2.2.4 Êxodo na comunidade	108
6.2.2.5 Evasão escolar	111
6.2.2.6 Renda principal	114
6.2.2.7 Renda familiar	116
6.2.2.8 Problemas para geração de renda	117
7 CONCLUSÕES	119
REFERÊNCIAS	132
Lista de Apêndices e Anexos	
Apêndice 1 – Formulário “Comunidades”	144
Apêndice 2 – Questionário Instituição Pública	147
Apêndice 3 – Autorização do Órgão Responsável pela RESEX/IBAMA	148
Apêndice 4 – Autorização do Órgão Responsável pela RESEX/ASSUREMAS	149
Anexo 1 – Plano de Utilização dos usuários da RESEX	150
Anexo 2 – Decreto de criação da RESEX Marinha de Soure	156
Anexo 3 – Estatuto da RESEX Marinha de Soure	158
Anexo 4 – Regimento interno da RESEX Marinha de Soure	165
Anexo 5 – Portaria de criação da RESEX	168
Anexo 6 – Ata de posse do Conselho Deliberativo	169
Anexo 7 – Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo	172
Anexo 8 – Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo	175

1 INTRODUÇÃO

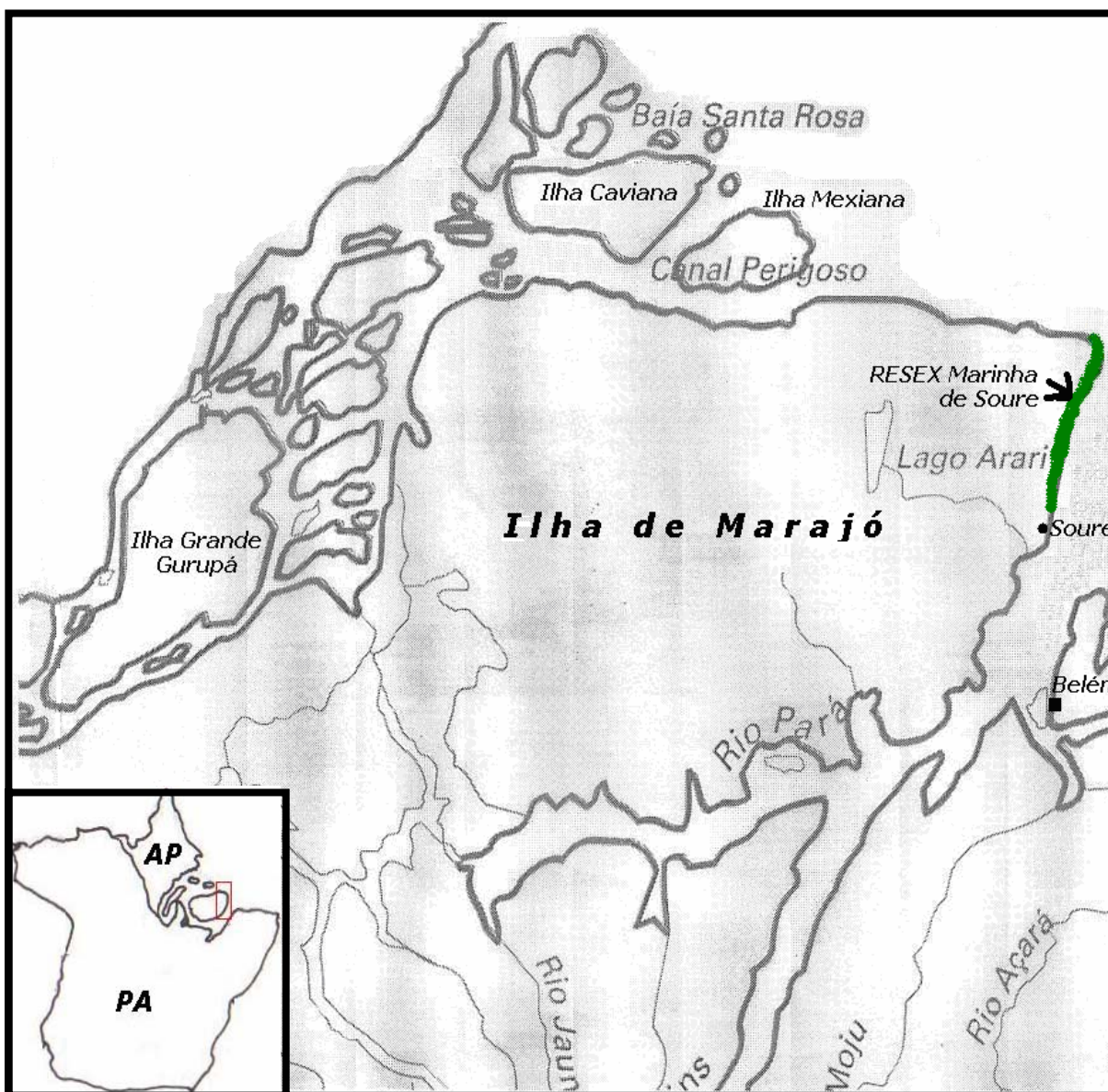
A problemática da relação entre geração de renda e ações e políticas do Estado e da sociedade vem sendo mais e mais discutida. Nestes termos, Rêgo (1999) e Sachs (2003) são alguns dos autores inseridos nessa discussão, tratando, respectivamente, da sustentabilidade do extrativismo em populações tradicionais e de uma transformação quanto ao desenvolvimento rural rumo à sustentabilidade. Assim, pressupõe-se que os atores envolvidos participam do processo de geração de renda. A pesquisa enfocará esta realidade desde a Unidade de Conservação (UC) denominada Reserva Extrativista (RESEX), no caso em estudo, a RESEX Marinha de Soure (Mapa 1) ou RESEX Maruanazes. Os dados disponíveis indicam que as instituições estatais e não-estatais envolvidas no processo de criação e implantação desta UC, bem como seus usuários, são em parte responsáveis pelo sucesso e problemas da área. Com a pesquisa, espera-se contribuir para a identificação do cenário quanto aos problemas e perspectivas acerca de geração de renda.

Este trabalho se diferencia de outros pelo fato de focar as comunidades tradicionais no âmbito das políticas de geração de renda instituídas pelo Estado, bem como na esfera da sociedade civil organizada. Pretende-se estudar a importância do exercício da cidadania, aqui entendida como a participação dos moradores envolvidos, seja cobrando resultados, seja realizando os projetos em cuja elaboração tenha participado. Espera-se contribuir, assim, com mais uma fonte de dados para uso na gestão pública em conjunto com a comunidade local.

A RESEX Marinha de Soure passa por uma fase de transição, com questões a serem solucionadas, como a demarcação física e a implementação do Plano de Manejo. Tais circunstâncias a tornam objeto interessante de estudo devido ao aprendizado que se pode extrair nesse processo. Essa situação oportuniza que se contribua para a compreensão da ação isolada e conjunta dos atores envolvidos, em que pese a eventual fragmentação conflituosa de interesses.

O estudo das dificuldades para geração de renda envolverá a sugestão de medidas a serem tomadas para estimular a geração de renda, citando-se o combate a fatores negativos, como a desigualdade econômica. Segundo o Radar Social (MINISTÉRIO. Planejamento, 2005), no Pará, onde 43% da população vivem na pobreza absoluta, percebendo menos de um salário mínimo (SM) por mês. Uma das medidas mais eficazes

de combate a essa situação é a ação do Estado. Este, segundo Tanzi (2000), tem papel determinante na distribuição de renda. A condição social de desigualdade pode ser causa de doenças graves, como malária, dengue, chagas e leishmaniose (CASTRO; MARIN; COUTO, 2002), conhecidas como doenças da pobreza. Para que o combate a fatores negativos como esse seja concretizado, os recursos econômicos presentes na unidade de conservação seguirão, segundo o Plano de Utilização da RESEX (Anexo 1), as diretrizes do uso auto-sustentável.



Mapa 1: Localização da RESEX Marinha de Soure no contexto da ilha de Marajó e do estado do Pará.
Fonte: Modificado a partir de Ariza, s/d., Moreira, 1998 e <http://biblioteca.uol.com.br/atlas/mapa.htm?PA>.

A considerar-se essa orientação normativa, a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Soure em seu atual cenário tem os rumos das ações e políticas a ela aplicadas

ligados à geração de renda, direta ou indiretamente. As políticas públicas mais frequentes na área, sejam elas de cunho social ou econômico, tem em seu bojo a perspectiva de criação de renda. Isso pode ser constatado nos projetos existentes na região, como o Programa Luz no Campo, Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Fome Zero (PFZ), todos em âmbito federal e cursos de capacitação. No que se refere às ações, existe esforço na implementação de gestão compartilhada, com mudança nas relações sociais que visem o empoderamento das comunidades e conseqüente melhora na qualidade de vida. Todas essas políticas e ações, para que sejam bem sucedidas, contam com mais autonomia das comunidades em relação a outros setores.

Essa autonomia se fortalece com a geração de renda, objeto deste estudo. Entretanto, a maneira pela qual a renda é gerada merece aqui sua parcela de análise pelo fato de integrar a questão central desta dissertação: a geração de emprego é imprescindível nas políticas públicas e ações na RESEX Marinha de Soure? Essa questão se relaciona com o processo de criação de renda na área de estudo. Este pode se dar de maneira que cause dependência ou autonomia por parte da população envolvida. A dependência se dá quando existe apenas transferência de renda, ao passo que a autonomia é fruto da geração de emprego.

Para se chegar a uma resposta em relação à questão levantada no parágrafo anterior, consideram-se algumas premissas, confirmadas ou refutadas no decorrer desta dissertação. Primeiramente afirma-se que, para que haja geração de renda nessa RESEX, é necessária a implementação de políticas públicas destinadas ao aumento e/ou melhoria das opções de trabalho na RESEX. Em consonância com essa afirmação, entende-se que o manejo sustentável dos recursos naturais regionais contribui para a qualidade de vida e geração de renda. Finalmente, a integração entre os atores envolvidos no cenário de estudo estimula a melhoria da qualidade de emprego e a geração de renda.

A respeito desse último ponto, infere-se que o processo de geração de renda depende das ações e políticas tomadas pelo Estado em conjunto com a sociedade. Essas atividades em conjunto têm como conseqüência a participação popular, ou seja, nas palavras de Demo (1990), o processo de conquista e construção organizada da emancipação social. A participação gera a conscientização dos direitos e deveres, que podem ser entendidas como favoráveis à geração de renda, uma vez que, conforme Haddad (1980, apud BANDEIRA, 1999), o cidadão esclarecido tende a colaborar para uma maior mobilização de recursos. Todas essas hipóteses discutem a participação dos reais interessados, a qual, no entendimento de Demo (1990), não pode ser obra de terceiros.

Essas premissas são analisadas em relação ao perfil das comunidades, desenhado a partir de características observadas. Divisão das comunidades por faixa etária, grau de instrução, ocupação, êxodo nas comunidades, evasão escolar e outros fatores considerados no momento da pesquisa de campo deste trabalho são variáveis relacionadas a geração de renda analisadas neste trabalho visando à compreensão, ainda que limitada, do processo de geração de renda na área de estudo. Estas variáveis são consideradas no contexto das ações e políticas do Estado e da sociedade. Pretendeu-se, assim, obter o conhecimento necessário para responder às afirmações pressupostas.

Quanto ao objetivo básico deste trabalho, pretende-se analisar de que maneira o Estado tem implementado políticas de geração de renda na RESEX Marinha de Soure e como a sociedade local legitima esse processo. Além disso, pretende-se inferir o grau de participação dos moradores locais nos programas de geração de renda; descrever a participação das comunidades da RESEX nos programas de geração de renda; e analisar as principais dificuldades enfrentadas pelo Estado e pelos usuários para a geração de renda sustentada. Assim, ao se fazer uma relação entre a questão do emprego e a geração de renda, procurou-se contribuir para a compreensão da problemática local, do relacionamento entre os moradores das comunidades aos atritos entre estes e outros atores.

A utilização sustentável de recursos disponíveis na área da reserva, incluindo-se o potencial turístico e pesqueiro, pode gerar renda e conseqüente melhora na qualidade de vida dos extrativistas. Cumpre-se, assim, parte da prioridade constante do Plano de Utilização da RESEX:

As entidades que participam da gestão da RESEX de Soure devem priorizar programas de capacitação, políticas públicas e projetos que contemplem as necessidades, aptidões e potencialidades das comunidades e dos ambientes que compõem esta unidade extrativista, com objetivo de desenvolver ações visando a melhoria da qualidade de vida, no que se refere à produção e geração de renda, saúde, educação, habitação, saneamento básico, lazer e cultura (PLANO, 2004, item 25).

Uma vez que a baixa qualificação profissional contribui para a baixa renda (MINISTÉRIO. Planejamento, 2005), faz sentido a hipótese de que a capacitação voltada para as especificidades locais de utilização dos recursos disponíveis pode contribuir de maneira decisiva para o estímulo à geração de renda.

De fato, até o momento e apesar de alguns avanços, as políticas e ações em torno da relação Estado-sociedade-natureza têm sido, nas palavras de Simonian (2000), geralmente negativas aos interesses sociais, em especial os das áreas de reserva. E, embora definidas e implementadas, as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade dos recursos naturais

em áreas de reserva distam muito de propostas idealizadas e apresentadas. Em que medida mudanças pró-natureza e pró-populações tradicionais vão ocorrer em futuro próximo, permanece uma incógnita, pois as estruturas mais amplas são de natureza neoliberal, portanto, vão contra tais interesses.

As técnicas de trabalho são mencionadas nesta dissertação pelo fato de contribuírem para a geração de renda. Estão intimamente ligadas a desenvolvimento, na medida em que influem diretamente a dinâmica do emprego e renda.. Oliveira (2006) destaca o que chama os “três Ts do desenvolvimento”: tecnologia, talento e tolerância. A tecnologia aqui mencionada pode estar ligada aos materiais utilizados pelos artesãos, além de novas técnicas de exploração da fauna e flora. O talento se refere ao preparo técnico que torna o membro de determinada comunidade apto ao manuseio das tecnologias. A tolerância é a capacidade de se trabalhar em grupo, característica de importância evidente na região frente aos constantes conflitos entre os atores.

Neste ponto, é de se ressaltar a importância de um estudo dos diferentes modos de geração de renda para que se proponham os mais adequados à realidade local. Esses diferentes modos podem ser utilizados de maneira articulada. A levar-se em conta a realidade local, pode-se afirmar que a biodiversidade é um desses modos. A renda na RESEX em estudo, ou, em escala maior, no meio rural, pode ser incrementada com o gerenciamento dos recursos naturais. Para Sachs (2003), atividades como a reciclagem do lixo e de materiais, o aproveitamento dos resíduos vegetais e a conservação da água e da energia constituem um campo de atividades que promove uma melhor qualidade do meio ambiente e uma redução simultânea do consumo de energia e recursos naturais não renováveis, pois se utilizam de grande contingente de mão-de-obra.

Uma das conseqüências da realização deste trabalho poderá ser a inserção de seus resultados ao estado da arte (conhecimento acumulado) da pesquisa na região, principalmente sobre ações do Estado e da sociedade civil na RESEX. No que se refere à pesca, estudos já realizados sobre essa atividade estão estritamente ligados às necessidades sócio-econômicas do homem marajoara, dada a importância que essa modalidade econômica ocupa na região. No intuito de se obter sucesso na ação das políticas públicas, necessário se faz a ação da sociedade civil e da própria comunidade da Reserva.

Por certo, ainda que haja dificuldades para a participação efetiva da população de uma RESEX, como as citadas por Bailey (1996) e Peluso (1992), a presença e intervenção de movimentos sociais são da maior importância no papel de “capital social” (PUTNAM, 1996). Sua participação, inclusive, é essencial para que haja mudança no quadro da renda.

Estudar as relações governo-comunidade em Soure é instrumento útil para que se tenha subsídios na tomada de decisões que possam vir a gerar renda de maneira sustentável em UC as mais diversas e na região.

A metodologia adotada teve início com a contextualização de conhecimentos adquiridos nas disciplinas ministradas em sala de aula e, na seqüência, partiu-se para os trabalhos de campo. Para a articulação da pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados, adotou-se o critério de Oliveira (1996), das três etapas de apreensão dos fenômenos sociais foram utilizadas: duas etapas do “estando lá”, o olhar e o ouvir; e uma etapa do “estando aqui”, o escrever, etapa do exercício do pensamento. Com base em Simonian (2007), trabalhou-se, também, com a documentação e pesquisa fotográfica, embora muito ainda se possa fazer nesse campo quanto à RESEX Marinha de Soure.

Na etapa do olhar, o objeto de estudo, já previamente alterado pelo esquema conceitual da formação teórica, foi visto com um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível, ou seja, pelo preparo acadêmico dado pelas disciplinas ministradas e pelo levantamento do estado da arte sobre o tema aqui tratado. No que se refere ao ouvir, foram obtidas explicações dadas pelos próprios membros da comunidade estudada, por meio das entrevistas. Estas, no intuito de se chegar a uma relação preferencialmente dialógica, foram conduzidas de maneira a ver no pesquisado, sempre que possível, um interlocutor, em vez de informante. Para tanto, procurou-se ouvir e ser ouvido, com o cuidado de interferir o menos possível no discurso do entrevistado devido à possibilidade sempre presente de interferência nos contextos de pesquisa.

Com esta interação, pretendeu-se chegar à observação participante, ou seja, a uma situação em que há troca de idéias e informações e aceitação da pesquisa por parte da sociedade pesquisada. Observou-se, porém, a advertência de Cardoso (1986) quanto aos métodos quantitativos e qualitativos de se ver a realidade. Na etapa do escrever, após a pesquisa de campo, os dados coletados foram textualizados, tendo-se a intenção da participação da comunidade local nessa fase, baseando-se na afirmação de Apel (1985, apud OLIVEIRA, 1996) de que o homem não pensa sozinho, mas o faz socialmente. Essa maneira de prestar contas do andamento do trabalho aos moradores locais visa a uma integração e colaboração destes com a pesquisa, além de se procurar praticar a chamada antropologia polifônica, dando-se espaço para a voz dos atores.

Acerca da imagem, da fotografia, o uso em ciência já é antigo, mas nestes tempos contemporâneos se impõe, principalmente devido à disseminação dos instrumentos e tecnologias especializados. Como posto por Simonian (1996), a utilização dessa tecnologia

na produção científica sobre a Amazônia se consolidou no século XIX devido em parte ao exotismo atribuído aos recursos naturais, aos habitantes e à cultura. A interpretação dessas dimensões regionais passou a contar com a contribuição fotográfica, tecnologia cujas possibilidades múltiplas de análise a tornaram fundamental na elaboração de documentos e imagens. Seja pelo seu potencial em replicar fragmentos ou instantâneos da realidade, seja pela sua importância com base simbólica ou iconográfica, a fotografia tem sido incorporada pelo cientista em seus projetos de pesquisa.

Percebeu-se que a divergência, por parte dos atores envolvidos, de concepções acerca de alguns aspectos relacionados direta ou indiretamente à geração de renda na RESEX de Soure exprime cuidados no momento de proceder à metodologia aplicada, sob pena de se causar descrédito dos resultados na visão de alguns desses atores. Esse cuidado deve ser tomado no momento da análise de conflitos sobre disputas pelo direito de uso de recursos naturais, problema que, para Lima (2002), são comuns nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UUS). Tais conflitos podem dar origem a outros, e o pesquisador eventualmente é visto com desconfiança por uns e como uma esperança por parte de outros atores, um porta-voz dos anseios e carências destes, o que, como dito por Cardoso (1986), reduziria a pesquisa à denúncia.

Em vista desse ambiente de disputa, é importante seguir algumas orientações. Para o bom resultado do trabalho, aconselha-se que o entrevistador aprenda a ouvir discursos concebidos em diferentes sintaxes culturais e que adote a postura indicada por Borba (1981), de humildade dos que realmente querem aprender e descobrir. Para Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (1999), os erros das suposições em relação às hipóteses dos problemas são admitidos como possíveis. Houve naturalmente a dificuldade enfrentada por Malinowski (1967) de reter a própria identidade e ao mesmo tempo se envolver o máximo possível nos assuntos da sociedade local. Em relação a isso, adota-se aqui, ainda consoante Malinowski (1967), a postura de que o pesquisador pode afetar certos aspectos da vida da sociedade em estudo e ser por eles afetado.

A etapa do escrever, ou seja, do raciocínio e elaboração de conclusões dos fatos verificados, teve por base autores utilizados pela metodologia científica contemporânea. Ensinamentos de Duhem (1954, apud ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 1999) levam a crer que haverá, para o cumprimento dos objetivos propostos, um esforço de interpretação teórica dos fatos observados. Existe, porém, uma limitação, verificada por Borda (1981): os problemas sociais exigem, para explicação e solução, níveis complexos de análise que ultrapassam qualquer área especializada.

A noção do cenário e dos atores envolvidos deu-se pela utilização de literaturas variadas. Realizaram-se consultas e análise a partir da literatura recomendada pelas disciplinas ministradas em aula, além de referências bibliográficas extra-classe oriundas de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e eletrônica, bem como arquivos de instituições públicas e privadas. Documentos como estatutos, atas de reunião do Conselho Deliberativo e audiências públicas, relatórios de atividades e outros, adquiridos no local da pesquisa, foram utilizados para o desenvolvimento das idéias do trabalho. Essas foram algumas das principais fontes utilizadas na pesquisa.

Utilizou-se também como fonte de informação dados provenientes de instituições com atuação na RESEX. Foram dados documentais e conversas junto ao Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), órgão ligado ao Banco da Amazônia S/A (BASA) e Banco do Brasil S/A (BB). A bricolagem de Lévi-Strauss (1989) foi um dos métodos utilizados no processo de sistematização e na análise dos dados coletados. A tarefa de articular dados provenientes de fontes diversas levou em conta a necessidade de se contextualizar as informações de acordo com o objetivo do trabalho.

Essas informações, analíticas e visuais, ajudaram na identificação dos limites e potencialidades para o desenvolvimento das comunidades tradicionais locais, bem como para uma melhor caracterização e análise dos acontecimentos. Em relação aos atores, houve destaque para os membros do Conselho Deliberativo da RESEX de Soure, que são definidos pelo art. 2º do respectivo Regimento (Anexo 4), bem como pela Portaria nº 76 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA (Anexo 5). Outras instituições, porém, relacionadas indiretamente com a região em estudo, foram consideradas, de acordo com o interesse para a consecução deste trabalho.

Foram realizadas inicialmente duas visitas a Soure, para efeito de *survey*. A primeira visita para coleta de dados documentais e de dados de trabalho de campo foi realizada de 28 a 30 de maio de 2005, e teve por objetivo estabelecer contatos iniciais com os setores envolvidos na dinâmica da unidade de conservação, tomando-se conhecimento inicial do cenário da pesquisa por meio da ampliação da percepção das contradições internas no processo de execução das políticas e ações. Para tanto, utilizou-se de entrevistas abertas e conversas informais com as lideranças civis, autoridades do poder público e representantes de órgãos executores e financiadores de projetos na área com o intuito de se coletar pontos de vista.

Esse procedimento, juntamente com as fontes bibliográficas consultadas, foi a base da elaboração dos questionários com questões abertas e fechadas que foram preenchidos posteriormente no momento da segunda visita realizada nas comunidades. Levou-se com conta, no momento do preenchimento dos questionários, que as perguntas fechadas e/ou objetivas tendem a bloquear o surgimento de dados novos e inesperados, além de tenderem a limitar a confirmação ou negação das hipóteses. Por essa razão, deu-se liberdade ao entrevistado para responder algumas perguntas livremente para que, a exemplo das entrevistas abertas, fosse estabelecida uma relação dialógica entre o pesquisador e o pesquisado.

Essa primeira viagem serviu tanto para se tomar conhecimento da realidade do lugar quanto para que fossem aplicados questionários introdutórios e realizadas entrevistas a representantes de instituições com atuação na área. Serviu também, como ensina Cardoso (1986), para a reformulação das hipóteses, dada a descoberta de novas pistas, levando ao melhoramento das entrevistas da segunda viagem. Ainda como fruto dessa primeira viagem, estabeleceu-se a delimitação geográfica para a realização dos trabalhos de campo. Seguiu-se o exemplo de McGrath et al. (1996) para a escolha da área. Utilizou-se como critérios:

- 1) a região efetivamente integrante da reserva;
- 2) a viabilidade de execução do projeto;
- 3) a facilidade de acesso; e
- 4) o tempo disponível para a execução do projeto como um todo.

Existe uma relação estreita entre a RESEX e as comunidades (a) do Pedral, adjacente à Reserva; (b) Tucumanduba, comunidade-bairro onde se localiza a Associação de Caranguejeiros de Soure (ACS) e muitas famílias que vivem dessa prática de pesca na reserva; e (c) Bairro Novo, que abriga, em Soure, o maior número de catadores de caranguejo-uçá, ou caranguejo-do-mangue (*Ucides cordatus*). Apesar desses fatos, essas três comunidades e bairros foram excluídos da delimitação geográfica porque se priorizou a área efetivamente parte da RESEX. Além disso, as dificuldades provenientes do dever de se cobrir toda essa região, com os moradores e associações nela inserida, comprometeriam o prazo de conclusão do trabalho, bem como sua qualidade. Serão, porém, mencionados sempre que convier ao bom andamento do trabalho.

Na segunda pesquisa de campo, mais longa e aprofundada, realizada de 11 a 26 de julho de 2005, foram procurados os moradores locais e representantes de instituições, nas três comunidades e na sede do município de Soure. Como na primeira viagem, foram

procurados os diferentes setores que atuam na área de estudo. Para o trabalho junto aos moradores, foi preenchido o formulário “Comunidades – Questionário” (Apêndice 1). As entrevistas junto ao BASA, Colônia de Pescadores Z-1 e representantes da Prefeitura de Soure seguiram basicamente o formulário “Questionário-Instituição Pública” (Apêndice 2).

Realizou-se, nessa viagem, entrevistas domiciliares por meio de questionário. Desse modo, objetivou-se colher informações em âmbito domiciliar, a qual constou de questionário de perguntas em percentuais iguais ou superiores a 33,33%, correspondente à Amostra Local (AL), termo aqui empregado para designar o grupo de entrevistados de cada uma das três comunidades, número suficiente para o propósito da pesquisa, variando conforme a população da comunidade. A AL corresponde ao percentual mínimo do total de famílias em cada uma das comunidades.

Nestes termos, diante de três testemunhas em cada comunidade, fez-se o sorteio do número de pelo menos 33,33% das famílias. Cada família foi representada por um respectivo membro, escolhido de acordo com a sugestão das testemunhas, conhecedoras da realidade local. No momento da entrevista, esse representante escolhido foi procurado para prestar as informações, substituído por outro no caso de sua indisponibilidade. Assim, na vila do Pesqueiro foram sorteadas 23 famílias; na comunidade do Céu, 16 famílias; e na comunidade de Caju-Una, 17 famílias. Em cada família, sorteou-se um respondente para prestar as informações do questionário. Detalhes do questionário podem ser vistos no Apêndice 1¹. Para os representantes de família foram feitas perguntas a respeito da educação, saúde, renda e grau de associativismo da família. O modelo de tais perguntas foi inspirado em pesquisas realizadas por instituições como o NAEA, o IBAMA e autores e autoras que integram a lista da bibliografia utilizada.

A primeira comunidade visitada para a entrevista foi Vila do Pesqueiro, com 63 famílias, segundo informação verbal fornecida por Patrícia Farias Ribeiro, presidente da Associação das Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ). Procedeu-se então ao sorteio de 23 famílias, nomeando-se um representante para cada família. A seguir, os sorteados foram procurados nas respectivas residências, fase com início e término, respectivamente, em 12 e 14 de julho. Para a comunidade de Caju-Una, das 50 famílias de moradores foram sorteadas 17. Essa etapa durou de 15 a 17 de julho de 2005. Os nomes foram fornecidos pela professora Leonice Nascimento Pereira, membro do Centro Comunitário São Sebastião. O trabalho na comunidade do Céu contou com lista de moradores fornecida pelo

¹ Proposta de entrevista a ser feita junto aos moradores e moradoras das comunidades dessa RESEX.

Sr. Francisco Neves, presidente da Associação de Moradores do Povoado do Céu. Das 39 famílias, foram sorteadas 16. Essa etapa durou de 18 a 23 de julho.

O acesso à área da RESEX foi submetido à autorização do CNPT/IBAMA e da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure – ASSUREMAS, seguindo-se exigência legal prevista na legislação (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000, art. 18, § 4º) (Apêndices 3 e 4), para a qual foi adicionada . Os dias de pesquisa foram alternados entre as comunidades de Caju-Una, Céu e a sede do município, de acordo com os interesses da execução da pesquisa de campo e melhor momento para se realizar determinado trabalho. Os dados colhidos em campo e nas principais instituições envolvidas serão analisados e interpretados para que se chegue a levantamentos estatísticos por meio de gráficos e tabelas demonstrativas, com o escopo de se demonstrar a situação das comunidades sob aspectos relacionados à pesquisa e conclusões alusivas à situação sócio-econômica das comunidades.

Um dos itens relacionados a renda questiona o papel do intermediário da venda dos produtos, pois se acredita que a venda diretamente ao consumidor pode proporcionar grande aumento na renda dos extrativistas, a exemplo do que ocorreu com pescadores do nordeste paraense na pesquisa de McGrath et al. (1996) sobre o delineamento da situação das Organizações Sociais de pescadores amazônicos. Outra pergunta que merece destaque se refere a captar a preocupação que os pescadores extrativistas têm acerca da pesca industrial, que, atuando na mesma área da artesanal, pode comprometer seriamente a sobrevivência desta.

O presente trabalho é, até o momento, um dos pioneiros na região no que se refere às ações do Estado e da sociedade civil em torno da geração de renda. Pretende-se que seu produto final seja uma contribuição para a elaboração de estratégias de políticas públicas, haja vista o número ainda pequeno de obras diretamente ligadas ao tema. Em vista disso, encontrou-se razoável dificuldade no momento da pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Em relação às entrevistas realizadas junto a entidades, procurou-se pelos seguintes representantes de instituições envolvidas: gerente do BASA, Adriano Costa Filho; secretário municipal de administração, Sr. Carlos Eduardo da Silva Barbosa; secretário municipal de abastecimento, Sr. Luís Felipe de Souza Rodrigues; presidente da Z-1, Sr. Waldecir da Silva Maciel; presidente da ASSUREMAS, Sr. Waldemir da Gama Medeiros; e Sra. Eva Aboufayad, proprietária da fazenda Bom Jesus. Esses atores, alguns com interesses opostos em alguns aspectos, colaboraram no sentido de dar uma visão ampliada e equilibrada do cenário.

O projeto “Planejamento do Turismo Sustentável e com Bases Comunitárias na RESEX de Soure/Vila do Pesqueiro”, sob coordenação da professora Sílvia Helena Ribeiro Cruz, da UFPA, está atualmente em execução na comunidade. Um de seus objetivos é gerar renda à comunidade. Ainda nessa localidade, Cruz (1999) constatou que a atividade turística é associada principalmente à geração de renda.

O capítulo 2 (Antecedentes teóricos) destaca o conteúdo histórico e teórico do tema. Faz-se um encadeamento dos acontecimentos que levaram ao estágio atual de Reserva Extrativista. Destaca-se a participação dos diferentes atores e a institucionalização de ideais e movimentos sociais que tornaram possível a criação e desenvolvimento da RESEX Marinha de Soure. A partir desta noção, é destacado o suporte legal no qual se sustenta a ação do Estado e da sociedade civil no cenário de estudo, em especial as ações que visem a geração de renda.

Após uma apresentação da legislação em vigor, faz-se um comentário sobre diversos conceitos ligados à modalidade de UC em estudo. Estes conceitos estão ligados a sustentabilidade e extrativismo. Comenta-se como atores, instituições e atores vêem o termo desenvolvimento sustentável, pretendendo-se atingir o contexto da área de estudo. A respeito de extrativismo, procura-se a evolução do conceito até o que é conhecido hoje como neoextrativismo

O Capítulo 3 (Perspectivas Ambientais) analisa o espaço em que ocorre o estudo, caracterizando a área em seus aspectos físico e humano. Neste, o território, do recorte insular ao local, é definido em função de sua formação histórica e potencialidades de geração de renda. As atividades econômicas locais são descritas a partir de uma ótica social, isto é, se existe retorno social no que se refere a qualidade de vida. A atividade pesqueira é destacada pelo fato de ser a base econômica de grande parte da população das comunidades da RESEX, ainda que economicamente desvantajosa em relação a outras atividades. É neste capítulo que a peculiaridade de cada comunidade é descrita.

O Capítulo 4 (Políticas Públicas) discorre sobre ações do Estado relacionadas à RESEX. Procura-se aqui fazer a conexão entre políticas públicas e a geração de renda. Em um primeiro momento o termo “políticas públicas” é analisado de acordo com o embasamento teórico disponível entre os diferentes autores, incluindo-se aqui a evolução histórica. A esta expressão está ligado o termo “instituição”, motivo porque este também é estudado. Chega-se então às políticas pesqueiras e de cunho sustentável e de que maneira algumas ações do Estado são implementadas na RESEX.

No Capítulo 5 (Ações da sociedade civil), que versa sobre movimentos sociais e associações, são mencionados conceitos utilizados no decorrer do trabalho, bem como instituições. Depois da conceituação do termo sociedade civil, citam-se exemplos de entidades presentes no local, em especial a ASSUREMAS. Pretende-se, assim, apresentar as estratégias que a sociedade civil usa em sua atuação no que se refere ao processo participativo no cenário da RESEX.

O Capítulo 6 (Discussão sobre geração de renda na Reserva) traz uma análise da renda aplicada ao cenário de estudo. A partir da pesquisa de campo, avalia-se o perfil sócio-econômico de um percentual estatístico da população da RESEX tendo em vista a percepção de problemas para a geração de renda. A partir daí, a análise pretende propor soluções viáveis que auxiliem as comunidades na busca de alternativas de geração de renda.

Finalmente, o capítulo 7 (Conclusões) expõe as dificuldades que, na concepção do autor, travam a geração de renda na RESEX, desde as internas, como dificuldade de relacionamento entre os moradores, até as externas, como o fator político. Procura-se, sempre que possível, projetar os acontecimentos locais em uma escala maior.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS

Nos primórdios da luta pela garantia do recurso produtivo e bem econômico que é a floresta, um movimento social surgiu no Acre na década de 1970. Esse movimento, denominado “empate” (de impedir as derrubadas), ganhou mais repercussão em 1985, ano do primeiro Encontro Nacional de Seringueiros. Allegretti (1989) lembra que, na oportunidade, os seringueiros propuseram a criação de “reserva extrativista”, entendida, nessa concepção, como a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por eles. Além disso, expressa uma proposta de desenvolvimento dos recursos florestais, garantindo, ao mesmo tempo, sua conservação.

2.1 RESERVA EXTRATIVISTA: DO INÍCIO AOS DIAS ATUAIS

Este conceito refere-se àquelas reservas extrativistas florestais criadas a partir da década de 1980, chamadas por Simonian e Glaser (2000) de “primeira geração”. A primeira delas, a RESEX Chico Mendes (AC), foi criada em 1990 pelo Decreto nº 99.144 (BRASIL. Decreto, 1990, art. 1). As primeiras reservas foram criadas no âmbito do Projeto RESEX, na Amazônia Ocidental. Segundo Brasil, Ministério (2006), esse projeto tinha a função de dotar as reservas de acesso a saúde, educação, transporte e atividades geradoras de renda, criando condições para a fixação da população no local.

Os movimentos ambientais e ecológicos, bem como o dos seringueiros, foram importantes no processo de criação dessa alternativa para atenuar o problema fundiário de concentração de terra, exploração dos recursos naturais de forma sustentável e conservação da biodiversidade no território amazônico. Assim, a partir de 1992 começaram a surgir as RESEX Marinhas Costeiras, quando foi criada a RESEX Pirajubaé (SC) por meio do Decreto nº 533 (BRASIL. Decreto, 1992). Essas são as chamadas de segunda geração e, segundo Populações (2006), sua função é promover a inclusão social e a sustentabilidade das populações que vivem nos ecossistemas costeiros. Um dos fatores que Simonian e Glaser (2002) utilizam para distinguir a primeira da segunda geração é o fato de esta não ter, em relação àquela, a organização das populações extrativistas envolvidas. Atualmente, de acordo com informações de Populações (2006), existem no Brasil 25 RESEX florestais, totalizando 7.734.253,00 ha, e 18 RESEX marinhas, com uma área total de 644.090,00 ha.

No ano 2000, ainda segundo Populações (2006), as reservas extrativistas foram reconhecidas como unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Unidades de Conservação (SNUC). O Decreto 98.897/1990 (BRASIL. Decreto, 1990) define RESEX e regula sua criação, ao passo que a Lei 6.938 (BRASIL. Lei nº 6.938, 2000, art. 18, § 4º) (Apêndices 3 e 4), alterada pela Lei 7.804, integra esta UC à Política Nacional de Meio Ambiente. Atualmente, segundo Matos (2006), as RESEX são em número de 59, somando 9.557.684,40 ha, perfazendo 126.276 habitantes. As RESEX enfrentam no momento dificuldade para viabilizar o plano de manejo, devido principalmente à necessidade de capacidade dos técnicos e normas (modelos) técnicas. Nenhuma das Reservas marinhas do Pará possui plano de manejo.

Quanto a sua administração, toda RESEX é gerida pelo Estado, juntamente com representantes das comunidades extrativistas. O CNPT, órgão do IBAMA, o qual foi instituído pela Portaria IBAMA nº 22, de 10/02/1992, é o representante do Estado na administração desta modalidade de UC. Tem como atribuições, entre outras, “[...] criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam [...]” e “[...] promover o desenvolvimento econômico visando a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais [...]” (BRASIL. Portaria IBAMA nº 22). Em vista disso, para a criação de uma RESEX o CNPT participa em coordenação com a iniciativa das populações locais e da consulta pública. A partir dos atores envolvidos, elaboram-se estudos técnicos para que se determine a localização, dimensão e limites mais adequados.

Com base nesses trâmites legais, a RESEX Marinha de Soure, no município do mesmo nome, na ilha de Marajó, teve seu processo de criação desencadeado pelos catadores de caranguejo de Soure, por intermédio de sua associação, a ACS, contemplando hoje todas as categorias de pesca artesanal (RESERVA, 2004). Foi criada pelo Decreto s/n, de 22 de novembro de 2001 (Anexo 2), sendo a primeira RESEX marinha criada do estado do Pará (Quadro 1). Possui área aproximada de 27.463,58 ha, abrigando em seu território atualmente 152 famílias, conforme dados coletados no local, além de outras famílias que dela retiram recursos para subsistência, totalizando 1.326 famílias de usuários, segundo informação verbal do presidente da ASSUREMAS, Waldemir da Gama Medeiros, de 50 anos². Sua área territorial é formada por três comunidades: Caju-Una, Pesqueiro e Céu.

² Mais conhecido como “Vazinho”.

Os instrumentos de gestão da RESEX Marinha de Soure foram implementados a partir de abril de 2002. Em 25 de julho daquele ano foi criada a ASSUREMAS, com financiamento, segundo Vergara Filho (2006), do IBAMA e do CNS. Dois meses depois, em 20 de setembro, foi criado o Conselho Deliberativo.

Quadro 1: Reservas Extrativistas florestais no estado do Pará.

Nome	Área (Ha)	Decreto/Criação	Município	Populações
Tapajós-Arapiuns	659445	S/N 01/11/1998	Santarém/Aveiro	71 comunidades 3500 famílias
Riozinho do Anfrísio	736985,05	S/N 08/11/2004	Altamira	24 comunidades 43 famílias
Verde para Sempre	1313935,8	S/N 08/11/2004	Porto de Moz	80 comunidades 1990 famílias
do Iriri	398938	S/N 05/06/2006	Altamira	Sem informações
Ipaú-Anilzinho	55816,01	S/N 14/06/2005	Baião	4 comunidades 1000 famílias
Mapuá	94463,93	S/N 20/05/2005	Breves	15 comunidades 400 famílias
Arioca Pruanã	83445,12	S/N 16/11/2005	Oeiras do Pará	25 comunidades 1250 famílias
Terra Grande Pracuuba	194695,18	S/N 05/06/2006	Curralinho	29 comunidades 400 famílias
Total	3537724,09	-----	-----	248 comunidades 8583 famílias

Fonte: Modificado a partir de CNPT/IBAMA.

Todas as oito RESEX florestais recebem recursos do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Este, por sua vez, é coordenado pelo Governo Federal, em parceria com estados e municípios da Amazônia Legal, Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), World Wildlife Foundation (WWF)³ Brasil e pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O número razoavelmente grande de colaboradores coloca esta modalidade de RESEX em vantagem em relação às situadas em ambientes marinhos.

No que diz respeito ao plano de manejo, documento que sintetiza uma proposta de gestão sócio-ambiental, no estado do Pará, somente a RESEX Tapajós-Arapiuns o tem elaborado atualmente. De todo modo, o mesmo se encontra em fase de aprovação, portanto ainda não está em fase de implantação. E, neste caso como em muitos outros, a situação fundiária continua indefinida.

³ Sigla em inglês de Fundação Vida Selvagem Mundial.

As RESEX florestais e marinhas no estado do Pará totalizam uma área de 3.793.043,23 ha. Segundo Populações (2006), no país, essas mesmas UC, em número de 25, alcançam 7.734.253,00 ha, ao passo que as marinhas, num total de 18, alcançam 644.090,00 ha. Além dessas reservas, existe outro tipo de UC sustentável que abriga populações tradicionais, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), existente no Pará. Trata-se da RDS de Itatupã-Baquiá, com área de 64.735,00 ha, localizada no município de Gurupá, na ilha de Marajó.

Quadro 2: Reservas Extrativistas marinhas no estado do Pará.

Nome	Área (Ha)	Decreto/Criação	Município	Populações
de Soure	27463,58	S/N 22/11/2001	Soure	12 comunidades 400 famílias 1300 usuários
Chacoaré-Mato Grosso	2785,72	S/N 12/12/2002	Santarém Novo	13 comunidades 300 famílias 800 usuários
Mãe Grande de Curuçá	37064,23	S/N 13/12/2002	Curuçá	52 comunidades 2.000 famílias 6000 usuários
São João da Ponta	3203,24	S/N 13/12/2002	São João da Ponta	13 comunidades 200 famílias 600 usuários
Maracanã	30018,88	S/N 13/12/2002	Maracanã	75 comunidades 1.500 famílias 5000 usuários
Caeté-Taperaçu	42068,06	S/N 20/05/2005	Bragança	39 comunidades 6000 usuários
Araí-Peroba	11479,95	S/N 20/05/2005	Augusto Corrêa	5 comunidades 1300 usuários
Gurupi-Piriá	74081,81	S/N 20/05/2005	Viseu	39 comunidades 6000 usuários
Tracuateua	27153,67	S/N 20/05/2005	Tracuateua	36 comunidades 1500 usuários
Total	255.319,14	-----	-----	284 comunidades 28500 usuários

Fonte: Modificado a partir de CNPT/IBAMA.

Nenhuma das RESEX marinhas possui atualmente plano de manejo elaborado. Neste aspecto, a que se encontra em fase mais avançada é a de Soure. Todas possuem,

porém, plano de utilização implementado. Quanto à situação fundiária, a área marinha está em processo de concessão de direito real de uso, em trâmite final, sob a responsabilidade da Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), segundo informações de Vergara Filho (2006b). O IBAMA repassará esse direito às reservas. Tal processo, no caso da RESEX marinha de Soure, será finalizado ainda no ano de 2006. A RESEX de Maracanã é a única entre as marinhas que recebe recurso do ARPA.

2.2 ASPECTOS LEGAIS

O arcabouço jurídico em torno da geração de renda na exploração sustentável de recursos naturais e as leis ambientais no Brasil são recentes. O mesmo é fruto de eventos de cunho ambientalista, científico e político, realizados ao longo dos anos, sobretudo a partir de 1970. A figura jurídica de RESEX e sua criação institucional coincidiram com a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou, simplesmente, ECO 92.

A modalidade de UC denominada RESEX tem base legal no SNUC, que é regulado pela Lei Ordinária nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Esta lei define UC como:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL. Lei 9.985, 2000, art. 2º, I).

Este instrumento legal é o ponto de partida infraconstitucional do processo de criação das UC. O mesmo classifica as unidades de conservação da seguinte maneira: Unidade de Conservação de Proteção Integral (UPI) e UUS. Esses dois modelos de conservação ambiental existentes no Brasil têm, entre si, visão diferente da expressão sócio-ambiental. No grupo UPI, segundo Lima (2002), a separação entre a sociedade e a natureza é evidenciada, ao passo que no grupo UUS busca-se o convívio entre ambos.

Essa modalidade de UC, que integra o modelo brasileiro de ocupação sustentável de áreas nativas, é um espaço territorial destinado à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Amparado por lei, o extrativista pode receber financiamentos para o uso sustentável dos recursos naturais e assistência técnica, o que o torna um potencial parceiro do desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais. Em tal área é possível materializar o desenvolvimento

sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam. Para tal exploração, a lei exige a celebração de um contrato chamado Contrato Real de Uso.

Consolidada entre os seringueiros em 1985, por ocasião de seu Encontro Nacional (ALEGRETTI, 2002; SIMONIAN, GLASER, 2000), a categoria RESEX ainda hoje é alvo de críticas, passados quase vinte anos desde a criação da primeira unidade, em 1988. Até a nomenclatura das RESEX situadas na Zona Costeira e Marinha já foi tema de discussão (RODRIGUES, PAULA, ARAÚJO, 2004). Chamada RESEX Marinha, é também denominada pelo CNPT de RESEX de Recursos Pesqueiros, isto devido à predominância de comunidades de pescadores que têm no pescador seu meio principal de subsistência. As RESEX Florestais, por sua vez, passaram a ser denominadas, pela mesma instituição, de RESEX de Recursos Florestais. As RESEX de Recursos Pesqueiros, segundo Furtado (1993), são áreas em que se pratica a pesca para subsistência e/ou comercialização em ambientes costeiros e, principalmente, em águas interiores como em lagos, rios, igarapés e outros corpos d'água.

O conceito e função de RESEX são regulados pela legislação. Esta UC

[...] é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL. Decreto, 2001, art. 1º).

Quanto a seus objetivos básicos, a lei que institui o SNUC (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000, art. 18; Decreto nº 4.340, 2002) declara que a RESEX visa “[...] proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Essas duas referências legais enfatizam a obrigação do Estado para com as comunidades no que se refere ao uso sustentável. Pretende-se com ações como essa chegar-se ao desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à classificação e normas de funcionamento interno, existem orientações legais e administrativas a respeito, sempre se baseando na participação da comunidade. As RESEX se dividem em UC de Recursos Florestais e de Recursos Pesqueiros. Tem-se, atualmente, um total de 38 RESEX no Brasil, sendo 20 de recursos florestais e 18 de recursos pesqueiros (RODRIGUES, PAULA, ARAÚJO, 2004). Em pleno funcionamento, esta modalidade de unidade de conservação possui, além do Estatuto

(Anexo 3) e do Plano de Utilização,⁴ o Plano de Manejo, espécie de lei, documento técnico no qual tem que estar presentes assuntos relativos à visitação pública, área, zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000, § 1º, art. 27). A considerar-se a Constituição Federal (BRASIL. Constituição, 1988, art. 225), a participação pública é obrigatória no processo de produção do Plano de Manejo, restringindo-se o uso da propriedade pública a partir do princípio de que o meio ambiente é bem de uso comum do povo.

Entre os dispositivos legais que se referem a renda e/ou subsistência das comunidades extrativistas, destaca-se a Política Nacional da Biodiversidade (PND), instituída pelo Decreto nº 4339 de 22 de agosto de 2002. É formada de partes chamadas “Componentes”, que versam sobre objetivos a serem perseguidos pelo Estado. O Componente Um, que trata do conhecimento da biodiversidade, traz, entre os objetivos gerais, o de promover o conhecimento da biodiversidade e seu potencial de uso econômico. O Componente Três versa sobre a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade. Nessa parte, a PND afirma ser um de seus objetivos promover a inserção de espécies nativas com valor comercial no mercado interno e externo e fomentar o desenvolvimento de projetos de utilização sustentável de recursos biológicos oriundos de associações e comunidades em unidades de conservação de uso sustentável.

Existe também dispositivo legal que permite o uso sócio-cultural da biota em área de preservação. A Lei de Crimes Ambientais (LCA), instituída pela Lei Ordinária nº 9.605 (BRASIL, 1998, art. 37), permite a utilização da fauna para subsistência em área destinada ao uso sustentável de recursos naturais. Desta maneira, garante-se o sustento.

Outros conceitos são importantes para o entendimento de RESEX. Em matéria de definições geográficas, existem conceitos importantes para o entendimento de RESEX. Em vista disso, corredor ecológico é definido como uma porção de ecossistemas naturais e seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento de biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas; também integra essa definição a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000, art. 2º, XIX). Zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a

⁴ Esses dois dispositivos já estão em vigor na RESEX Marinha de Soure.

normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL. Lei 9.985, 2000, § 1º, art. 2º, inciso XVIII). Tais conceitos facilitam a compreensão do cenário de estudo.

No que se refere às definições referentes à biodiversidade, outros conceitos são interessantes para este trabalho. Por exemplo, ecossistema é, de acordo com Rio de Janeiro (1990, p. 85), um “sistema aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos (elementos bióticos e abióticos) do ambiente e suas interações, o que resulta em uma diversidade biótica com estrutura trófica claramente definida e na troca de energia e matéria entre esses fatores”. E para BRASIL (Ministério, 2003), biota é o conjunto de flora e fauna, ou todos os organismos que vivem em uma área, ou seja, o conjunto dos componentes vivos de um ecossistema.

Em uma área de reserva é possível a intervenção no sistema, com objetivo claro e previamente estabelecido. Tal intervenção se chama manejo, definido como o procedimento que vise a assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas. De acordo com Dubois (1996), este dependerá do interesse das comunidades residentes e da avaliação do ambiente, das populações das espécies potenciais existentes e dos mercados atuais e futuros. E no entender de Simonian (1997), o mesmo vem sendo implementado de modo negativo e/ou positivo.

Populações tradicionais é expressão que traduz outro componente importante para o entendimento de RESEX. Com relação a modelos UUS de unidade de conservação como a RESEX, identifica um segmento populacional que necessita de reconhecimento político. A tomar-se o entendimento de Lima (2002), sua diferenciação se faz não por fatores étnicos distintos da população dominante, mas por uma tradição com identidade ecológica inventada, seguindo uma terminologia internacional. Identificam-se como populações tradicionais, conforme exemplo de Simonian (2005), caboclos ribeirinhos, camponeses, quilombolas e indígenas. Essas populações têm respaldo legal para se fixar em dos tipos de UC de uso sustentável.

Além de ocuparem as terras e recursos de RESEX, como a Marinha de Soure que é objeto de estudo deste trabalho, segmentos dessa população vivem também em áreas de outras UC. Dentre essas tem-se a RDS, definida por Brasil (Lei nº 9.985, 2000, art. 20, *caput*), como “[...] uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais [...]”. Mas essas populações também vivem em áreas de outras naturezas, como nas terras de marinha, nas devolutas, em terras privadas próprias etc.

As populações tradicionais sobre as quais versa o presente trabalho são as extrativistas pesqueiras. Matos (2006) afirma que os extrativistas são obrigados pelas circunstâncias a escolher o que pode e o que não pode usar. São produtores que tem a função de conservar o que não se pode usar, sob o raciocínio de que quem deve cuidar do meio ambiente é a comunidade, não o governo. Os recursos naturais por eles explorados são os pescados, a madeira, as sementes, óleos, fauna, polpa, raízes, frutos, turismo, artesanato e peixes ornamentais, entre outros. Essa visão de usar e conservar fazem parte de uma cultura própria e modo de vida diferenciado, características que favorecem uma relação harmônica com a natureza em função do relativo isolamento e da forte influência do meio natural.

Existem alguns pontos fundamentais relacionados aos extrativistas que devem ser levados em conta no momento da definição desse grupo. Ainda segundo Matos (2006), a garantia do direito do espaço (terra); melhoria na produção, priorizando o uso dos recursos naturais; a conservação desses recursos; e a organização social das comunidades são alguns desses pontos. Estes aspectos, voltados para o uso da terra e de seus recursos via organização social, visam a fortalecer essas populações.

Existem opiniões contrárias à funcionalidade da natureza da RESEX, bem como ao desenvolvimento sustentável. Em relação à concepção que apregoa o bom desempenho dessa modalidade de área de reserva,⁵ Alfredo Homma (1993, apud RÊGO, 1999) é um dos autores de destaque que sustenta a opinião de que a extinção dessa atividade, baseada no extrativismo vegetal tradicional, é inevitável devido à falta do uso de tecnologia por essa modalidade econômica. Há que se levar em conta, também, pontos de vista sobre desenvolvimento sustentável, como o de Fernandes (2003), para quem o conceito dado pela Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (WCED) (UNITED, 1987) é vazio, destinado de maneira tal que não implica desdobramento conseqüente e sem substância como proposição possível.

O ordenamento sócio-ambiental por meio de reservas extrativistas, porém, apesar do risco apontado por Homma, pode ser bem sucedido, inclusive com o uso de tecnologia. Para isso, faz-se necessário que a concepção a respeito do uso dos recursos naturais seja ampliada, admitindo-se, nos dizeres de Rêgo (1999), alguma tecnologia e uso dos recursos naturais no modo de vida e na cultura extrativistas. As populações tradicionais das RESEX procuram atualmente, por meio de procedimentos técnicos como o plano de manejo, sair

⁵ Expressão utilizada como equivalente de UC.

da condição de simples coletoras de recursos para o uso de técnicas de cultivo, criação e beneficiamento.

Neste ponto, surge o neoextrativismo. Esse sistema de produção, para autores como Kageyama (1996, apud AVALIAÇÃO, 2006), é a solução para o risco de extermínio do extrativismo tradicional⁶. Para Rêgo (1996, p. 1, apud AVALIAÇÃO, 2006), o sistema neoextrativista “supõe a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências sócio culturais dos seringueiros.” É a ênfase à importância das RESEX como base de uma economia baseada nas atividades extrativas e na organização familiar do trabalho. Embora este último autor se refira em seus trabalhos a reserva florestal, naturalmente seus ensinamentos podem ser inseridos no cenário de reservas extrativistas costeiras, que possuem suas peculiaridades e seu próprio conjunto de recursos naturais.

Outra maneira de dispor a utilização desses recursos como solução conjunta para políticas sustentáveis é via redes. Tem início, assim, a tecnologia social, baseada, segundo se depreende de Lassance Jr. e Pedreira (2004), na multissetorialidade e articulação entre as organizações da sociedade e áreas governamentais. Constitui-se um desafio a tarefa de articulá-las a ponto de virem a se tornar solução conjunta para políticas sustentáveis.

Acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, existem dois pontos a ser considerados. Em primeiro lugar, de fato se torna vazio quando utilizado apenas como mais uma definição política de impacto mas vazia de sentido. Qualquer expressão utilizada amplamente tende ao desgaste de seu significado. Em segundo lugar, é preciso considerar que o conceito político amplo para o progresso econômico e social visa a uma meta que integra o objetivo de se chegar a pontos de maior abrangência e efeito. Para isso, Nobre (2002) parece defender a necessidade de se trilharem etapas visando a alcançar resultados mais abrangentes.

A partir de decisões conjuntas sobre situações de consenso viável, ainda que limitadas, é possível abrir caminho para acordos futuros relevantes na escala global. Afastam-se, assim, temas urgentes, mas polêmicos que emperravam qualquer avanço em negociações políticas entre sociedades e nações. A intenção era tão somente trazer para primeiro plano a necessidade de conservar e preservar. Assim, no momento em que as velhas questões fossem retomadas, viriam reorganizadas segundo o paradigma da sustentabilidade, abrindo caminho para o desenvolvimento sustentável. Este processo faz

⁶ O risco anunciado por Kageyama (id., ibid.) se deve ao cultivo intensivo da seringueira, ou seja, está no âmbito da RESEX florestal. Tal concepção, porém, é aqui estendida para as RESEX marinhas.

parte de acordos que, por mais limitados que sejam não se constituem em um fim, mas um meio de se obterem melhores resultados posteriormente.

2.2.1 Sustentabilidade e extrativismo

O caso em estudo se enquadra como UCUS, que, por sua vez, conforme redação da Lei 9.985, art. 7º, § 2º (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000), tem o objetivo de “[...] compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Uso sustentável, definido SNUC (BRASIL. Lei nº 9.985, 2000, art. 2º, inciso XI), é “[...] a Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de modo socialmente justo e economicamente viável”. Tal uso sustentável pretende ser uma alternativa viável frente ao desenvolvimento vigente, que pode gerar retrocessos sociais e ambientais. Para que o desenvolvimento se torne sustentável, é de se considerar os critérios qualitativos para sua análise, e não apenas os quantitativos. Por essa razão, têm-se como referências as configurações que abrangem os aspectos social, ambiental e econômico.

A gestão de recursos naturais e a redução de desperdícios são atividades produtivas resultantes de uma nova cultura ambiental, diferente daquela em que o cuidado ambiental é um custo adicional para os produtores. Políticas públicas baseadas em tais atividades, além de conservar o ambiente, geram renda e criam empregos total ou parcialmente financiados pela poupança de recursos naturais. Sachs (2003) argumenta que a biodiversidade regional possibilita o aproveitamento múltiplo da biomassa para produção de um leque de produtos, podendo ser inserida em uma economia moderna, em escala nacional, baseada no uso extensivo de recursos naturais renováveis em condições ecologicamente sustentáveis.

Há várias definições para o termo, que, embora relativamente recente, está presente entre os “politicamente corretos”. Nas palavras de Costa (1997), a expressão tem-se tornado chavão obrigatório. Desenvolvimento sustentado, utilizado por Guimarães (1995) como sinônimo de desenvolvimento sustentável, tem sua origem mais remota em Estocolmo e como conceito e proposta foi consolidado na ECO 92. Por sua vez, Diniz (1997) diferencia o desenvolvimento sustentável do auto-sustentado. Para o autor este é o processo de longo prazo do aumento simultâneo da renda e de transformações quantitativas e qualitativas sócio-estruturais. Independentemente do conceito, sua principal característica

é trocar a agressividade no trato dos recursos naturais pela sofisticação inteligente que permite o máximo de aproveitamento de recursos disponíveis.

O conceito também foi formulado institucionalmente. Para a WCED, “[...] desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (WCED, 1987, apud COSTA, 1997, p. 83). Esta definição, criticada por alguns devido a sua concepção generalizada, tem sido amplamente utilizado por vários autores.

Ainda a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, existe uma tendência à utilização do termo de acordo com o setor interessado. Em pesquisa realizada pela WWF-Brasil (SÁ, R.; VASQUEZ, R., 2001), junto a lideranças e formadores de opinião, foi perguntado a vários setores (representantes do Estado, empresariado, movimento social e ambientalista) o conceito de desenvolvimento sustentável. A resposta cita expressões como uso dos recursos naturais; controle para uso contínuo como fonte de renda; produção constante; participação democrática na cadeia produtiva e justiça econômica, social e ecológica; e uso econômico e social sem destruição, de maneira planejada.

Como resultado, constatou-se que o conceito é manipulado de acordo com os interesses de cada categoria. Esta constatação corrobora a visão de Viola e Leis (1992), de que em torno das bases consensuais do conceito existe uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis em jogo, levando à situação de consenso mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos. Este processo leva os vários atores a mudarem de posição durante o “jogo” de acordo com o objetivo final.

Desenvolvimento sustentável é uma expressão intrinsecamente ligada a outras, o que facilita sua compreensão. Gestão é um desses termos, relacionado por Dias Neto (1999, apud DIAS NETO, 2003) com a aplicação de medidas de expansão da pesca as quais se harmonizam entre si, tendo como um de seus objetivos a geração de emprego e renda justa para ao trabalho. E a pensar-se a realidade das RESEX marinhas, a responsável pela gestão sustentável é a União, a detentora dos direitos sobre os recursos pesqueiros marítimos.

O termo extrativismo é utilizado geralmente para designar toda atividade de coleta de produtos naturais. Em concordância com a idéia de produtos de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, fibras, folhas, frutos, entre outros), considera-se extrativismo, para efeito deste trabalho, a definição de Brasil (Lei nº 9.985, 2000, art. 2º, inciso XII): é o “[...] sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis”. Essa coleta

relaciona-se ao uso econômico da biota, ou dos seres vivos, vinculado ao tipo de organização social, valores e crenças das sociedades que habitam os ecossistemas da região amazônica.

Não existe, portanto, o extrativismo de um só produto, mas sim uma atividade múltipla. Esta multiplicidade de produtos na coleta vem de encontro à idéia estereotipada de ser o extrativismo atividade de povos primitivos progressivamente substituída na medida em que o homem foi descobrindo tecnologias e acumulando conhecimentos e assim controlando as leis da natureza. Ainda sobre a multiplicidade de produtos, Brasil, Instituto (2006) vê na procura de alternativas econômicas a principal característica do neoextrativismo, enfatizando-se, para tanto, a agregação de valor aos produtos extrativistas por meio do beneficiamento primário nos lugares de produção.

Ressalte-se, porém, que o foco econômico do neoextrativismo, enfatizado por alguns, é visto com cautela por outros. As 200 mil famílias na região amazônica envolvidas com essa modalidade de extrativismo estão sujeitas como as outras extrativistas, à falta de mercado para certos produtos ou a preços abaixo do esperado. Brasil, Instituto (2006) afirma que essa realidade leva as famílias a buscarem opções econômicas com preços mais compensadores. Isso se constitui na procura de alternativas econômicas, o que confere ao neoextrativismo uma importância econômica importante. Cavalcanti (1999) vê na atividade uma importância mais social que econômica ao declarar que, isoladamente, não teria condições de ser defendida. O mesmo autor afirma que o neoextrativismo há de vir associado à agricultura de pequeno porte, à criação de animais, ao ecoturismo e outras atividades, sendo deste modo benéfico para a Amazônia. Ambas as opiniões convergem no que diz respeito ao manejo na utilização diversificada de recursos.

Chega-se então a um conceito mais específico, o de bioextrativismo. Esta modalidade, citada por Rêgo (1999), preconiza, em vez de uma natureza intocada, a intervenção que, baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária, visa produzir biomassa útil regulada por sistemas de manejo, bem como a exploração em pequena escala de plantas e animais. Essa concepção de extrativismo transcende o nível econômico tradicional, pois depende da organização comunitária. Assim, a produção adquire uma lógica nova, diversificando-se ao mesmo tempo em que se subordina ao universo cultural da população extrativista, visando não o lucro, mas a reprodução social e cultural. Este é o neoextrativismo sob o ponto de vista do extrativismo da biota.

Outra concepção de neoextrativismo se dá em relação ao setor agropecuário. Em Brasil, Instituto (1995) depreende-se que as alternativas econômicas do neoextrativismo

têm surgido mais no setor agropecuário. Devido a isso, os neoextrativistas têm sido chamados de agroextrativistas.

No que diz respeito a sustentabilidade, tal conceito precisa ter mais bem definidos alguns parâmetros para que, assim, seja aplicada com mais eficácia. Guimarães (1995) decompõe o termo em cinco dimensões. A sustentabilidade do desenvolvimento apregoa a democratização do Estado, e não seu abandono ou substituição pelo mercado. A sustentabilidade ecológica do desenvolvimento, base física do processo de crescimento, visa à manutenção do estoque de recursos naturais incorporado às atividades produtivas. A sustentabilidade ambiental é a capacidade da natureza de absorver e se recompor das agressões antrópicas. A sustentabilidade social do desenvolvimento tem como alvo a melhoria da qualidade de vida da população. A sustentabilidade política do desenvolvimento, finalmente, busca a construção da cidadania via incorporação das pessoas ao processo de desenvolvimento, seja no nível micro, na democratização da sociedade, seja no nível macro, com a democratização do Estado.

Se por um lado existe a preocupação da sustentabilidade, por outro o que se tem é a realidade de crise global sobre a economia e estilo de vida, fruto da degradação ambiental. Spangenberg (1997) lista quatro situações-problema daí decorrentes. Primeiramente, com o uso excessivo do ambiente devido às práticas atuais, a estabilidade dos sistemas de sustentação da vida está ameaçada. A segunda situação relaciona-se com a distribuição da riqueza, ou seja, a distribuição de renda só tem piorado. O terceiro problema está ligado ao setor empresarial e sua opção por reduzir custos, em vez de procurar soluções inovadoras, criando, assim, novos mercados e empregos. Enfim, a quarta situação é a perda de confiança nas elites dominantes para resolver o problema, sejam tais elites entes políticos, sindicais ou outros representantes da sociedade civil. Este último caso tem levado a uma crise de legitimação, destruindo a coesão das sociedades. Ao mesmo tempo, porém, contribui para a adesão de novos atores, antes destituídos da capacidade participativa.

3 PERSPECTIVAS AMBIENTAIS

É importante que se faça uma análise dos problemas do ecossistema da RESEX e da região na qual ela está inserida. A relação existente entre os ecossistemas aquáticos (matas ciliares, manguezais, rios, praias, enseadas etc.) e as populações tradicionais vem sendo ao longo do tempo ressaltada por vários autores (FURTADO, LEITÃO, MELLO, 1993; MANESCHY, 1995, SIMONIAN, 2000). Essas relações, que vão desde o imaginário até a base produtiva, possibilitam a construção de um modo de vida específico na região de estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O local de estudo é parte de um cenário de sérios problemas sociais e econômicos que dificultam a geração de renda. Doenças, roubo de gado, devastação ambiental, saque de sítios arqueológicos e exploração infanto-juvenil colocam o meio ambiente e os moradores da região em uma situação diferente das imagens difundidas de “jóia da coroa do turismo no Pará” e “paraíso na terra”, aproximando a região, segundo Marajó (2006), do que se poderia associar ao “inferno na terra”. Mesmo nos municípios considerados em melhor situação, a qualidade de vida está aquém das imagens positivas citadas acima.

No que diz respeito à qualidade de vida, uma noção das condições sociais pode ser obtida mediante a análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice vem a ser a combinação de três indicadores (BRASIL. INSTITUTO/IBGE, 2006): esperança de vida ao nascer, alfabetização de adultos, escolarização e PIB per capita. Para medir a qualidade de vida em determinado universo populacional, as instituições oficiais utilizam este índice em uma escala de 0,0 a 1,0. De acordo com esse critério, Organização (2003), referente ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, classifica os municípios, interessando no contexto deste estudo os de Marajó.

Em se tratando do arquipélago de Marajó, a situação é em geral de baixos índices. Segundo BRASIL, Instituto (2002), muitos municípios estão em posição de desvantagem. O IDH local espelha os problemas sócio-econômicos diversos, desde a falta de infraestrutura em transporte e energia até a carência de empregos. Os melhores níveis de IDH, segundo Marajó (2006), se concentram na parte leste, o que inclui Soure e Salvaterra. No lado oposto encontram-se Chaves e Anajás, incluídos entre os municípios com menor IDH

do estado. Para dom Luiz Azcona, citado em Marajó (2006), o contraste entre os municípios das duas partes da ilha dá a impressão de outro arquipélago.

No que diz respeito à geração de renda, as poucas opções disponíveis se ressentem da falta de apoio governamental, bem como de resolução de situações adversas antigas. A estrutura agrária concentrada, o desemprego crônico, o êxodo rural e falta de assistência são fatores que têm deixado poucas opções de renda à população carente. Mesmo quando é possível a obtenção de recursos financeiros a partir dos recursos naturais presentes na região, a ação ou omissão de atores governamentais constitui-se uma das causas da problemática da geração de renda.

As principais atividades de geração de renda no arquipélago são o extrativismo vegetal e a pecuária. Ambas as modalidades se destacam, segundo Miranda Neto (2005), como as principais fontes de renda. O extrativismo, existente na região nas seguintes modalidades: (a) coleta de sementes oleaginosas, de baixa rentabilidade e progressivamente escassa; (b) madeira, inviável devido aos custos dos meios de produção; e (c) palmito do açaí, indiscriminadamente derrubado por empresas. O modo extrativista de geração de renda não apresenta até o momento boa opção de renda para a população carente. O extrativismo vegetal na região, para gerar renda, necessita de mudanças.

O turismo se destaca como outra opção de renda. Há mais de 30 anos proposto como alternativa de desenvolvimento para a Amazônia (CRUZ, 1999), até o momento não atingiu nível esperado de geração de emprego e renda para suprir as carências, em que pese a melhora na infra-estrutura. Em nível nacional, a região parece carecer de divulgação, mesmo de órgãos oficiais. A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por exemplo, quando da realização do Salão de Turismo realizado em São Paulo, de 01 a 5 de junho de 2005, apresentou um vídeo com paisagens brasileiras no qual não constava nenhuma do estado do Pará (IPEA, 2003). Eventualmente existem vôos fretados, mas o transporte, em geral fluvial ou aéreo, é precário.

A atividade turística pode vir a ser uma opção de criação de renda que efetivamente melhore a qualidade de vida da população local. Para tanto, observa-se a necessidade de criação e implementação de políticas públicas nesse sentido. Até o momento não existe senão iniciativas embrionárias. Tais ações, no entanto, ainda que em fase inicial, são importantes no processo de elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a região. Este é o caso do Decreto s/n de 26 de julho de 2006 (BRASIL. Decreto, 2006), relativo ao acompanhamento de ações necessárias ao desenvolvimento sustentável no

arquipélago, sejam elas de iniciativa dos governos federal, estadual ou municipal ou de ONG. Foi criado devido aos problemas diversos enfrentados no lugar.

3.1.1 Arquipélago de Marajó

Uma noção histórica do Marajó é interessante para a boa compreensão do cenário de estudo. Primeiramente chamada de ilha Grande de Joanes, em homenagem a seu descobridor, Vicente Iañez Pinzón, em 1500 (MINISTÉRIO. Desenvolvimento, 1970), teve seu nome alterado em 1757 pelos portugueses para “Marajó”, do tupi *imbara-yo* – barreira do mar, visto ser a ilha “[...] uma muralha colocada pela natureza contra as tormentas do mar” (CRUZ, 1999, p. 27). Navarrete, de acordo com Machado (1994), afirma que o navegador Américo Vespúcio teria visitado a região em 1499, meses antes de Pinzón. A ocupação pelo europeu, porém, só ocorre a partir de 1659, com o apaziguamento dos índios Aruã pela Igreja Católica, cujos missionários se destacaram na criação de gado na região, da qual foram pioneiros. Conforme Brasil, Ministério do Interior (1970) e Machado (1994), tais religiosos fundaram a indústria pastoril, impulsionando, com essa ação, outros criadores de gado, o que acelerou a ocupação do solo marajoara.

Localizada a nordeste do estado do Pará, a maior ilha flúvio-marítima do mundo compõe a Mesorregião do Marajó, uma das seis que integram o estado do Pará. Segundo Cruz (1999), a ilha de Marajó é dividida em duas regiões: a região dos Campos, a leste, onde se localizam os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Soure, Salvaterra, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari; e a região dos Furos, a oeste, onde estão os municípios de Afuá, Currealinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Muaná, Anajás e as ilhas. A soma das áreas dos 16 municípios da ilha, determinados pela Resolução nº 05 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 10 de outubro de 2002, resulta no total de 104.139,299 km² (BRASIL. Instituto, 2002). À lista anterior de 12 municípios, adicionem-se os seguintes, todos a oeste: Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel.

A ilha de Marajó propriamente dita faz parte de um grande conjunto de ilhas. Situado na reentrância da costa norte brasileira denominada golfo do Amazonas (ISLAND, 2006), este conjunto possui algumas ilhas de grande extensão, destacando-se três identificadas por Miranda Neto (1976) e Encarta (2001): Grande Gurupá, com 4.864 km², a mais interna, que divide o curso do Amazonas em dois braços; Mexiana, com 1.534 km², constituída de propriedades particulares; e Caviana, de 4.968 km², dividida em duas por um canal rasgado pela pororoca (Mapa 1). Informações obtidas em Island (2006) dão

conta de que a formação geológica do Marajó, de composição mista, é formada por terras firmes e pelas matas de várzeas, sendo estas mais recentes e ocupantes da porção ocidental, por sedimentos fluviais recentes. A parte oriental é formada por terrenos consolidados, separados tectonicamente do continente.

A biodiversidade na região é consideravelmente alta. Também chamado de golfo marajoara, o golfo do Amazonas é caracterizado, segundo Avaliação (1999), pela riqueza biológica em ecossistemas de campos inundáveis, manguezais, várzea, igapós e vegetação de terra firme, que servem de abrigo para rotas migratórias e espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção. Algumas unidades de conservação, além da RESEX Marinha de Soure, foram criadas ou estão em fase de criação para proteger a fauna e a flora.

O tamanho e a posição de Marajó no delta-estuário do Amazonas/Pará separam dois grandes ambientes hidrográficos: as formações típicas de delta do Amazonas, que correspondem à porção norte do golfo entre Marajó e o litoral do estado do Amapá, e a formação estuarina do rio Pará na porção sul, entre Marajó e o litoral do estado do Pará. Uma série de canais estreitos chamados localmente de furos liga esses dois ambientes e garante a separação entre essa ilha e o continente, num espaço em constante processo de assoreamento. Quaresma (1999) informa que as altitudes da ilha não ultrapassam 40m, e sua topografia em grande parte constitui uma extensa planície sujeita à inundações periódicas pelas chuvas ou pelas cheias dos rios, que estão sob influência de marés.

Em se tratando do acesso à ilha, observou-se em viagem de campo que se dá via aérea ou fluvial. Internamente, chega-se às vilas, povoados e comunidades, segundo informação de Quaresma (1999), por estradas normalmente em más condições de conservação, às vezes apenas picadas ou trilhas naturais. Expedição (2005) descreve viagem à ilha via o conjunto de pontes Alça Viária, passando pelo município de Barcarena e a partir daí navegando-se de balsa pelo rio Marajó-Açu em Ponta de Pedras. Evita-se, assim, a passagem pela baía de Guajará.

Quanto a atividades econômicas, explora-se a biodiversidade de fauna e flora local. A ilha possui fazendas de criação de búfalos (*Bubalus bubalis*). O pescado é explorado, inclusive por pescadores de fora do arquipélago, principalmente no final do verão, quando, segundo Machado (1994), as águas estão em seus níveis mais baixos nos lagos e rios. O extrativismo vegetal é outra atividade importante, extraindo-se o palmito do açaí (*Euterpe*

oleracea Mart.) e o óleo da semente de andiroba (*Carapa guyanensis*), que também é vendida *in natura* para a empresa Beraca/BRASMAZON, sediada em Ananindeua/PA⁷.

Entretanto, os recursos da região são sub-aproveitados. Segundo Miranda Neto (2005) e Cruz (1999), tal riqueza natural até o momento não foi suficiente para elevar o nível de vida da maioria da população, encontrando-se em cidades como Soure um grande contraste social e econômico, seja em relação aos outros municípios, seja em relação aos próprios moradores. Azcona (apud MARAJÓ, 2006) declara que a situação na ilha é resultado de “completo abandono” nos últimos anos, completando com a afirmação de que os políticos locais, com raríssimas exceções, não tem se empenhado pela luta por políticas de desenvolvimento. Entretanto, espera-se que o grupo executivo criado em julho de 2006 consiga deixar as disputas políticas e corrupção e apresente soluções para o desenvolvimento do arquipélago.

A degradação ambiental na região é em parte causada por fatores externos, naturais ou antrópicos, alguns dos quais ainda não suficientemente estudados. Os eventos ocorrem a a oeste, como a contaminação de mercúrio em peixes em Melgaço, ou a leste, como a ação de ventos erosivos em Soure e Salvaterra. Este último caso afeta especialmente o manguezal e dunas de Caju-Una e Céu, a cerca de 200 m da praia. Segundo El-Robrini (2006), os poços artesianos localizados nessas duas comunidades sofrem influência da salinidade da água do mar, que aumenta no período seco. O excesso de salinidade, principalmente no período seco, pode prejudicar a agricultura e, por conseguinte, a saúde humana, deixando ainda partículas de sedimentos na água. O problema da água na ilha passa pela qualidade, além de escassez. A salubridade em si pode melhorar a qualidade do coco cultivado, segundo certo agricultor da comunidade de Caju-Una.

Este problema com o mar já é conhecido pela população. Está presente no processo de formação das comunidades do Céu e Caju-Una. Edevaldo Tavares, presidente da Associação dos Pescadores do Pesqueiro (ASPEPE), da comunidade Vila do Pesqueiro, afirma que “[...] o mar está invadindo a terra”. A força erosiva da água é testemunhada, portanto, por quem mora no local.

Uma comparação entre os pescadores do estado do Pará e os da ilha de Marajó (Quadro 3) ajuda a situar o profissional da área de estudo no cenário do estado em que se encontra. No que diz respeito ao perfil sócio-econômico, Pará. Perfil (2003) fornece

⁷ Informação obtida junto ao Sr. Vazinho.

informações, diversas a respeito do profissional da pesca artesanal. A partir dessas informações, pode-se chegar a determinadas conclusões.

Quadro 3: Perfil sócio-econômico dos pescadores filiados a Colônias de Pescadores na ilha de Marajó e da média estadual.

Item	Categorias pesquisadas	Média do Marajó (%)	Média do Estado (%)
1	Idade entre 30 e 59 anos	80,20	78,00
2	Chefe de família	87,40	84,70
3	Casados e com união estável	87,80	85,20
4	Sem escolaridade	20,50	20,50
5	Até 4 anos de estudo	33,20	22,50
6	De 5 a 8 anos de estudo	45,30	56,40
7	Nascidos no próprio município	75,80	58,40
8	Frequência da atividade de pesca	87,40	85,60
9	Destino da produção: comercialização	88,40	89,10
10	Renda entre 0,5 e 1 salário mínimo	23,80	18,30
11	Renda entre 1 e 2 salários mínimos	36,40	34,20
12	Não é inscrito na Previdência Social	25,20	47,60
13	Filiação à Colônia de Pescadores para receber benefícios	76,70	61,70
14	Filiação à Colônia de Pescadores para exercer a profissão	74,90	70,80
15	Média de pessoas por domicílio	6,50	6,00
16	População em idade ativa residente com o pescador	73,30	72,50
17	Inativos e desempregados residentes com o pescador	62,80	56,30
18	Renda mediana bruta mensal familiar	240,00	300,00
19	Renda mediana bruta mensal do pescador	160,00	200,00

Fonte: Modificado a partir de Pará (2003).

Em se tratando da idade, por exemplo, a maioria dos pescadores tem idade superior a 30 anos. Eles são chefes de família e casados ou com união estável. Esta situação os coloca como base familiar, apesar do baixo grau de instrução, uma vez que mais da metade, no Marajó, estudou no máximo até a quinta série do Ensino Fundamental.

O êxodo de pescadores é pequeno uma vez que, em sua maioria, permanecem no município em que nasceu. A disponibilidade de recursos pesqueiros tem sido, portanto, suficiente para manter o trabalhador no local. Este fato pode ser constatado com o alto índice de frequência da atividade de pesca e destino de comercialização da produção.

A renda, porém, é baixa, sendo que mais da metade dos pescadores marajoaras (60,2%) aufera até dois salários mínimos por mês. Quanto à comercialização do produto, esta é feita preferencialmente a atravessadores, sendo a média estadual de 70%. População

em Idade Ativa (PIA) refere-se aos que moram com o pescador sem incluí-lo, e que possuem 10 anos de idade ou mais. Em relação ao destino da produção, a maioria pesca para comercializar, e apenas 8,2% e 7,2% no Marajó e na média estadual, respectivamente, destinam a produção para subsistência.

No que diz respeito ao amparo pela Previdência Social, tem-se, como indicado na quadro anterior, que três quartos do total são inscritos. Dos inscritos, a maioria de Marajó e da média estadual (73,4% e 51,2%, respectivamente) é inscrita como segurados especiais. E, menos de 2% dos inscritos são de segurados autônomos.

Quanto ao grau de instrução, a média do arquipélago de Marajó que tem mais de nove anos de estudo é um pouco maior que a média estadual. Precisamente, tem-se 1,2% e 0,5%, respectivamente. Apesar do baixo grau de instrução dos pescadores, atualmente existe uma boa disponibilidade de escola para a classe: 89,2% para o Marajó e 91,3% para a média estadual.

A pesca no Marajó é realizada principalmente em rios, com pouco mais de 40% do total, condição na qual a média estadual é de cerca de 60%. Das principais espécies pescadas no estado (Tabela 1), muitas são encontradas na região de estudo. A frequência de uma ou outra varia de acordo com a época do ano.

Tabela 1: As 10 espécies mais capturadas na Mesorregião do Marajó e no estado do Pará.

Espécie	Marajó (%)	Estado (%)
Pescada (<i>Cynoscion spp.</i>)	14	13,8
Traíra (<i>Hoplyas spp.</i>)	9,4	2,2
Dourada (<i>Brachyplatystoma flavicans</i>)	8,8	7,1
Aracu (<i>Leporinus spp.</i>)	7,5	3,3
Tamoatá (<i>Hoplosternum spp.</i>)	7,5	1,6
Bagre (<i>Pariolius spp.</i>)	6,1	3
Sarda (<i>Eulamia lamia bainv.</i>)	4	2,3
Camarão (<i>Macrobrachium carcinus L.</i>)	4	2,6
Piranha (<i>Serrasalmus spp.</i>)	3,9	1,2
Cachorro de padre (<i>Trachycoristes galeatus</i>)	3,6	0,8
Total	68,8	37,9

Fonte: Modificado a partir de Pará (2003)

A pescada constitui-se na espécie mais expressiva tanto no Marajó quanto na média estadual. O destino do volume capturado na pesca artesanal é em sua maioria a comercialização, atingindo no Marajó 88,4% da produção, contra 89,1% na média

estadual. Observa-se que a comercialização se dá principalmente a atravessadores, seguida do público em geral, e uma pequena parcela, em torno de 3%, para empresas. O consumo marajoara chega a 8,2%, ao passo que no estado está em 7,2%.

3.1.2 Soure

Capital informal de Marajó, este município abriga a RESEX Maruanazes, cenário deste trabalho. Com 3.512,863 km² (BRASIL. Instituto, 2002), fica a 84 km de Belém, na margem direita do rio Paracauari. Localiza-se na parte oriental do arquipélago do Marajó, que, por sua vez, está situado na mesorregião Nordeste do estado do Pará. Segundo dados do IBGE (PARÁ. Estatística, 2005), sua população em 2005 era de 21.507 habitantes. Limita-se ao norte com o oceano Atlântico, ao sul com Salvaterra, a leste com a baía do Marajó e a oeste com os municípios de Cachoeira do Arari e Chaves.

Para ir de Belém à cidade de Soure, existem duas opções: via aérea e via fluvial. Esta última dispõe de uma linha de barcos de passageiros saindo de Icoaraci diariamente às 6h30 com destino a Porto Camará. Desta cidade, o passageiro segue pela estrada PA-154 até a divisa Salvaterra-Soure, onde embarca em uma balsa para atravessar o rio Paracauari, que separa esses dois municípios.

A cidade de Soure é formada por bairros e comunidades, muitos deles relacionados direta ou indiretamente com a RESEX. As comunidades e bairros de Soure são os seguintes: Bairro Novo, Tucumanduba, Pacoval, Macaxeira, Umirizal, Matinha, Pedral, São Pedro Caju-Una, Céu e Pesqueiro, sendo que os três últimos formam a área da Reserva. Segundo dados adaptados do IBGE (PARÁ. Estatística, 2005), os 21.507 habitantes do município vivem em sua área total, de 3.513 km². A população urbana está em 87,7%.

O histórico do município de Soure data do século XVIII. A origem do município, segundo Pará, estatística (2005), está ligada aos índios Maruanazes, da tribo dos Aruã. A então freguesia do Menino Deus mudou de nome devido ao pedido feito por colonizadores portugueses a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal e governador do Grão-Pará, na época em sua terceira gestão, de 1756 a 1758 (CRUZ, 1999). Na ocasião, outras freguesias do Grão-Pará estavam mudando de nome.

E aproveitando o ensejo, os colonizadores da parte oriental do Marajó solicitaram ao governador que prestigiasse os nomes portugueses naquela área da ilha. Comparou-se o lugar com o município lusitano de Soure, no distrito de Coimbra. Lá, como na Soure

marajoara, existia grande quantidade de jacarés (*Caiman spp.*). Conforme posto por Cruz (1999), a Soure lusitana era chamada pelos romanos de *Saurium*, ou seja, jacaré em latim, de onde se originou a palavra Soure.

A cidade de Soure tem forte relação com Belém no que diz respeito à cultura. Nesse quesito, a capital informal do Marajó, segundo Figueiredo (1999), mantém fortes laços com a capital do estado. Embora a maior parte dos jovens permaneça na cidade, os estudos são feitos preferencialmente em Belém, cidade que também influi na moda feminina local e fornece grande número de turistas. Soure vende para a capital peixe e carne que produz.

As várias festas existentes nos bairros e comunidades no decorrer do ano atraem visitantes do próprio município e de fora. As que ocorrem nas três comunidades são oportunidades para que os nascidos no lugar, porém não mais residentes, visitem os parentes e amigos que permaneceram. Essas manifestações populares em Soure têm como características, segundo Figueiredo (1999), a noção de festa como momento ritual, sagrado, relacional e comunitário, e a noção de festa enquanto instrumento de reprodução de padrões vigentes, ou seja, uma lembrança do passado que mantém significações da vida social presente. Quanto a opções de renda, a pesca artesanal se destaca.

3.1.3 Reserva Extrativista Marinha de Soure

A RESEX Marinha de Soure (Figura 1) tem o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local. O suporte econômico da UC é a extração dos recursos pesqueiros e do mangue. Tem como objetivos “[...] assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL. Decreto, 2001, art. 1º). Com essa RESEX, os manguezais e a pesca artesanal da região passaram a ser protegidos por lei.

A biodiversidade nessa unidade de conservação é como nas demais áreas da ilha de Marajó, passando por situações de exploração e oportunidades. Segundo Reserva (BRASIL. Instituto, 2004), sua vegetação é típica de manguezal, com predomínio de mangueiro (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Avicenia germinas*) e tinteira (*Laguncularia racemosa*), e a fauna é formada por aves, crustáceos, mamíferos, moluscos, répteis e peixes. A exploração faunística é objeto de conflitos. Essa biodiversidade é, em parte, objeto de uso pela população local e por pessoas alheias à Reserva.



Figura 1: Reserva Extrativista Marinha de Soure em sua extensão costeira. Foto: CNPT/IBAMA, 2004.

Administrada pelo IBAMA/CNPT, a reserva tem dimensão aproximada de 27.463,58 ha, incluindo a zona marítima de uma milha que tangencia a costa. A mesma é dividida em duas áreas (BRASIL. Decreto, 2001, art. 2º, inc. I e II), estendendo-se pelas áreas denominadas Manguezal de Soure e Manguezal do Rio Saco. Possui a Reserva 15 ha de mangue e um ha de espelho d'água, além da já citada área de uma milha náutica para dentro do mar. A concretização dessa área como reserva viabiliza o uso sustentável, a conservação dos recursos naturais renováveis e a cultura de sobrevivência da população extrativista do entorno da baía, com cerca de 1,4 mil habitantes.

Moradores locais têm-se mobilizado no sentido de colaborar com uma utilização adequada dessa biofauna. Queixam-se constantemente da prática de captura predatória de caranguejos por profissionais de outras regiões, além da pesca por barcos de pesca industriais. Por outro lado, organizados em associações, trabalham pelo desenvolvimento comunitário em harmonia com a conservação ambiental, uma vez que o uso dos recursos naturais de modo sustentável constitui uma base para o bem estar das comunidades locais. Procura-se assim uma maior participação no processo de gestão ambiental.

A ligação entre as comunidades da RESEX e a sede do município é feita através de duas estradas. Uma delas passa pela fazenda Bom Jesus, para Caju-Una e Céu, aberta,

segundo Nascimento (2002), em 1989. A outra vai de Soure a Vila do Pesqueiro. Segundo pesquisa exploratória feita no local, o transporte da sede municipal para as três comunidades pode ser feito utilizando os serviços da Estação Motociclista “Elias Gomes Felipe”. Conforme dados do *survey*, no mês de julho de 2005, o valor da corrida de moto táxi para Caju-Una e Céu é R\$ 10,00 (dez reais), e para Pesqueiro, R\$ 5,00 (cinco reais).

Acerca da infra-estrutura nas comunidades, houve mudanças significativas nos últimos anos. Com o advento do programa do Governo federal “Luz no Campo”, na administração do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a energia elétrica foi levada às vilas da RESEX Marinha de Soure a partir de 2002 (NEVES, Teófilo da Silva, 2005, informação verbal sobre a vila do Céu). Com a melhora da vida dos moradores das comunidades rurais “em 80%”, os pescadores passaram a ter uma nova opção de conservar a produção, em geladeira ou *freezer*. Os promotores de festa nas comunidades, por sua vez, não mais precisariam alugar grupos geradores de energia.

Outros problemas, porém, permanecem. Desses, o principal parece ser o da água, em especial nas comunidades do Céu e Caju-Una. Edson Gonçalves, 30 anos (2005, informação verbal), da comunidade do Céu, Agente Comunitário de Saúde, afirma que “vinha cloro da Secretaria de Saúde do Município, mas demorava muito”. A falta desse produto ocasiona diarreia, principalmente nas crianças. Além da qualidade, as comunidades sofrem com a falta de abastecimento do produto. Medidas devem ser tomadas, portanto, para que a qualidade de vida na região atinja níveis razoáveis no que diz respeito a necessidades básicas.

3.1.4 O cenário da pesca

O Brasil é um país rico em recursos pesqueiros, apesar da relativa escassez numérica em suas águas territoriais. É neste contexto que se destaca a importância das comunidades extrativistas da região do estudo para a qualidade de vida regional, local onde existe potencial turístico, alimentar, comercial e social. Leve-se em conta ainda que o pescado é uma das principais fontes de alimentação no Brasil e no mundo, e dada a necessidade de se fixar o homem à terra em que vive, faz-se necessário garantir a subsistência e a renda, enfim, haver desenvolvimento sustentável, garantindo-se, assim, a melhora na qualidade de vida.

De acordo com Brasil, Decreto-Lei (1967), art. 1º, conhecido como “Lei da Pesca”, a pesca é “[...] todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que

tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida”. O pescado, mais tradicional fonte de proteínas da Amazônia e constituinte da renda familiar, destaca-se, em nível nacional, como uma das principais opções de alimento. É na Amazônia que se encontram os maiores valores de consumo registrados no mundo, segundo Castro (2005), e no Brasil pode vir a ser usado em programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

De fato, esse alimento pode ser direcionado à região em estudo, bem como ao restante do país, como estratégia da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL. MINISTÉRIO. Guia, 2005). O conceito de SAN está ligado à sustentabilidade. Como se depreende de Brasil (2004a, apud BRASIL. MINISTÉRIO. Guia, 2005, p. 16), tais alimentos devem integrar práticas alimentares “[...] que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

O cenário global sugere que o consumo de pescados, que é uma das riquezas naturais da RESEX em estudo, tende a aumentar. Para o ano de 2006, espera-se um incremento na demanda por produtos pesqueiros em função dos problemas enfrentados pela produção de carne bovina (*Bos taurus*), suína (*Sus scrofa*) e de frango (*Gallus gallus domesticus*), havendo ainda uma tendência de aumento do comércio internacional de pescado (OLIVEIRA, 2006). Catadores de caranguejo de Tucumanduba, por sua vez, utilizam-se desse crustáceo existente na área da RESEX como meio de subsistência e de produção de renda.

Existe, porém, a escassez desse recurso e necessidade de repor o estoque. De certa maneira, o desperdício reproduz a cultura nacional do desperdício citada por Sachs (2003). Em médio prazo, conforme afirmação de Oliveira (2006), entre 2007 e 2010, o que se prevê é um esgotamento dos estoques pesqueiros naturais e a necessidade de complementá-los com a aqüicultura, ou seja, a criação em cativeiro de recursos pesqueiros. Um desses recursos é o camarão que, ao ser cultivado, provavelmente será consolidado como produto nobre no mercado até o final da década atual (OLIVEIRA, 2006). Essas são algumas das opções de geração de renda que se vislumbram na região.

A pesca na região Norte é importante na aplicação de políticas de SAN, e a pesca artesanal é o recurso predominante na área em estudo, situando-se, no Brasil, entre as quatro maiores fontes de proteína animal para o consumo humano no país, além da geração de 800 mil empregos diretos só na atividade pesqueira marinha. Esta modalidade, segundo Estatística (BRASIL. Instituto, 2005), representa 48,9% da produção de pescado total do Brasil. A atividade pesqueira, conforme Santos e Câmara (2002), é uma das poucas atividades que absorve mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação, sendo em alguns

casos a única oportunidade de emprego para certos grupos de indivíduos, principalmente para a população excluída.

A pesca pode ser classificada de acordo com seu objetivo. Para Brasil. Decreto-Lei (1967), pode-se efetuar com fins comerciais, desportivos e científicos. No que diz respeito a suas características sócio-econômicas, Castro (2005) divide a atividade em três modalidades: (a) pesca de subsistência, em que predomina o consumo próprio ou de parentes e amigos, executada com embarcação e apetrechos simples; (b) pesca artesanal de caráter comercial, praticada por pescadores de dedicação quase ou totalmente exclusiva, com produção destinada em grande parte à comercialização; e (c) pesca industrial e/ou empresarial, com barcos de maior potência e autonomia, com grande participação da pesca de arrasto. Todas essas categorias existem no entorno da RESEX, e é comum a existência de atritos entre essas diferentes modalidades.

Os dois tipos de pesca de alto mar predominantes no litoral brasileiro são encontrados em Soure: a pesca artesanal e a pesca industrial. Neste estudo, destaca-se a pesca extrativista, modo de produção típico das comunidades tradicionais. Conforme Gestão (2006), esta modalidade de pesca enfrenta atualmente uma crise mundial, e 80% dos recursos pesqueiros no Brasil encontram-se nessa situação. Como exemplo, As lagostas (2006) cita o que está ocorrendo no Brasil com a lagosta (*Panulirus spp.*), cuja exportação caiu de 425,2 mil toneladas em 2005 para 209,1 mil em 2006. Entre as causas da situação, destaca-se, além da sobrepesca e pesca predatória, o fracasso do Estado na missão de implementar uma gestão sustentável de uso dos recursos de sua propriedade.

A pesca artesanal, ou de pequena escala, conforme Santos (2002), abrange tanto as capturas com objetivo de subsistência quanto a pesca com objetivo essencialmente comercial. Sua importância social é assinalada por Diegues (1983), para quem a pesca artesanal ou de pequena escala parte de um processo de trabalho baseado na unidade familiar, ou no grupo de vizinhança. Embora não tenha a importância econômica da industrial, proporciona alimento e emprego às populações mais carentes, sobretudo diante da conjuntura de dificuldades sociais por que passa o País. Para a pesca artesanal, são utilizadas embarcações de pequeno porte, mormente canoas a remo (Figura 2).

No local de estudo, geralmente os atritos se dão entre integrantes da pesca artesanal, seja de subsistência ou comercial, e a pesca industrial. Pescadores das comunidades se queixam de barcos invasores, mormente pesqueiros industriais, que praticam pesca predatória de arrasto por falta de fiscalização, o que tem como consequência a redução de suas rendas. “A renda poderia chegar a dois salários mínimos se

os barcos invasores não entrassem no local”, afirma Luzia Portal, 32 anos (2005, informação verbal), moradora de Caju-Una, que acrescenta ainda que “falta fiscalização para barrar os barcos invasores”. Fatos como esse geram conflitos decorrentes do confronto de interesses pelas áreas de pesca, sobretudo entre a pesca industrial e as demais, o que se constitui uma característica da situação atual da pesca na região.

Independentemente de culpados, a pesca predatória, praticada tanto por empresas quanto por pescadores artesanais, é um grande agravante da escassez de pescado na região, ainda uma das maiores opções de trabalho no local. O uso dos recursos pesqueiros na região envolve vários atores, que interagem entre si, com freqüentes atritos, tendo como causa comum a depredação de tais recursos. Uma das possíveis soluções, segundo opinião comum, é a fiscalização. A prática ilegal, portanto, precisa ser coibida pelo poder de polícia do Estado.



Figura 2: Embarcação típica da RESEX. Foto: F. J. da S. Santos, 2004.

Em se tratando de instrumentos de pesca utilizados, as comunidades da região de estudo utilizam canoa de pequeno e médio porte. As embarcações são predominantemente a remo, em média sete metros. Este tipo de embarcação não permite pescarias longas, ao contrário do barco a motor, pouco freqüente no local. Pará (2003) cita como fatores determinantes para o tipo e tamanho ou capacidade das embarcações os locais de captura e

o poder aquisitivo do pescador para obtenção das embarcações e apetrechos. Este último fator é influente na caracterização das embarcações no local de estudo. A grande maioria faz uso de canoa, e poucos se utilizam de embarcações a motor. Quando o fazem, saem em grupos de seis. . Devido à falta de embarcações próprias para pescarias mais distantes, esse crustáceo é capturado nas águas interiores dessa UC com o matapi (Figura 3). A pesca é sazonal, com período de maior fartura de março a junho, quando as águas estão baixando e já houve reprodução.

São muitas as queixas quanto à falta de recursos financeiros para a compra de instrumentos de trabalho, e ainda convivem com furto de material de pesca, como redes. A pesquisa de campo constatou que é comum o comentário entre os pescadores artesanais de que, se houvesse melhor equipamento, seria possível a pesca em locais mais distantes da costa, o que se refletiria também na produção de camarão. As redes são normalmente de polipropileno ou náilon, cuja malha varia de 30 mm a 35 mm, dependendo da época do ano, próprias para os peixes de pequeno e médio porte encontrados na região e apresentados na tabela 1.



Figura 3: matapi, ou manzuá. Foto: F. J. da S. Santos, 2004.

O camarão é capturado por pescadores e pescadoras com matapi, também chamado de manzuá, ou covo. O principal local de pesca na região é na entrada do rio nas terras da

reserva, tem sido objeto de esforço de renda. Na comunidade de vila do Pesqueiro, a Associação de Mulheres da Vila do Pesqueiro (ASMUPESQ) compra, descasca e vende o produto, conferindo-lhe, assim, valor agregado.

Coletaram-se dados nas comunidades a respeito das artes de pesca. Em Vila do Pesqueiro, costuma-se utilizar rede de pesca de meia-água. Trata-se de apetrecho classificado por FAO (1990) como da rede malhadeira, ou, como é conhecida, “caiqueira”, apetrecho de pesca passiva, pois fica à espera das presas que eventualmente passem, prendendo-se nas malhas. De forma retangular, seu tamanho é bastante variável. As malhas na região variam de 25 a 70 mm de nó a nó, dependendo do tipo material da rede e de pescado que se pretende capturar.

Essa variação traz versatilidade e conseqüentes vantagens no uso da arte. Faz da malhadeira um apetrecho indicado para grande diversidade de peixes, denominando-se a rede de acordo com a espécie (pazuzeira, entre outras). As espécies mais capturadas com caiqueira são pratiqueira (*Hemiodus unimaculatus*) e tainha (*Mugil brasiliensis*). Outra arte de pesca utilizada é a rabiola, principalmente na captura de pratiqueira e outros peixes de pequeno porte. Nessa modalidade, uma extremidade da rede fica presa a um pedaço de madeira enquanto a outra ponta da rede fica boiando e “trabalhando” (pescando) de acordo com a subida e descida da maré.

O estado da ictiofauna no estado é, de modo geral, preocupante. A constatação geral é que os projetos relativos a esse recurso são, via de regra, mal conduzidos. O incentivo ao plantio de arroz (*Oryza sativa*) irrigado com agrotóxicos e a indústria palmeira prejudicam o meio aquático, causando diminuição do estoque. O aumento populacional em certas regiões, juntamente com maior uso de apetrechos predatórios e do esforço de pesca, contribuem para esse quadro.

A pesca industrial, também conhecida como arrastão, é a única modalidade que traz divisas do exterior para o estado. E por isso é de grande interesse econômico para os governos federal e estadual, que incentivam essa atividade, seja por financiamento, seja por outros meios. Esta modalidade é subdivida por Diegues (1983, apud SANTOS, 2002) em (a) desenvolvida por armadores de pesca e (b) empresarial ou industrial.

No que respeita à pesca e produção, divide-se o ano em duas épocas. De maio a dezembro é o período de maior atividade. A produção segue para Soure e Belém, e a conservação é feita com gelo vindo de Soure. No verão, que vai de maio a novembro, quando a influência do mar é maior, a confluência deste com o rio torna a água esverdeada.

É quando prevalece a pesca de espécies do salgado. A água é mais limpa. Já no inverno, de novembro a abril, a água é doce e suja, prevalecendo a pesca de espécies de água doce.

Durante o período de defeso, entre novembro e maio, é permitida a captura de apenas 5 kg de pescado. Procura-se exercer outras atividades de renda, como a coleta de castanhas de andiroba na praia. Leve-se em conta que, ultimamente, a água está menos salobra devido ao maior volume de água doce disponível. No verão, tem-se a melhor safra. Nessa época, as seguintes espécies são as mais capturadas:

Quadro 4: Espécies de peixes capturadas pelos pescadores da RESEX Marinha de Soure.

Água salgada	Água doce
Nome	Nome
Pescada (<i>Cynoscion spp.</i>)	Traíra (<i>Hoplyas spp.</i>)
Dourada (<i>Brachyplatystoma flavicans</i>)	Anujá ou cachorro-de-padre (<i>Parauchenipterus galeatus</i>)
Bagre (<i>Pariolius spp.</i>)	Tamoatá (<i>Hoplosternum spp.</i>)
Piramutaba (<i>Brachyplatystoma vaillanti</i>)	Jacundá (<i>Crenicichla spp.</i>)
Gurijuba (<i>Arius spp.</i>)	Piranha (<i>Serrasalmus spp.</i>)
	Aracu (<i>Leporinus spp.</i>)
	Apaiari (<i>Astronotus ocelaltus</i>)
	Pescada branca (<i>Cynoscion virescens</i>)
	Bacu (<i>Lithodoras dorsalis</i>)

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Durante todo o ano é permitida a pesca, com restrições durante o defeso. Essa restrição consiste na proibição de determinadas espécies em época de reprodução. A Lei 7.679, de 23 de novembro de 1988 (BRASIL. LEI 7.679, 1988), regulamenta o defeso para cada bacia hidrográfica do país, e o período varia anualmente de acordo com o estabelecido pelo IBAMA, com a colaboração de órgãos estaduais de meio ambiente, instituições de pesquisa e associações envolvidas com a atividade pesqueira em cada bacia hidrográfica. Nos rios da ilha de Marajó, o defeso foi estabelecido no ano de 2005 entre 01/01 e 30/04, proibindo a captura das seguintes espécies: aracu (piauí), curimatã (*Prochilodus spp.*), jeju (*Hoplerhythrinus unitaeniatis*), pacu (*Myleus spp.*), traíra, tamoatá, apaiari, cachorro-de-padre (anujá) e piranha. Os pescadores artesanais, conforme a Lei nº 8.287 (BRASIL. Lei nº 8.287, 1991, art. 1º), são beneficiados com o seguro-defeso durante o período de defeso.

A atividade pesqueira na região enfrenta dificuldades. Segundo Raimundo Borges, 62 anos (2004, informação verbal), de Vila do Pesqueiro, “[...] a pesca é uma aventura. Ás

vezes não pega nada, às vezes pega”. Pescador, o Sr. Raimundo afirma ainda que durante a melhor safra, no verão, auferem entre R\$ 20 e R\$ 100 por dia, o que perfaz um total de R\$ 1.000,00 durante a safra. A pratinha é uma das espécies mais citadas nessa época.

Quanto à organização dos pescadores, mudanças têm ocorrido nos últimos anos. A organização social dessa categoria profissional tem passado por mudanças nos últimos anos. Até pouco tempo, a classe era representada legalmente apenas pelas colônias de pescadores. Como parte do sistema de controle excessivo em relação à pesca, com permissões, cadastros e registros, as colônias monopolizavam a representação dos pescadores. Isso sempre despertou o interesse político. A soma desses fatores, entre outros, sempre tornou as colônias em alvo do interesse político, tornando-as eventualmente instrumento de manipulação política.

Tudo isso resultava eventualmente em dificuldades para a própria categoria profissional, haja vista as colônias serem em alguns casos utilizadas como instrumento de manipulação política. O número de pescadores artesanais e seus dependentes é razoavelmente grande. Só no estado do Pará, segundo Figueiredo Filho (2006), são 75 mil, ao passo que os profissionais que vivem da piscicultura são em número bem menor. O assédio político junto a pescadores filiados a colônias reflete em suas famílias, e conseqüentemente nas comunidades em que se inserem.

Para Figueiredo Filho (2006), essa realidade começou a mudar a partir do momento em que as associações passaram a ter direito a benefícios e a representar os pescadores junto a instituições financeiras. Em um primeiro momento, porém, a maioria das associações foi criada por interesse financeiro devido às exigências do banco financiador. Os pescadores, coletivamente ou por meio de associação, tinham acesso ao crédito. Entretanto, iniciava-se, a descentralização da representatividade do pescador.

A origem das colônias está ligada à iniciativa governamental. Diferentemente, o associativismo, não imposto por lei, surge da necessidade do coletivo. Para alguns benefícios, como seguro-defeso, e benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), é suficiente que o pescador seja membro de associação. Essas mudanças incentivaram a criação de outras associações.

3.1.5 Comunidade de Caju-Una

Uma das comunidades mais antigas de Soure, Caju-Una (Figura 4), tem suas raízes no século XVII⁸. Em 1692, foi criado, por determinação do rei de Portugal, um estabelecimento pesqueiro na boca do rio Cajuna, hoje Caju-Una, que vai até a boca do igarapé Araruna, entre os rios Igarapé Grande e Cambu (Soure), na costa oriental da ilha Grande de Joanes (CRUZ, 1999). Esse estabelecimento passou a funcionar como feitoria de pesca, e entregue posteriormente a arrendatários. As terras da Coroa portuguesas onde se localiza a comunidade de Cajuúna foram demarcadas em 1872 e em seguida vendidas em hasta pública. Após uma série de troca entre proprietários, as terras foram doadas aos moradores em 1948. Na ocasião, o local era parte integrante da propriedade da família de Alacid da Silva Nunes.



Figura 4: Comunidade de Caju-Una. Foto: L. T. Simonian, 2004.

Nessa época, a população deixou o território de origem dessa comunidade. Cruz (1999) e Nascimento (2002) afirmam que tais habitantes deslocaram-se para o território atual em 1979, devido às enchentes no rio Amazonas. Localiza-se atualmente em uma área outrora pertencente a arrendatários do domínio da União, unindo-se as terras ao povoado do Céu, pertencente ao Patrimônio Municipal. Sede da RESEX e comunidade de origem

⁸ Informações mais detalhadas sobre a história da comunidade de Caju-Una podem ser obtidas em Cruz (1999).

do atual presidente da ASSUREMAS, Caju-Una abriga aproximadamente 135 moradores, ou 50 famílias.

A participação comunitária nas atividades locais é percebida dentro e fora da comunidade. Possui artesãos que são qualificados em cursos promovidos pela ASSUREMAS, além de uma associação, o Centro Comunitário São Sebastião, cuja presidente é a professora Celina Maria Oliveira Albuquerque. Existe um líder informal, o professor Benedito Ramos Oliveira (Raminho). Ambos residem em Soure e trabalham na comunidade.

Em abril de 2005, a comunidade foi visitada por representantes do Ministério do Meio Ambiente finlandês, interessados em financiar projetos a fundo perdido. De janeiro a junho, pratica-se a coleta de castanha na praia, vendida a R\$ 0,23/kg. O artesanato (Figura 5) se constitui fonte de renda alternativa, contando a comunidade atualmente com oito artesãos. Em 2005, quando a pesquisa para a fundamentação desta dissertação foi realizada, parte da produção de artesanato estava sendo enviada para Brasília para exposição e venda, com apoio da ASSUREMAS.

Existe a realização de cursos na comunidade com outros objetivos além da qualificação técnica. Como resultado prático de cursos de conscientização de iniciativa do Poder Público, tem-se notícia da liberação de uma tartaruga de um metro de comprimento por parte de moradores, o que seria fruto da conscientização. Este fato demonstra a importância da participação e da realização em eventos como este. A Sr^a. Leonice Pereira, de 47 anos, comenta que lideranças fazem reunião com a comunidade, o que resulta em conscientização. Para o Sr. Altino, de 52 anos, de Vila do Pesqueiro, “as oficinas têm mudado a cabeça das pessoas”. Ele sugere investimento na capacitação por parte do Governo, e mais oficinas para capacitar jovens, velhos e crianças para que se desenvolva uma comunidade de base.



Figura 5: Artesanato, uma das atividades de Caju-Una. Foto: G. Santos Júnior, 2005.

Caju-Una costuma ter razoável participação na venda de produtos artesanais em outras localidades. A figura 5, acima, mostra a produção artesanal da comunidade, juntamente com a de outras localidades. As peças estavam sendo preparadas para uma exposição e venda em Brasília. Trata-se de uma das maneiras de escoar a produção local. O artesanato é atividade normalmente exercida pelos homens, ao passo que o fabrico de remédios, pelas mulheres. Quanto à pesca, Leonice Pereira, 47 anos (2005, informação verbal), de Caju-Una, afirma que seis famílias vivem exclusivamente da pesca de peixe e camarão.

Com a pesca de “rabiola”, espécie de rede de pesca, obtêm-se peixes como a pescada branca, vendida a um real/kg, e a pescada amarela, vendida a dois reais/kg. A maioria dos pescadores é colonizada, o que lhes confere o seguro-defeso. A renda proveniente do peixe tem sua melhor safra no período de maio a junho, no igarapé da comunidade, utilizando-se para isso tarrafa, rede de pesca com pesos nas extremidades e em forma de funil, atirada na água para a captura do pescado. Não há pesca em mar aberto devido à falta de barco motorizado. Com exceção de um, os moradores não costumam catar caranguejo. Segundo moradores, a prefeitura não atua no local, realizando apenas

“remendos”, quando procurados. A mesma postura seria tomada pelo governo paraense. Tais declarações foram obtidas durante o *survey*.

Alguns problemas internos e externos foram detectados quando da primeira viagem de campo. A relação com a fazenda Bom Jesus parece ser um dos problemas mais presentes no discurso dos moradores. Quanto a essa situação, os moradores, de maneira geral, argumentam seu direito de exploração dos recursos naturais e livre acesso à comunidade através da fazenda, ao passo que os representantes da fazenda, juntamente com parte do setor conservacionista, formado pelas ONG, declara que é necessário impor restrições, seja pela preservação da região, seja pelo direito à propriedade.

Em meio a essa problemática, tem-se de um lado a pressão social e do outro a preservação ambiental. Afirma Simonian (2003) que algumas das discussões acerca da criação de reservas são produzidas em torno da presença humana e das possibilidades de destruição dos ecossistemas. Para os conservacionistas, é importante a constituição de reservas para ecossistemas frágeis, junto aos quais, a presença de seres humanos com suas necessidades básicas seria a princípio destrutiva. Para outros, o *modus vivendi* das populações tradicionais tem contribuído para a perpetuação da biodiversidade. Levam em conta também seus direitos históricos a determinados territórios.

Com acontece em outras comunidades, Caju-Una tem seu evento folclórico local. A festividade de São Sebastião é realizada normalmente no mês de agosto, com data marcada segundo os conselhos dos moradores mais antigos, que, por sua vez, se baseiam nos maruins (*Culicoides paraensis*). Realiza-se a festa em data apropriada para que o inseto não incomode tanto. Em 2004, houve a participação de cerca de 500 visitantes.

A prestação de serviços públicos de saúde e educação estão no nível das outras comunidades. O serviço de saúde é razoável. Existe pré-natal na comunidade, bem como programas de vacinação e demais atendimentos básicos. Quanto à educação, é, entre as três, a única comunidade que possui escola com ensino até a 8ª série. As demais, até a 5ª. entretanto, como acontece nas outras duas, a criança, ao chegar em fases de estudo mais avançada do que as encontradas no local, corre o risco de parar de estudar. Se não houver condução pública que a leve a Soure, a opção é morar temporariamente na sede do município, o que não é possível para a maioria.

Além do problema territorial, e conseqüente isolamento, existe o risco de exaustão de recursos naturais causados pela super-exploração de caranguejos e pesca predatória de pescado. Apesar de compor em torno de 0,7% dos caranguejeiros de Soure, os catadores de Caju-Una enfrentam problemas de diminuição do recurso. Alega-se como causa a invasão

de catadores de outras comunidades. Para essa comunidade, o fato de o lugar ter-se tornado uma Reserva Extrativista não alterou em nada sua situação.

3.1.6 Comunidade de vila do Pesqueiro

Vila do Pesqueiro (Figura 6), a oito km da sede do município, possui 63 famílias de acordo com dados de 2003, o que corresponde a 275 pessoas. Diferentemente das comunidades de Céu e Caju-Una, não sofre o problema da falta de água, embora compartilhe de outras necessidades, em especial o desemprego e êxodo de seus moradores.



Figura 6: Vista parcial da comunidade Vila do Pesqueiro. Foto: G. Santos Júnior, 2005

Dispõe de duas associações, a saber: ASMUPESQ e ASPEPE. O *survey* realizado no local da pesquisa mostra que a ASMUPESQ é formada por mulheres e alguns homens. Sua atual presidente, Patrícia Farias Ribeiro, de 29 anos, assumiu o cargo em agosto de 2004 para um mandato de dois anos, até setembro de 2006, tendo sido reeleita para mais dois anos de mandato. De um total de 56 associadas, 25 mulheres estão na ativa e em dias com a taxa mensal de manutenção de um real. As 17 artesãs da associação trabalham com artesanato e crochê, utilizando cortiça (*Apeiba tibourbou*), sementes, urucu (*Bixa orellana*)

para fabricar tinta. Apenas palha e fio, na atividade de artesanato, são oriundos de fora da comunidade.

A comunidade tem-se empenhado na realização de tarefas por conta própria. Em julho, época de pouco peixe, alguns moradores catam caranguejo ou para renda, vendendo aos turistas, ou como meio de subsistência. Em relação à participação do Governo Federal, este, juntamente com o CNS e o Centro de Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento (KEPA⁹), iniciou no local, em fevereiro de 2005, trabalhos que resultaram, entre outras obras, na construção de um quiosque para a ASMUPESQ, que trabalha, entre outras atividades, com artesanato (Figura 7). Também, o Programa de Desenvolvimento Sócio-ambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE), do Ministério do Meio Ambiente, propõe-se a ministrar cursos de capacitação.



Figura 7: Artesanato de Vila do Pesqueiro. Foto: G. Santos Júnior, 2005

O artesanato confeccionado na comunidade é composto por peças como bolsas, panos de prato e bonecas. Além de artesanato, as associadas da ASMUPESQ trabalham com outros materiais. Fabricam-se remédios e outros produtos caseiros a base de ervas medicinais, entre os quais se destacam sabão para uso íntimo, sabão de coco (*Cocos nucifera*), pomada anti-reumática e xarope para asma. A Associação transforma peixe,

⁹ Kehitysyhteistyön Palvelukeskus, em finlandês.

comprado dos pescadores locais, em filé, vendendo dentro da própria comunidade, pretendendo-se, ainda a compra de 60 matapis e duas tarrafas.

Existe a intenção de se escoar a produção da Associação para fora da comunidade. Com apoio do CNS, foi construído um quiosque na praia, onde vendem seus produtos. O *survey* revelou que as associadas estão iniciando atividade de beneficiamento de andiroba, da qual é extraído óleo para venda. Existe também a atividade da compra de camarão de pescadores da comunidade para revenda, atividade que se constitui em um problema atualmente, haja vista a dificuldade para escoar o produto. Do montante de cerca de 300 reais investidos na compra do camarão, boa parte foi retirada de outras atividades, como artesanato. Ao comprar-se por um real/kg, a intenção é vender, fora da comunidade, por oito reais/kg. Com essas iniciativas, pretende-se gerar renda para os moradores.

Com o objetivo de crescer e consolidar suas atividades, a Associação mantém contatos com instituições oficiais. Sua liderança está propondo à Prefeitura Municipal de Soure a construção de uma cozinha equipada. Atualmente, o Estado está envolvido na comunidade apenas na esfera federal, por meio de convênio com o CNS e financiamentos intermediados pelo BASA e BB. A ASMUPESQ, no que se refere a geração de renda, tem atualmente várias atividades. Possui duas de suas associadas participantes do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Soure.

A outra associação encontrada na Vila do Pesqueiro é a Associação dos Pescadores da Vila do Pesqueiro (ASPEPE). É composta por 92 associados, dos quais aproximadamente 23 são mulheres. Seu atual presidente, Sr. Edevaldo Paulo Tavares, de 44 anos, assumiu em maio de 2004 para um mandato de dois anos. Sua sede foi inaugurada dia 27/06/2005. Tiram sua renda da pesca e dos mariscos (camarão e siri (*Callinectes spp.*)). Como projeto, essa associação planeja a construção do barracão da Casa do Pescador do Pesqueiro, que teria a mesma função de um depósito de rede, estabelecimento típico de cidades como Abaetetuba, ou seja, conserto de rede de pesca e atividades afins.

Tal projeto tem o apoio institucional de representantes da Reserva e do Governo Federal. Segundo informação do Sr. Edevaldo, existe participação do PFZ, via ASSUREMAS, e é voltado, como o próprio nome indica, apenas para os pescadores da comunidade. Também, existe o projeto de uso de um “barco-mãe”, comprado ou construído pela associação, para os pescadores da comunidade. A liderança da organização informou ainda que o BASA concede financiamento diretamente ao pescador, não à associação. Existe a pretensão de parceria com a CP Z-1. Esses dados foram obtidos por meio da pesquisa exploratória.

As duas associações citadas trabalham independentemente uma da outra. Por citação das próprias lideranças, observou-se que as duas únicas associações da vila do Pesqueiro não têm vínculo entre si, nem trabalho algum em conjunto. Isso não impede, naturalmente, que associados de uma e de outra exerçam atividades juntos, principalmente no que diz respeito às reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX.

Os meios de renda e subsistência dos moradores giram em torno da pesca. A renda declarada do pescador nessa comunidade, considerando-se apenas a produção de pescado, inclusive crustáceos como camarão e siri, fora outras atividades, é em torno de 1,5 salário mínimo (SM), podendo chegar a três no verão, quando se obtém a melhor safra, entre julho e dezembro. Já entre dezembro e maio, o peixe não “arria”, ou seja, não aparece na região. O camarão, outra fonte de renda além do peixe propriamente dito, é capturado no igarapé. O caranguejo só é capturado para subsistência.

3.1.7 Comunidade do Céu

A comunidade do Céu (Figura 8), uma das mais recentes, tem sua origem em outra comunidade. A que hoje integra a RESEX de Soure começa a tomar contornos em 1964, quando o povoado do Areião, destruído pela erosão das águas da baía do Marajó, mudou-se para o atual lugar, por iniciativa dos moradores remanescentes auxiliados pelo prefeito e governador de então. As novas terras foram desapropriadas, iniciando-se a mudança em 1966. Segundo a Sr^a. Maria Elielza Silva, o prefeito Emanuel Raiol Lobo comprou a atual propriedade da comunidade.

O acesso ao local se dá pela mesma estrada que liga Caju-Una à sede municipal. A respeito da livre passagem por essa estrada, as opiniões variam. Para uns, não existe atrito com a fazenda Bom Jesus. “Pelo contrário”, segundo a versão do ex-presidente da Associação dos Moradores da Comunidade do Céu (AMCC), Sr. Teófilo Neves, que atualmente reside em Soure, embora mantenha uma casa na comunidade. Ainda segundo ele, a comunidade vive quase no anonimato, e seus moradores são acomodados com a situação. Já outros moradores reclamam de excesso de controle por parte da fazenda, causando transtornos, principalmente em época de festejos no local. Essas informações foram obtidas durante a pesquisa exploratória.



Figura 8: Comunidade do Céu. Foto: G. Santos Júnior, 2005.

Atualmente, essa comunidade possui 180 moradores e 39 famílias. Seus moradores são remanescentes da extinta comunidade do Areião, que era localizada entre a vila do Pesqueiro e a comunidade do Céu. Sua renda provém da pesca, sendo a cata de caranguejo insignificante. Uns poucos moradores incrementam sua renda com a comercialização dos frutos dos cocais que possuem. O principal pescado são a pratinheira e a tainha, utilizando-se, para a pesca, barcos a motor.

No que diz respeito à presença de associações e atividades de geração de renda em conjunto, existem iniciativas por parte da população. A comunidade dispõe de duas associações, a saber: AMCC e Associação dos Pescadores da Comunidade do Céu (APCC). Foi citada também uma associação de idosos. Entretanto, não se encontrou um representante.

A exemplo da comunidade de Vila do Pesqueiro, existe um estabelecimento destinado a atividades de artesanato. Entretanto, segundo Elielza Conceição, 29 anos, a casa está inativa. A situação se deve a três motivos principais: falta de energia elétrica, ausência de instrumentos de trabalho e dificuldade de passagem de carros pelo portão da fazenda, o que dificulta a presença de visitantes. Existe também o relato de dificuldade de relacionamento entre as associadas do empreendimento.

Como alternativa de renda, alguns moradores são pescadores, e poucos, servidores públicos. Ernane Silva, 67 anos, cita como fontes principais de renda a pesca, plantação de coco e a Prefeitura. Existem dez ou 12 catadores de caranguejo. Os pescadores não costumam vender peixe para a comunidade. Utiliza-se no local um *freezer* doado pela ASSUREMAS. Alguns fazem coleta de açaí, que é “batido” e vendido no local.

O Estado em suas esferas estadual e municipal foi declarado inativo na comunidade. De todo modo, há prestação de serviço municipal de transporte escolar de segunda a sexta-feira, com saída do local às 6h, 12h, 18h e 23h. Também, o usuário comum pode utilizar esse transporte pelo valor de um real.

Os dois poços que servem aos moradores foram escavados com o apoio do Governo Estadual, na gestão de Jader Barbalho, que cedeu material. O serviço de água, também prestado pela prefeitura, funciona até as 19h, voltando a funcionar às 7h da manhã do dia seguinte. Edson Gonçalves, agente comunitário e morador (2005, informação verbal), revela que a água utilizada pela comunidade não recebe mais cloro, cuja entrega era demasiadamente atrasada, proveniente da Secretaria da Saúde do Município. Como resultado, é comum a ocorrência de diarreia. O problema se agrava no verão, quando moradores acordam durante a madrugada para pegar água.

Existe uma escola municipal com ensino até a quarta série do nível fundamental.. O ensino é tido como de qualidade. Segundo a Sra. Maria Amélia Silva, depois de dois dias de falta de seu aluno, o professor vai à casa dele saber o motivo da ausência. Todos esses dados foram obtidos na pesquisa exploratória.

A infra-estrutura está em fase de melhoria. O pedido de telefone público feito à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) foi indeferido em um primeiro momento. Atualmente, porém, a instalação foi feita, segundo Nelita Pereira da Conceição, 58 anos (2005, informação verbal), moradora, por iniciativa da empresa Telemar. Afirma ainda a Sra. Nelita que a comunidade teve a iniciativa de preparar um abaixo-assinado para solicitar o serviço.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Política é expressão cuja definição é feita por vários autores, dentre os quais destacam-se os seguintes: para Ferreira (1999, p. 1599), é um “[...] conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução”. O mesmo autor define política de rendas como um “[...] conjunto de ações do Governo no sentido de influir no processo de fixação de salários e preços [...]” (FERREIRA, p. 1599). Dye (apud DIAS NETO, 2003) afirma que é qualquer coisa que o governo escolha fazer ou não, enquanto para Houaiss (2001, p. 2253) é a “[...] arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; aplicação desta arte aos negócios internos da nação (política interna) ou negócios externos (política externa)”.

4.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Vários autores definem o termo política pública em relação a ação do Estado. Implica, para Simonian (2003), propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade, onde e com quem são implementados. Motta (2005) designa política pública como uma ação governamental que intervém na esfera econômica para atingir objetivos que os agentes econômicos não conseguem alcançar atuando livremente. Para Marcelino (1988, apud DIAS NETO, 2003), no Brasil, as deficiências na definição de políticas públicas são a falta de apoio técnico necessário para a formulação e avaliação das referidas políticas.

Os objetivos referentes às políticas públicas auxiliam a definição do termo. Na tentativa de corrigir falhas de mercado, nas palavras de Motta (2005), a política pública é voltada para o cumprimento de missões no âmbito da sociedade na qual está inserida, sendo essencial para que o Estado possa desempenhar satisfatoriamente sua missão de gerir a coisa pública. Como exemplos de objetivos de política pública, pode-se citar a qualidade ambiental, a proteção da agricultura nacional, a erradicação do analfabetismo.

O estudo de alguns conceitos é importante para o bom entendimento do funcionamento da política pública. Um deles é o ordenamento dos procedimentos a serem tomados no âmbito de determinada política pública, procedimento necessário para que a

administração tenha parâmetros para sua atuação. Trata-se do plano público, nos quais estão inseridos os projetos de desenvolvimento regional, que são relacionados, segundo Amin (1997), com o baixo índice de qualidade de vida de estados como o Pará.

A instituição é outra figura que deve ser levada em conta na elaboração de uma política pública. Em curto prazo, o governo, grupos de interesse em geral e cidadãos devem obedecer a regras definidas pelas normas legais vigentes. No longo prazo, porém, tais regras mudam. Uma maneira de estabelecer tais regras são as chamadas instituições, que são, segundo Majone (1989, apud DIAS NETO, 2003), limitações ou coações feitas pelo homem por meio de leis, normas, organizações e procedimento de tomada de decisões. São caracterizadas por regras explícitas e relativamente estáveis, bem como hierarquização de pessoal.

4.2 HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma análise histórica é importante para o bom entendimento de políticas públicas. A tomar-se uma lista enumerada por Ribeiro (1990), as ações a elas ligadas que já causaram impacto na região amazônica têm início com a descoberta da Amazônia pelos portugueses no século XVI: a política de conquista, que dura até o século XVIII. A seguir, veio a política de exploração, realizada pelo Brasil independente de meados do século XIX, na qual se destaca o extrativismo da borracha. Na política colonialista, o colonialismo externo de Portugal foi substituído pelo interno – a influência do poder central em uma região. Já a política militar de integração, com o objetivo de ligar a região Norte ao restante do país, foi o formalismo que dava cobertura à política de exploração.

Por meio de iniciativas como incentivos fiscais, abriu-se caminho para que os interesses do poder público e da iniciativa privada explorassem os recursos naturais amazônicos. Foi o retorno da política de exploração. Outra foi a política de ocupação, cujas estratégias de planejamento do desenvolvimento regional enfatizaram ora a integração nacional, ora a ocupação populacional da região, ora os incentivos à iniciativa privada para investir no aproveitamento das matérias-primas regionais.

O período da Revolução de 1930 ao fim do regime militar em meados de 1980 foi marcado por transformações na política pública. A decadência da política estatista-desenvolvimentista no Brasil, acelerada nos anos 1930, teve seu esgotamento, especialmente na Amazônia, em meados dos anos 80, com o colapso do regime militar. Em

vista disso, juntamente com a crise econômico-financeira daí desencadeada, vieram à tona os grandes problemas sociais que, se já existiam, foram agravados pela política de grandes projetos, cuja idéia de desenvolvimento se confundia com crescimento econômico (BRITO, 2000). Em face dessa situação, tomou corpo a idéia de substituição desse modelo por uma alternativa que valorizasse as dimensões sócio-econômica, sócio-política e ambiental (BRÜSEKE, 1996, apud BRITO, 2000). Inicia-se, então, a política pública voltada para o desenvolvimento sustentável.

Essa mudança na maneira de pensar o desenvolvimento veio acompanhada de uma reformulação institucional, jurídica e política. Essa nova estrutura teria sido concebida para lidar, sobretudo na Amazônia, com os pressupostos do desenvolvimento sustentável de eficiência econômica, justiça social e equilíbrio ambiental (BRITO, 2000). A necessidade desses ajustes passou a ser preconizada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, para quem a eficiência da gestão estatal e o equilíbrio fiscal e monetário seriam primordiais para o desenvolvimento (SOUZA, 2001). Essa concepção, um retorno ao liberalismo pré-keynesiano, evidencia a dificuldade de se combinar a equidade com o mercado. Segundo Souza (2001), essa situação reforça a relação de complementaridade entre ambos, e reafirma a posição do Estado de parceiro e facilitador da participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas.

Observa-se grande diferença entre as políticas públicas do período pós-Vargas e o final dos anos iniciados em 1990, quando surgiram no Brasil as leis infraconstitucionais de cunho ambientalista. Os governos de base teórica keynesiana que sucederam a Era Vargas centralizavam as decisões nas instâncias superiores da máquina política e governamental, sobretudo durante os governos militares dos anos de 1970 e 1980. A partir do final dos anos de 1990, porém, reduziu-se a intervenção estatal, tanto na ordem econômico-social quanto no papel de empreendedor, devido à desregulamentação da economia e privatizações.

Porém, Coelho et al. (2001) não vêem nessa dinâmica uma redução estatal, apenas um processo de transformação, ainda que não mais com o caráter desenvolvimentista, mas estimulando a iniciativa privada para o investimento da infra-estrutura. Diante disso, perdeu-se a dimensão de coalizão e alianças de forças econômicas e sociais, o que têm resultado no aumento da segmentação social. A alternativa que se coloca é a formação de alianças entre segmentos sociais, estimulando-se a coesão e resgatando-se o contrato social e redução dos pontos de tensão e fragmentação que se têm revelado crescentes.

As mudanças de visão do poder desde o fim da ditadura militar levaram a inovações no fazer política pública. Nogueira (2005) afirma que o reformismo do processo de democratização incorporou quatro idéias inerentes ao discurso democrático em geral e ao radicalismo democrático em particular: descentralização, participação, cidadania e sociedade civil. A tendência, pressionada pelas reivindicações societais, apontava para uma abertura maior para a sociedade.

4.3 ATORES SOCIAIS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

Há dois conceitos diretamente ligados aos efeitos sócio-econômicos da implementação de políticas públicas. Trata-se da modernização e da apartação social. Para barrar e reverter o processo de apartação social, que pode ser agravado com os processos de modernização, é necessária uma estratégia cujo benefício vá além do crescimento econômico a um ritmo razoável. É de se orientar a política de crescimento no sentido de impactar positivamente os aspectos social e ambiental e a uma melhor repartição dos resultados.

A participação política em sua evolução histórica até hoje é vista como uma espécie de invasão do Estado pela sociedade. Este, nas palavras de Costa (2006), passaria a agir como delegado, não como sujeito. Para participar, porém, é necessário que se tenha informação, sempre se levando em conta que a participação é conquistada, e não dada. Esta participação política, cuja exigência é progressivamente direta, em vez de representativa, reflete o número maior de grupos e interesses participantes do jogo, que buscam interferir nas esferas em que são tomadas as decisões. É no instrumento de conhecimento que é quebrada a assimetria existente entre os atores no momento da discussão.

Existe a necessidade de se administrar interesses que se confrontam, oriundos de grupos com objetivos diferentes, às vezes opostos. Nesse sentido, o programa de governo, outro termo ligado às políticas públicas, é normalmente resultado da decisão conjunta de atores agrupados em grupos de interesse diversos, mediados por um mediador político, que se utiliza de seu poder coercitivo e de barganha, muitas vezes também defendendo seus próprios interesses. No caso do extrativismo, os atores, segundo Lescure, Pinto, e Emperaire (1995), são muitos, e estão conectados por relações sociais de produção e poder cuja diversidade depende dos recursos, da acessibilidade do mercado e da história local. A

política pública, então, seria o direcionamento tomado, dentro de um universo do que não é privado, mas conduzido de maneira tal a que se chegue a um consenso.

Termo freqüentemente associado ao ente estatal, pode ser aplicado a praticamente todos os sistemas sociais nos quais o poder representa papel importante. Segundo Anderson (apud DIAS NETO, 2003), é um curso de ação propositiva seguido por um ator ou um conjunto de atores ao lidar com um problema ou assunto de interesse. A característica comum é a decisão do governo, seja de fazer, seja de não fazer alguma coisa. Johnson a designa como o processo social por meio do qual poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e usado nos sistemas sociais.

A política pública, modalidade de política estudada neste trabalho, é prática constituída de ferramentas utilizadas pelo Estado para intervenção e controle no plano social. Chaves et al. (2005) relaciona sua natureza de prática social com a formulação da necessidade de conciliar demandas ou estabelecer incentivos para ações coletivas entre aqueles que partilham metas. Pode-se afirmar, como faz Chaves et al. (2005, p. 54), que “[...] em última instância, política pública é o resultado das disputas e confrontos entre diferentes interesses, projetos e necessidades que dependem da distribuição de recursos com base na instituição de regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos”.

Essas disputas e confrontos são etapas necessárias, e não devem ser vistas como empecilhos para o bom andamento do processo. Ao lado da participação social, que hoje é parte integrante da eficácia das políticas públicas, a participação empresarial e a governamental são importantes, pois não se tem indivíduos ou empresas isoladas. O jogo de interesses, neste contexto é exercido no campo da participação, e participar é contribuir. Para Costa (2006), o que se tem são redes, que fundamentam a dinâmica social, para bem ou para mal. Quanto à deficiência de participação de determinados setores, Peixoto (2006) afirma que o fato de se colocar regras no jogo político já favorece as partes mais fracas.

Nem todos os segmentos sociais possuem representantes ou canais de participação, influenciando mais eficazmente nas ações os atores de maior poder e força na esfera econômica e política. Cardozo (2006) destaca aspectos importantes da gestão participativa de qualidade, como a informação, formação e capacitação dos atores, em especial técnicos dos setores públicos e da sociedade civil; definição de critérios que garantam a participação de todos os setores; linguagem acessível a todos os atores, sejam eles extrativistas, indígenas, empresários, produtores rurais, ambientalistas, pesquisadores, profissionais da área cultural ou dos governos federal, estaduais ou municipais.

Evidencia-se atualmente a necessidade de determinada política pública ser agrupada a determinado grupo de serviços, articulando-se a outra(s) política pública, para que seus objetivos sejam viabilizados. Para tanto, Garcez (2006) afirma que três dimensões devem ser levadas em consideração para que tal integração seja possível. São elas: (a) a dimensão econômica, abrangendo fatores de competitividade, como a energia; (b) dimensão social, da qual faz parte a educação, saúde, saneamento e habitação; e (c) a dimensão ambiental, que leva em conta os recursos naturais.

Esta premissa constitui um desafio a ser vencido pelo Estado, pois, nas palavras de Garcez (2006), a burocracia, não sabe pactuar com facilidade, não porque não queria, mas porque não sabe. No que se refere à esfera federal de governo, existe a tendência de cada ministério trabalhar priorizando seu próprio setor, e uma fraca pactuação entre o governo federal e os governos estaduais e sociedade civil. É fundamental, porém, considerar o modo de aplicação da política pública, levando-se em conta a cultura, a geografia da população com a qual se trabalha e a participação dos cidadãos.

No caso da sociedade civil, aqui incluídos os moradores da área de estudo e os demais usuários, a participação no processo de constituição de determinada política pública se dá com a disputa e confrontos entre diferentes interesses, projetos e necessidades que dependem da distribuição de recursos com base na instituição de regras definidoras e consolidadoras e de interesses específicos. Ainda que tais conflitos sejam inevitáveis, Peixoto (2006), vê a participação social nos dias de hoje como parte da eficácia das políticas públicas. Pelo fato de ser a RESEX um território, pode haver, dentro dele, realidades distintas. Daí a necessidade do planejamento. Deve-se, portanto, nas palavras de Faleiro (2006), planejar a partir de territórios. É fundamental, em tal planejamento, levar-se em conta a cultura, a geografia da própria população com a qual se trabalha e a participação dos cidadãos.

No âmbito deste trabalho, a política pública visa a eliminar ou diminuir a pobreza e promover a qualidade ambiental. A conhecida pobreza e desigualdade nas comunidades pesqueiras pode ser combatida de várias maneiras, seja por meio de políticas públicas, seja via entidades não-governamentais. No que tange à iniciativa governamental, há que se levar em conta que nem toda política de inclusão trata de desigualdade. Uma política de saúde, por exemplo, nos dizeres de Garcez (2006), pode se de acesso, mas não de combate à desigualdade. A integração entre as diferentes políticas é que efetivamente resultará no combate à desigualdade, elevando a qualidade de vida das populações pesqueiras.

No caso do local de estudo, importa o comentário de políticas públicas criadas para o setor da pesca. Nessa atividade, não se contempla, historicamente, o desenvolvimento social. Trata-se de fato preocupante levando-se em conta que grande parte dos moradores das comunidades estudadas vivem dessa modalidade econômica. Chaves et al. (2006) enumera as características das políticas públicas implementadas no Brasil no que se refere ao aspecto social: sistema centralizado, com predominância de divisão difusa de trabalho entre setores público e privado de prestação de serviços sociais; distorções na forma de concessão de benefícios e prestação de serviços; dificuldade de acesso; limitado controle público sobre os recursos destinados às políticas sociais.

As políticas atuais do setor pesqueiro diferem das adotadas no final da década de 1960, quando os instrumentos econômicos de apoio à produção – e, portanto, de promoção do desenvolvimento – nem sempre eram instrumentos de administração da utilização sustentável dos recursos. Além disso, nessa época as políticas eram direcionadas ao setor industrial, com pesados incentivos que dificultavam a avaliação da verdadeira economicidade dos empreendimentos. Também, se desconsiderava a grande massa de pescadores artesanais, que contribuíam naquele período com 80% da produção pesqueira nacional. Tratava-se, de acordo com Brasil, Ministério (1988), de uma política com tendência à concentração de renda e voltada predominantemente para a exportação de produtos nobres, o que acentuava o desnível sócio-econômico e o abandono administrativo da produção de pequena escala.

4.4 INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS

Para atingir seus objetivos, a política pública se utiliza do mecanismo chamado instrumentos de política. São classificados por Motta (2005), de modo geral, como Instrumento Econômico (IE) e Instrumento de Controle (IC). Tais instrumentos podem ser utilizados no desenvolvimento de novas parcerias entre o Estado e a sociedade civil organizada. O IE, usado amplamente em diversas políticas públicas além da ambiental, atua diretamente nos custos de produção e consumo dos agentes econômicos cujas atividades estão contempladas nos objetivos da política. Seus objetivos estão ligados à melhoria social. Como exemplo, tem-se impostos, taxas e contribuições de melhoria (BRASIL.Constituição, 1988, art. 145, incisos I, II e III). O IC, por sua vez, atua fixando parâmetros técnicos para as atividades econômicas que garantam o objetivo de política

desejado. Motta (2005) cita como exemplos a carteira de trabalho e o licenciamento ambiental.

Para Costa (2006), instrumento é um meio que certo sujeito aciona para atingir um objeto. Os instrumentos se classificam em (a) de conhecimento, que vem a ser o conjunto de informações necessárias à prática da participação; (b) de pactuamento, (c) de intervenção, que podem ser fiscais, etc.; (d) de manutenção de processo e (e) monetários, que é a concessão de crédito, etc., importante na formação da infra-estrutura. É no instrumento de conhecimento que é quebrada a assimetria existente entre os atores no momento da discussão.

A respeito dos IE em uso na região amazônica, pode-se afirmar que se pretende utilizá-los como elo entre a política ambiental e a econômica, sendo estes exemplos de políticas públicas. Para Becker (2005), a política ambiental falha por tratar a região como uniforme, ignorando a diversidade sócio-ambiental. Esta autora frisa a heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia, ainda que normalmente se adote o ecoturismo como atividade básica. Este pensamento está inserido no que ela chama de respeito às características e às demandas específicas das regiões.

4.5 MODELOS DE POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE RENDA

Este estudo aborda políticas públicas voltadas para a geração de renda. Nesse sentido, Ramos (2003) defende que as principais vertentes teóricas dessa categoria de políticas são o modelo Clássico, o Keynesiano, o Tecnológico, o Novo Modelo Tecnológico, o Liberal-Radical e o Social-Democrata. Essas matrizes ora se contrapõem, como no caso da Clássica e da Keynesiana, ora se complementam, como o modelo Keynesiano e o Tecnológico. O Modelo Clássico supõe que o livre funcionamento dos mercados sempre vai possibilitar atingir um ponto de equilíbrio no mercado de trabalho no qual o preço da mão-de-obra (salário real) permite que a oferta de trabalho se iguale a sua demanda, viabilizando o pleno emprego.

O modelo Keynesiano, sucessor do Clássico, diferencia-se deste por rupturas, dentre as quais se destacam: (a) a declaração de que a demanda determina a oferta, e não o contrário, como afirma o modelo antecessor; e (b) a afirmação de que o nível de ocupação seria determinado pelo produto, e não pelos salários reais. Um governo ou um sindicato, por maior que seja seu poder, não pode determinar o poder de compra do salário senão,

unicamente, o valor nominal do salário. Assim, a existência de um salário mínimo ou de sindicatos com notório poder de barganha não podia ser desculpa para situações de desemprego. O nível de emprego seria determinado, então, pelo nível de atividade e o salário real se ajustava (via inflação, por exemplo).

O modelo Tecnológico se baseia no domínio quase absoluto do taylorismo-fordismo. Precisamente, o mesmo tem por base a produção em massa em grandes unidades de produção com trabalhadores que requeriam pouca qualificação devido à realização de tarefas repetitivas, sendo mínimos os requisitos de qualificação. Como consequência, esse modelo gerava recursos humanos desqualificados (exceto os aspectos culturais) e desmotivados.

Outras vertentes teóricas surgiram após o taylorismo-fordismo. O Novo Modelo Tecnológico sugeria que recursos humanos mais qualificados e autônomos pareciam ser mais compatíveis com os novos postos de trabalho que se vão criando. A Alternativa Liberal Radical é normalmente ilustrada pelos EUA de Reagan e a Inglaterra durante Thatcher. A estratégia consistia em enfraquecer os sindicatos, reduzir o valor do salário mínimo, diminuir as ajudas financeiras aos desempregados ou, em geral, enfraquecer o Welfare State, de maneira tal a tornar o mercado de trabalho o mais concorrencial possível.

Houve também uma vertente com princípios similares aos de sua antecessora. A Alternativa Social-Democrata coincidia com o modelo clássico em sua essência: a intervenção para reduzir o desemprego centrava-se no mercado de trabalho; portanto, as políticas keynesianas alternativas geravam poucos ganhos em termos de oferta de novos empregos e tinham elevados custos em termos de inflação e desequilíbrios. Ao contrário da Alternativa Liberal Radical, se distinguia dele por não propor como eixo de sua estratégia uma ofensiva contra os sindicatos, o salário mínimo, o *Welfare State* etc. Sua intervenção consistia em uma série de medidas que se convencionou em denominar de Políticas de Emprego.

Ramos (2003) classifica essas políticas em ativas e passivas. Estas se destinam à tomada de ações para tornar mais tolerável a condição de desempregado, como o seguro-desemprego, extensão de ciclos escolares, aposentadoria precoce e expulsão de imigrantes. As Políticas Ativas, divisão mais pertinente a este estudo por incorporar os objetivos do Plano de Manejo, destinam-se a elevar o nível de emprego, geralmente atuando sobre o contingente de trabalhadores. Destaca-se entre as políticas ativas a formação profissional, a intermediação, o apoio aos micro e pequenos empreendimentos, os subsídios à contratação de uma determinada população alvo e a criação direta de empregos pelo setor público.

Para Coelho et al. (2001), é exemplo de política passiva federal o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado em 1990, que financia os seguintes programas: (a) Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER, criado em 1994); (b) PROGER Rural, criado em 1995; (c), Programa de Extensão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO, de financiamento); e (d), Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), implementado em 1996. Essas e outras políticas de geração de renda, ao promoverem mudanças no setor formal, repercutem indiretamente no formal.

Existem outras classificações importantes para o estudo neste trabalho. Em se tratando de Economia, cuja análise é contribuir para a compreensão da geração de renda, Sachs (2003) classifica em (a) doméstica, (b) proto e pré-capitalista ou informal, (c) capitalista de mercado e (d) solidária. Todos esses modos de produção se fazem presentes na área, articulando-se entre si. O artesão, por exemplo, pode estar inserido em qualquer um desses modos, podendo ainda pertencer a um e interagir com outro.

4.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atualmente, tem aumentado o interesse pela aplicação do chamado instrumento econômico. Esta modalidade de política consiste em incentivar e atrair os atores econômicos, não necessariamente fundamentando-se em políticas ambientais, mas influenciando na qualidade ambiental. Procura-se aplicá-lo na proteção e uso sustentável dos recursos naturais. Segundo May et al. (2005), constatou-se que a política para o tema até então adotada, baseada em instrumentos de “Comando e Controle”, era insuficiente para se chegar aos resultados esperados. Em Gestão (2006), tem-se o uso dominante de instrumentos de comando e controle pelo Estado é visto como um dos principais motivos da crise do setor pesqueiro no Brasil. Por outro lado, ainda segundo Gestão (2006), a participação insuficiente de pescadores e comunidades interessadas e ações precárias de fiscalização também contribuem para a crise.

Para reverter o quadro, ou seja, exercer um controle eficaz sobre os recursos pesqueiros, a atual política para o setor busca o modelo de gestão compartilhada com os usuários dos recursos pesqueiros. Entre outros temas, discutem-se medidas de proteção dos recursos, como tamanho mínimo para a captura e proibição de pesca durante o defeso (época de reprodução). Ganha força a idéia defendida por autores como May et al. (2005),

no sentido de que é preciso que as políticas ambientais se articulem às dimensões econômica e social do processo de desenvolvimento.

Para a elaboração de uma política de geração de renda que se coadune às necessidades da RESEX, é importante, portanto, uma articulação entre as dimensões ambientais e sócio-econômica. Procura-se, assim, o desenvolvimento. Sachs (2003) menciona dois extremos do desenvolvimento: o primeiro com configurações triplamente ganhadoras, e o outro com as configurações triplamente perdedoras. A partir deste raciocínio, o autor apresenta três situações intermediárias de crescimento econômico, a saber: (a) impactos sociais positivos com degradação do meio ambiente; (b) política ambiental prudente sem geração de empregos; e (c) uma situação em que o crescimento selvagem puro e simples causa impactos sociais negativos, degradando o meio ambiente. Destas, a última é a hipótese mais provável, principalmente a se levar em conta o fanatismo de mercado descrito por alguns autores.

O campo é palco de problemas sociais diversos. Ao partir do princípio de que todo desenvolvimento tem uma base eminentemente local, projetando-se para maiores escalas, Sachs (2003) afirma que está no setor rural o maior repositório de miséria e exclusão social do Brasil. Vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento, nas palavras de Santoyo (1992), já dividiu gerações e causou polarizações. Isso se deu por causa do conflito causado entre os diferentes interesses. Porém, a partir do desenvolvimento sustentável, é possível aproveitar o potencial de desenvolvimento e resgatar a dívida social. Para Sachs (2003), ainda que todo desenvolvimento transcenda o plano local, é neste que se manifesta sua ausência ou presença, e onde se exercem os equilíbrios entre as cinco eficiências: social, alocativa, inovativa, ecoeficiência e de pleno emprego dos recursos.

Sachs (2003) sugere ainda que, no meio rural brasileiro, o crescimento atrelado ao emprego poderá se dar por meio da consolidação e expansão da agricultura familiar, além da promoção das Micro e Pequenas Empresas (MPE). Ele também classifica em três os cenários possíveis para o desenvolvimento rural do Brasil: o primeiro se refere à agricultura patronal moderna e das indústrias agroalimentares; o segundo enfatiza a importância social da agricultura familiar sem levar em conta a função econômica; o terceiro cenário é o desenvolvimento rural sustentável, tendo a agricultura familiar o papel mais importante. Neste ponto, porém, fica a questão do extrativismo, como lembra L. Simonian (2005, informação verbal), em especial quanto às modalidades do neoextrativismo e do agroextrativismo, o que se coloca como fundamental em casos de RESEX marinhas.

Uma nova figura que tem surgido na discussão em torno da geração de renda em comunidades como os extrativistas é tecnologia social. Um conceito inicial, de Lassance Jr. e Pedreira (2004, p. 66) dá conta de que é um “[...] conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida”. Assim, o uso do artesanato ou fabrico de medicamentos fitoterápicos individualmente ou apenas por um grupo de pessoas das comunidades da RESEX não se constitui em si uma tecnologia social. Entretanto, quando essa prática passa a ser usada coletivamente e em rede com um objetivo social, como gerar renda e emprego, integra o conceito que está sendo construído em torno dessa figura de mudança social.

O uso da tecnologia social, porém, no que se refere à articulação entre os atores, está restringido por fatores que precisam ser levados em conta para a geração de renda na RESEX. O relacionamento entre os diferentes atores locais no sentido de gerar renda e emprego ainda se faz com limitações. A tecnologia produzida muitas vezes não resulta em aplicação, ou, nas palavras de Esteves (2005), o conhecimento não vira inovação, pois as empresas brasileiras têm dificuldade de interagir com as universidades. Apesar de algumas empresas participarem do processo produtivo na condição de sócias em comunidades próximas às da RESEX em estudo, percebe-se que grande parte da iniciativa de apoio na execução de alternativas de geração de renda parte das organizações governamentais e não-governamentais atuantes na área, com exceção da indústria de cosméticos Brasmazon.

Lassance Jr. e Pedreira (2004) enumeram componentes de um circuito de relações que estabelecerão determinada tecnologia social como tal. O primeiro deles, os dirigentes governamentais, era o mais impenetrável dos circuitos. O segundo circuito, a burocracia, deve ser vista como ente completamente distinto de governo, pois é terreno da administração, enquanto governo é terreno da política. O terceiro circuito, a academia, viabilizaria tecnicamente a tecnologia, aliada à sabedoria popular. Finalmente, tem-se os movimentos populares, contextualizados aqui como comunidades organizadas para sustentar o uso continuado e adequado da tecnologia. Estes dependem de um capital social mínimo para reunir as pessoas em torno da solução.

Do pensamento do autor acima exposto pode-se inferir que o setor empresarial teria uma contribuição menor para dar à atividade da tecnologia social, haja vista nem ter sido citado como um dos circuitos de relações. Em vista disso, sugere-se que o ator ligado ao este setor seja incentivado a participar, unindo-se ao circuito acadêmico e às populações interessadas no sentido de transformar o conhecimento adquirido em geração de renda.

4.7 AÇÕES E POLÍTICAS DO ESTADO NA RESEX MARINHA DE SOURE

No âmbito do Governo Federal, existe uma estrutura voltada para ações e políticas referentes a populações tradicionais. Tal estrutura foi formada ao longo dos governos. Segundo Vergara Filho (2006b), todas as ações na Reserva em estudo foram oficialmente financiadas pelo Governo Federal. Além do que já foi mencionado no decorrer deste trabalho em termos de políticas e formação legal, existe uma distribuição de competências no sentido de atender necessidades relacionadas às populações tradicionais. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) tem como objetivos principais a proposição de políticas e implementação de estudos. Com isso, espera-se melhorar a relação entre o setor produtivo e o meio ambiente.

4.7.1 Histórico das atividades relativas à RESEX

A SDS possui o Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável (DADS), que financia projetos de agroextrativismo, e desse modo vem atendendo à RESEX Marinha de Soure. Seu objetivo é promover a formulação e gestão de política pública, bem como a execução de ações e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de populações tradicionais. E, especificamente quanto às ações na RESEX, a partir de 2002 estão sendo implementados projetos via CNS, com a criação dos instrumentos de gestão.

A partir do momento em que essa UC foi reconhecida e habilitada no Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONAF), ações efetivas começaram a ser tomadas em relação aos moradores da RESEX. Nas três comunidades e no Pedral, serão construídas casas por intermédio do crédito-habitação, no valor de R\$ 2.400,00 por família. Até o final, serão beneficiadas 400 famílias. Inicialmente estão sendo construídas 150 casas, segundo o Sr. Vazinho.

Além desse crédito, existe também o crédito-fomento. Este financiamento, no valor por família de R\$ 2.400,00, destina-se à habitação, para um total de 400 famílias. A partir da implementação do Plano de manejo, está previsto o crédito de R\$ 18 mil por família. Estes valores são destinados às três comunidades da RESEX, além de Pedral.

Existem também iniciativas voltadas para o crédito. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará, a partir do segundo semestre

de 2006, o plano de manejo das RESEX, entre elas, a UC em estudo. Existe um plano de crédito do PRONAF para casa e fomento, de R\$ 5 mil e R\$ 2,4 mil, respectivamente.

No que se refere às ações do Governo Estadual acerca do pescador, a assistência tem sido pequena. Informações de Figueiredo Filho (2006), afirmam que a assistência técnica voltada para a pesca tem sido pouco trabalhada. Neste caso, a prioridade se tem voltado para o pequeno produtor na agricultura.

Existem instrumentos legais para que o Governo Estadual pratique políticas e ações na atividade pesqueira. O estado, concorrentemente à esfera federal, pode legalmente normatizar, estabelecendo regras de uso e assim agir no ordenamento pesqueiro, constituindo decisões compartilhadas com outras instituições públicas e com o profissional da pesca. No que diz respeito à legislação estadual, a Lei nº 6.713 (PARÁ. Diário, 2005), dispõe sobre a política pesqueira e aquícola no estado do Pará. Figueiredo Filho (2006) lembra que o arcabouço jurídico inclui leis de proteção ao meio ambiente, proibição da pesca de arrasto, Programa de Proteção do Caranguejo (PPC), leis de proteção dos corpos aquáticos, lei de pesca esportiva. Esse cenário jurídico garante ao estado a ação e tomada de decisões relativas a licenciamento e ordenamento dos recursos pesqueiros.

4.8 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Desde o século XVII, houve um considerável progresso no que diz respeito à concepção da participação social nas ações públicas. Busca-se substituir visões como as mencionadas por Gohn (2001), atribuídas a John Locke, de que os assalariados seriam incapazes de pensar e suas ações desordeiras e ameaçadoras à ordem, justificando-se, assim, uma diferenciação de direitos entre a classe trabalhadora e a burguesia. Em seu lugar, obviamente não sem luta da própria classe prejudicada, estimula-se uma participação maior destas no intuito de se legitimar políticas públicas de geração de renda.

Com relação à pesquisa e extensão no local, em se tratando da ilha de Marajó como um todo, que é parte integrante do conhecimento necessário para a realização deste trabalho, algumas instituições marcam presença na região. Nesse cenário, destaca-se a Universidade Federal do Pará (UFPA), que mantém um *campus* em Soure, e a ONG Novos Curupiras, sobretudo, atuante na comunidade-bairro de Tucumanduba, onde ministra cursos de capacitação e campanhas de cunho ambiental. Essas instituições colaboram, direta ou indiretamente, para a geração de renda, ministrando cursos e implementando

projetos com a colaboração da comunidade. É comum o financiamento de projetos na reserva em estudo. Alguns têm sido firmados com instituições governamentais estrangeiras, como o KEPA, já citado.

O poder público local não é normalmente lembrado ao se responder pergunta sobre a participação estatal no âmbito da RESEX. A ação desta entidade é em geral mencionada no tempo passado. Foi detectado, também em pesquisa exploratória, que a participação maior se dá por meio de medidas assistenciais, como transporte e ajuda, inclusive financeira, em eventos especiais nas comunidades.

O panorama nessa área de reserva é de problemas comuns às demais UC. Na avaliação de Simonian (2003), por persistirem o manejo negativo, ou seja, o uso destrutivo dos recursos naturais e a pobreza, persistem também pontos de tensões e conflitos, sobretudo no âmbito das políticas e ações públicas que continuam a privilegiar a destruição dos recursos naturais e a concentração de renda.

5. AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Essa instituição, importante para este estudo na medida em que contribui para a qualificação dos atores envolvidos, tem conceito que varia de acordo com a corrente de pensamento. As concepções da expressão variam de acordo com o pensamento. Karl Marx, Hegel e, em tempos mais recentes, Antonio Gramsci são alguns dos pensadores que formularam conceitos a respeito.

A partir do entendimento de sociedade civil, busca-se aqui um conhecimento introdutório das instituições integrantes do cenário de estudo no sentido de se entender as ações tomadas em conjunto. Optou-se pela menção da ASSUREMAS, Colônia de Pescadores e Associação dos Caranguejeiros de Soure por representarem boa parte dos residentes na RESEX. Tais instituições podem contribuir com a formação de capital humano. A partir daí, integram-se na busca de um modelo de compartilhamento de responsabilidades para que os comunitários deixem de ser demandantes para, nas palavras de Isaac-Nahum (2006), passem a ser co-gestores e co-executores das políticas a serem implantadas.

5.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE ESTUDO

É oportuna a conceituação de alguns termos importantes para o bom entendimento do processo de produção e geração de renda na área de reserva considerada. Para Simonian (2001), a pesquisa empreendida na Amazônia reflete uma análise teórica da economia política, sobretudo os ensinamentos marxistas do processo de produção do capital. Marx ([1867] 2003) afirma que o meio de trabalho (coisa ou complexo de coisas utilizadas com propriedades físicas e químicas transformadas para o uso de acordo com o objetivo humano) é a extensão do corpo, sendo a terra o arsenal primitivo deste elemento e ela mesma um meio de trabalho.

Para esse autor, os meios de trabalho se classificam em mecânicos e recipientes da matéria objeto. Os primeiros formam o “sistema ósseo e muscular” da produção, ou seja, formam sua estrutura; os segundos, são chamados de “sistema vascular” da produção pelo fato de serem transportadores, abrangem os tubos, barris, cestos. A partir deles é possível

alcançar o desenvolvimento da força de trabalho e as condições sociais em que se realiza o trabalho, uma das ações humanas mais centrais.

Marx ([1867] 2003) sistematizou o lugar e objetos de trabalho do seguinte modo: a figura do campo de operação, também é importante para o cenário de estudo, é o meio de trabalho no sentido lato, sem o qual o processo fica total ou parcialmente inviável. São exemplos dessa categoria os edifícios de fábrica e as estradas. Quanto aos objetos de trabalho, classificam-se em principais (matéria-prima) e acessórios. Matéria-prima é um objeto já filtrado pelo trabalho, um produto do próprio trabalho. Os recursos naturais de áreas de reserva, como as sementes e o pescado, não são considerados matéria-prima, pois são fornecidos diretamente pela natureza. Por sua vez, o produto acessório é adicionado à matéria-prima para modificá-la materialmente.

A produtividade (força produtiva) do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, como destreza média dos trabalhadores, grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, organização social do processo de produção, volume e eficácia dos meios de produção e condições naturais. A respeito disso, tem-se que a pesca artesanal e a catação de caranguejo, por exemplo, são atividades de baixa aplicação tecnológica, o que não quer dizer que não venham a satisfazer pelo menos parte das necessidades locais. Outras atividades, porém, podem ser estimuladas, utilizando-se de inovações advindas dessas diversas circunstâncias.

Valor-de-uso é o valor natural de qualquer coisa, que consiste em sua capacidade de provar as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana. Isso significa, para o nosso cenário, que as atividades a serem exercidas na localidade terão maior êxito se satisfizerem as necessidades de uso e consumo locais. Terão, assim, no processo de geração de renda, um maior valor de mercadoria, que é, em síntese, determinado pela quantidade de trabalho gasta durante sua produção e varia, entre outros fatores, de acordo com a tecnologia aplicada no processo.

A sociedade civil é a instituição chamada para compartilhar encargos até então eminentemente estatais. Carnoy (1998) cita autores clássicos que defendem diferentes vertentes. Os naturalistas, como Locke e Rousseau, consideram a sociedade civil uma organização dos indivíduos além da família, produção, etc. em uma entidade coletiva governada pelas leis. A sociedade civil seria o estado de natureza organizado e governado pela vontade coletiva, ou seja, pelo Estado. Algumas interpretações dão conta de que a sociedade civil poderia até ser considerada o próprio Estado.

Outra vertente teórica é a liderada por Hegel, para quem a sociedade civil, chamada de pré-política, é o reino da dissipação da miséria e da corrupção física e ética, o oposto da concepção naturalista (CARNOY, 1998). Engels afirma que o Estado, que é a ordem política, é o elemento subordinado; a sociedade civil, domínio das relações econômicas, o elemento decisivo (CARNOY, 1998). O sistema marxista forma, assim, uma antítese dialética, subordinando o Estado à sociedade civil.

Para Gramsci (2000), a sociedade civil, mais que um terreno de iniciativas privadas, tem uma função estatal na medida em que se põe como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. Este autor posiciona a sociedade civil de maneira tal que existem dois grandes planos superestruturais. E, conforme comentado por Bobbio (1999), um deles é a sociedade civil, que é o conjunto de organismos habitualmente ditos privados. O outro, a sociedade política, ou o Estado, que detém a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.

Esta concepção de Gramsci (2000) a respeito da sociedade civil, como parte orgânica do Estado, contrasta com a visão das correntes mais recentes, que tendem a tratar aquela instituição separadamente em relação a este. A sociedade civil, potencialmente criativa e contestadora, é vista ora como base operacional de iniciativas e movimentos não-comprometidos com as instituições políticas e as organizações de classe, ora como espaço articulado pelas dinâmicas da "esfera pública" e da "ação comunicativa" (HABERMAS, 1997a, b, apud NOGUEIRA, 2003). Para a expressão sociedade civil foi transferida a ação democrática, da luta por direitos e da construção de uma esfera pública autônoma em relação ao estatal e baseada no livre associativismo dos cidadãos.

Época e grupos de interesse, por sua vez, também influenciam nos conceitos de sociedade civil, que sofre alteração e imprecisão em seu significado na medida em que variam as vertentes políticas, sobretudo nas sociedades contemporâneas. Existe uma idéia de transição do termo, nas últimas décadas, que, nas palavras de Nogueira (2003), vai do campo predominantemente político-estatal, palco de lutas democráticas, para uma imagem de mudanças gerenciais que viabilizem tipos específicos de políticas públicas. Para este autor, o apelo a essa figura conceitual serve tanto para que se defenda a autonomia e a recomposição do comunitarismo como para que se justifiquem programas de ajuste e privatização.

Atualmente, coloca-se como essencial a participação da sociedade civil na implementação de determinada política pública. Para tanto, Cardoso (2006) menciona três

maneiras de ocorrência de tal participação: na elaboração, na execução e fiscalização. Para a viabilização dessas etapas, existe a necessidade de criação de instrumentos e fóruns para aprofundamento, com partes antagônicas.

5.2 ASSUREMAS

A ASSUREMAS tem realizado, em conjunto com outras entidades ligadas à Unidade, uma série de atividades para o desenvolvimento da RESEX de Soure. Realizaram-se trabalhos de cadastramento da base extrativista pesqueira, ou seja, dos moradores com atividade pesqueira; palestras e reuniões para discutir problemas e soluções para questões como a formação de lideranças comunitárias; implementação de 13 projetos, como curso de cadastramento e liderança e saúde. De julho a setembro de 2002, foi feita a reunião preparatória com entidades locais para a criação do Conselho Deliberativo, cuja assembléia de criação se deu em setembro de 2002.

A institucionalização do Conselho deu andamento a várias atividades de desenvolvimento da RESEX. A posse de seus membros se deu em fevereiro de 2004, conforme ata de reunião (Anexo 6). O regimento interno da ASSUREMAS só foi oficialmente criado em março de 2006 (Anexo 4). Em 2004 foi concluído o banco de dados do cadastramento dos usuários da RESEX, aí incluídos, além dos moradores da área de abrangência da Unidade, os residentes fora do local, totalizando as 1326 famílias já mencionadas.

Em seu estágio atual, o Conselho Deliberativo encontra-se em fase de fortalecimento, estando a presidência em seu segundo mandato, que é de dois anos. Com o objetivo de discutir problemas relacionados à Reserva, o Conselho realiza reuniões periódicas (Figura 9). Seu presidente atual é o chefe do Escritório Regional (ESREG) do IBAMA em Soure, Sr. Marco Antônio Solimões. O Conselho monitora o processo dos créditos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para um total de 550 famílias, sendo 400 com crédito-fomento e 150 com crédito-habitação. A respeito da demarcação da área da RESEX, já existem o mapa demarcatório e os termos referenciais, elaborados pelo Setor de Sensoriamento Remoto da Superintendência do IBAMA no Pará, em Belém. O projeto básico da coluna demarcatória e modelos de placas foi elaborado pelo CNPT/PA.

As associações da RESEX foram fortalecidas com dinheiro proveniente do PFZ. Tal fortalecimento se traduz na criação de tais organizações, sua legalização e vida jurídica, bem como na implementação de projetos diversos, como barracão, de infraestrutura, e renda, entre outros. O Comitê Comunitário tem o objetivo de aperfeiçoar a agenda, procurando, assim, o fortalecimento das bases. Estas, por sua vez, são formadas por grupos representativos de moradores.

O Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Soure tem se reunido constantemente para deliberar sobre assuntos pertinentes às atividades da RESEX (Quadro 5). O quadro a seguir pretende facilitar a visualização das decisões no âmbito da RESEX Marinha de Soure. Todas as atividades foram realizadas com participação dos vários atores envolvidos. Alguns membros do Conselho, porém, não se fizeram presentes em reuniões.

Quadro 5: Atos realizados pela ASSUREMAS.

Evento em que foi elaborada a Ata	Atos realizados mencionados em ata
Reunião de Posse do Conselho (10/02/2004)	Instrumentos de implementação da gestão da RESEX (ASSUREMAS; finalização do cadastramento dos usuários; plano de uso; Aprovação do regimento interno.
1ª Reunião Ordinária do Conselho (28/08/2004)	Prestação de contas referente aos recursos recebidos pela ASSUREMAS entre 2002 e 28/08/2004, no total de R\$ 123.014,00; Comunidades da RESEX na condição de assentamentos do INCRA
2ª Reunião Ordinária do Conselho (18/12/2004)	Linhas de crédito oferecidas pelo Governo Federal, disponíveis para as comunidades da RESEX por intermédio do INCRA; Recebimento de material para infraestrutura em comunidade; Menção de conflito dentro de comunidades; Cursos ministrados em comunidade;

Fonte: Adaptado a partir das Atas do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Soure.

Até o momento foram realizadas seis reuniões do Conselho Deliberativo, sendo a última datada de 26/08/2006 (Figura 9). A primeira, em 10 de fevereiro de 2004; a segunda, em 28 de agosto de 2004; a terceira, dia 18 de dezembro de 2004. Nelas, foram discutidos problemas e soluções, dadas sugestões para melhorias e atividades, além de apresentada a situação de empreendimentos sob responsabilidade da Associação. Apenas as três primeiras, porém, possuem atas disponíveis para consulta. Quanto aos problemas

mencionados nas atas, ora se devem a conflitos internos entre os moradores, ora são relativos a questões externas, sobretudo sobre direitos dos moradores, incluindo-se aí a tomada de decisões. Alguns desses problemas coincidiram com respostas de entrevistados da pesquisa de campo.



Figura 9: VI Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Soure (26/08/2006).
Foto: G. Santos Júnior, 2006.

Essa associação, que funciona nas instalações do CNS, tem como presidente o Coordenador Regional do CNS no Pará, Sr. Vazinho. Foi informado por ele que a RESEX acolhe 1.327 famílias, sendo o transporte um problema comum a todas as cinco comunidades. Existe um total de 17 associações ligadas à RESEX. Para o funcionamento desta UC, a ASSUREMAS conta com o apoio legal do CNPT. A esta instituição, ligada ao IBAMA, cabe, entre outras atribuições, criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam (BRASIL. INSTITUTO, 1992). Por meio desta instituição foi criada a reserva extrativista em estudo, assim como todas as outras.

5.3 COLÔNIA DE PESCADORES DE SOURE

A categoria de pescadores no Brasil está organizada em nível nacional e estadual. Em se tratando de organização oficial, os pescadores, seguindo o modelo legal de confederação de organização sindical, estão organizados, em nível federal, na Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), com sede em Brasília. Para Campos (1993), a categoria de pescadores no Brasil está organizada em nível nacional e estadual. Em se tratando de organização oficial, os pescadores, seguindo o modelo legal de confederação de organização sindical, estão organizados, em nível federal, na Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), com sede em Brasília. Na esfera estadual, a categoria é oficialmente representada pela Federação Estadual dos Pescadores do Pará (FEPA).

Quanto à administração das instituições da categoria profissional, as opiniões são normalmente. Todavia para Campos (1993), a atuação do pescadores do país tem sido normalmente de omissão ou apoio aos encaminhamentos dados pelas grandes empresas de pesca. Para Isaac-Nahum (2006), o setor pesqueiro é considerado um dos mais desorganizados do Brasil devido à manipulação dos associados por parte de seus associados.

Não obstante as críticas que lhe são endereçadas, a Colônia de pescadores, a mais antiga representação oficial, iniciada em 1919 pela Marinha, atua em nível regional. Para os pescadores, funciona como uma espécie de sindicato da categoria.

Reconhecida constitucionalmente como a entidade de defesa dos direitos e interesses da categoria dos pescadores (BRASIL, 1988; art. 8, inc. III § único), a CP é uma entidade criada no Brasil em 1919. A primeira, conforme McGrath (1996), foi a Colônia de Pescadores de Soure – CP Z-1 (Figura 10), que possui atualmente 1.800 associados listados no livro de registro¹⁰. A atual diretoria assumiu suas funções em 01/02/2005, para um mandato de dois anos.

O governo federal vem garantindo benefícios aos pescadores regularmente associados à colônia, tais como seguro-defeso, auxílio-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e financiamentos. Sobre este último, destaca-se um empréstimo de mil reais, do qual o pescador contemplado terá ressarcir setecentos reais. E a Colônia é um dos

¹⁰ Informação verbal do atual presidente da Z-1, Waldecir da Silva Maciel, 38 anos.

membros do Conselho Deliberativo da RESEX, na condição de associação comunitária (Anexo 4).



Figura 10: Colônia de Pescadores de Soure (Z-1). Foto: G. Santos Júnior, 2006.

É cobrada taxa de manutenção no valor de três reais, e matrícula de vinte reais para os novos associados. Não há atividade atualmente realizada em conjunto com outra instituição. Existem, porém, negociações com instituições oficiais como o BASA e a Secretaria Especial de Pesca (SEAP) no sentido de financiamentos.

Acerca de atividades aos associados, no momento existem projetos a serem empreendidos pela nova diretoria. Planejam-se cursos de computação e alfabetização para os filhos dos pescadores, e de mecânica por meio de convênio a ser firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A participação dos associados nas atividades da Z-1 é considerada pequena, só aumentando em se tratando de benefício próprio. Os homens são desunidos e causadores de intrigas. Apenas 20% dos pescadores moradores da RESEX e associados a essa CP sabem ler e escrever.

Waldecir da Silva Maciel, 38 anos, atual presidente da Colônia, alega que a instituição possui propriedade sobre terras de Caju-Una. Apesar de não haver intenção de entrar em litígio, este fato demonstra a situação fundiária na região, em que mais de um ator declara ter direito sobre o mesmo território.

5.4 ASSOCIAÇÃO DOS CARANGUEJEIROS DE SOURE

Esta associação foi criada em 1997 e é predominantemente formada por catadores de caranguejos da comunidade-bairro de Tucumanduba. Entretanto, conta também com a participação de pescadores artesanais de outros bairros e comunidades. Sua participação na criação da RESEX foi essencial. Juntamente com outras entidades da sociedade civil local, reivindicou a criação da UC devido à pesca predatória do caranguejo. Atualmente, esta associação participa do Conselho Deliberativo da RESEX, constando do regimento interno na categoria de associação comunitária da RESEX de Soure (Anexo 4). Entre os pescadores, os caranguejeiros compreendem uma categoria de grande importância social devido ao emprego de grande número de trabalhadores.

Seu atual presidente, Antônio Carlos Dias, 28 anos, enfrenta problemas internos devido à inadimplência da maioria de seus 136 associados. Resultado de problemas administrativos da gestão anterior, causaram descrédito da instituição entre seus associados. Medidas estão sendo tomadas para sanar os problemas.

Entre as iniciativas, as principais se relacionam ao fortalecimento da instituição e de seus associados. Estuda-se o pagamento da dívida com o produto do trabalho, ou seja, caranguejos, que serão então transformados em polpa para venda. Busca-se uma reaproximação com a ASUREMAS e realização de eventos com auxílio da ONG Novos Curupiras, como o curso de aproveitamento da casca do caranguejo. Existe, porém, como ocorre com outros profissionais da pesca, falta de tempo por parte dos caranguejeiros para participar dos cursos.

6 DISCUSSÃO SOBRE GERAÇÃO DE RENDA NA RESERVA

Este capítulo expõe o resultado da pesquisa de campo feita na área de estudo no período de 12 a 23 de 2005. Após uma introdução teórica sobre a desigualdade e problemas sociais no local, inicia-se a explanação dos procedimentos de coleta de dados (metodologia) e análise das variáveis consideradas (resultados). Para essa última etapa, levou-se com conta um conjunto de indicadores ligados a idade, nível educacional e renda e gênero, além de, eventualmente, uma divisão das variáveis em cada uma das comunidades. Os dados foram expostos em gráficos e tabelas.

6.1 DESIGUALDADE E PROBLEMAS SOCIAIS NA ÁREA DE ESTUDO

A Constituição Federal (BRASIL. Constituição, art. 3º, inciso III; art. 21, inciso IX) declara que um dos objetivos da República é reduzir as desigualdades sociais e regionais, sendo competência do Estado a elaboração e a execução de planos regionais de ordenação do território e conservação da natureza. Os princípios de geração de renda com desenvolvimento sustentável nas UC estão inseridos nesse contexto uma vez que o Estado as tem como instrumento de políticas públicas de redução da desigualdade social. No entender de Tanzi (2000), dentre essa desigualdade está a riqueza real, mais importante que o capital humano para a determinação da renda, sendo assim determinada (a desigualdade social) pela maneira como essa riqueza (real) é transferida entre as gerações.

O mesmo autor declara ainda que, em contrapartida, quando o capital humano torna-se o determinante mais importante da renda, caso das sociedades mais avançadas, a maneira pela qual o capital financeiro é transferido entre as gerações torna-se menos importante, embora ainda relevante, haja vista a importância dessa modalidade de capital para a obtenção de capital humano. As normas sociais, ou seja, costumes e regras propensos a ser estáveis, exercem forte influência na manutenção da distribuição de renda em vigor. Uma das causas, porém, de sua alteração é o desenvolvimento econômico, que no âmbito deste trabalho será contemplado sob o aspecto sustentável.

Existe um problema crônico de desemprego, êxodo rural, falta de serviço público de qualidade, entre outros. Informações do Atlas (ORGANIZAÇÃO, 2003) dão conta de que o IDH nacional é de 0,699; 0,583 para o estado do Pará e 0,723 para o município de

Soure. O índice deste município o coloca em 18^a posição entre os 143 do estado; e na posição 5.031 entre os 5.507 municípios do País.

6.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS COMUNIDADES DA RESEX

Esta seção corresponde à apresentação dos dados coletados nas três comunidades. Do total de 152 famílias nas três comunidades, 57 fazem parte da AL, termo mencionado na página 26. Após a explanação da metodologia utilizada, os resultados são apresentados de maneira a destacar a importância da geração de empregos na elaboração de políticas públicas, questão levantada na página 19 deste trabalho. Tais resultados são baseados em variáveis relacionadas direta ou indiretamente à geração de renda. A partir desses resultados, extraem-se as conclusões desta dissertação, expostas no capítulo 7..

6.2.1 Métodos

Esta parte pretende prover o estudo de dados quantitativos e qualitativos que embasem a análise acerca da geração de renda na RESEX. E a seguir-se a metodologia proposta, foram realizadas entrevistas com moradores residentes na área delimitada pela unidade de conservação, isto é, das comunidades de Caju-Una, Vila do Pesqueiro e Céu. Com base em listas e informações fornecidas por líderes das comunidades, chegou-se ao número total de famílias e indivíduos constante no quadro 6, abaixo.

Quadro 6: Número de famílias e indivíduos pesquisados.

Grupos e indivíduos	Caju-Una	Vila do Pesqueiro	Céu	RESEX
Total de famílias fornecido	50	63	39	152
Famílias pesquisadas	18	23	16	57
Indivíduos pesquisados	84	97	65	246

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Observou-se que existiam 50 famílias em Caju-Una, 63 em Vila do Pesqueiro e 39 na comunidade do Céu. A partir daí, sorteou-se o equivalente ao mínimo estatístico de 33,33% de cada localidade. Procedeu-se então à escolha aleatória de 57 famílias, assim distribuídas: 18 em Caju-Una, 23 em Vila do Pesqueiro e 16 na comunidade do Céu. As testemunhas dos sorteios de entrevistas nas respectivas localidades foram as seguintes: em

Caju-Una, Pedro Gonzaga dos Santos, Olímpio Francisco Santos da Cruz e Maria da Conceição Pereira Santos, para entrevistas realizadas entre 15/07 e 21/07 de 2005; em Vila do Pesqueiro, Patrícia Farias Ribeiro, Adaline do Socorro Pantoja Almeida e Sílvia de Nazaré, para entrevistas realizadas entre 12/07 e 14/07 de 2005; e na comunidade do Céu, Teófilo da Silva Neves, Maria de Lourdes Barros Neves e Maria Edna Silva Neves, sendo as entrevistas realizadas entre 18/07 e 23/07 de 2005.

Quanto à distribuição dos entrevistados, individualmente e por família, a divisão da amostra foi disposta da seguinte maneira: os 246 entrevistados estão divididos em 97 para Vila do Pesqueiro; 84 em Caju-Una; e 65 entrevistados para a comunidade do Céu. Considerou-se o fato de na mesma residência eventualmente encontrar-se mais de uma família. Neste caso, as famílias foram tomadas uma independentemente da outra, como se morassem em residências diferentes. Esta convenção foi importante para o resultado do trabalho, pois, ao final da pesquisa de campo junto às comunidades, foram coletadas informações de 246 indivíduos, equivalente a 4,3 pessoas por família. Esses dados foram organizados em questionário de entrevistas (Apêndices 1 e 2), fonte de elaboração das tabelas e gráficos deste trabalho.

As variáveis (características) foram classificadas em dois grupos: um grupo de variáveis individuais, caracterizando cada morador da amostra, e outro de variáveis de cada família, tomadas por representante familiar, caracterizando cada uma das famílias pesquisadas. A análise dos dados tomou como base dois tipos de perguntas: direcionadas a cada indivíduo e a cada família. Esses questionamentos, baseados em variáveis importantes para a análise sócio-econômica, foram organizados em tabelas e gráficos.

As informações obtidas nessa etapa foram então transferidas para tabelas contendo as comunidades e os dados quantitativos de cada uma das oito variáveis. Essas tabelas foram utilizadas na elaboração de gráficos. A seguir, as informações exibidas são comentadas detalhadamente, analisando-se seu significado e aplicação com foco no objetivo deste trabalho.

As tabelas têm o objetivo de exibir os parâmetros gerais, ou seja, visualizar a variável em relação à RESEX, utilizando, para tanto, as informações de cada uma das três comunidades. Os gráficos, por sua vez, visam à visualização de informações em cada uma das três comunidades com informações originadas na respectiva tabela. Acredita-se, assim, que os dados sejam expostos de maneira didaticamente facilitada.

6.2.2 Resultados

As interpretações que se seguem não devem ser tomadas como decisivas em termos de conclusões pelo fato de se tratar apenas de uma amostragem. Há que se tomar apenas como dados de referência. Para a análise foram levadas em conta, além dos dados numéricos adquiridos na pesquisa, anotações feitas durante o trabalho de campo.

6.2.2.1 Faixa etária

Esta perspectiva visa a fornecer uma visão de grupos etários, permitindo assim uma correlação com outras variáveis em função da idade. Os 246 indivíduos incluídos nas entrevistas estão discriminados da seguinte maneira: primeiramente, sob representação da tabela 2, agrupam-se os moradores da RESEX em seis faixas etárias, classificadas de acordo com o sexo. Cada faixa é relacionada com o total de homens e com o total de mulheres, com o respectivo valor em porcentagem em relação ao total de 246 entrevistados. A seguir, no gráfico da figura 11, as idades são categorizadas em três faixas etárias e classificadas de acordo com o sexo. Finalmente, na Figura 12, as três faixas etárias do gráfico da figura 11 são agrupadas em cada comunidade.

Divisão da população da RESEX em seis faixas etárias

A tabela 2 fornece informações importantes acerca da influência numérica de cada faixa etária. Ambos os sexos têm algumas características em comum: existe um grande número de crianças em relação às outras cinco faixas; o pico populacional encontra-se entre 40 e 59 anos; o número de idosos, ou seja, indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, é o menor relativamente às outras faixas etárias.

Tabela 2: Divisão da população da RESEX por faixa etária.

Faixa etária	Sexo				RESEX	
	Masculino		Feminino		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Até 11 anos	31	25	33	27	64	26
De 12 a 17 anos	19	15,3	15	12,3	34	13,8
De 18 a 25 anos	15	12,1	18	14,8	33	13,4
De 26 a 39 anos	23	18,5	24	19,7	47	19,1
De 40 a 59 anos	23	18,5	25	20,5	48	19,5
60 anos ou mais	13	10,5	7	5,7	20	8,1
Total	124	100	122	100	246	100

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Grande parte da amostra encontra-se na faixa menor de idade, até os 17 anos, um total de 98 pessoas, ou 39,8% do total. A população jovem, considerados com idade até 25 anos, é de 131, ou 53,3% do total. Essa faixa de idade carece de empregos, o que contribui para o êxodo. Tal situação reforça o indicado na figura 14, que menciona o item trabalho como importante fator de mudança de morador da RESEX. Obviamente, os jovens procuram oportunidades de emprego fora do local.

Divisão da população da RESEX em três faixas etárias e por sexo

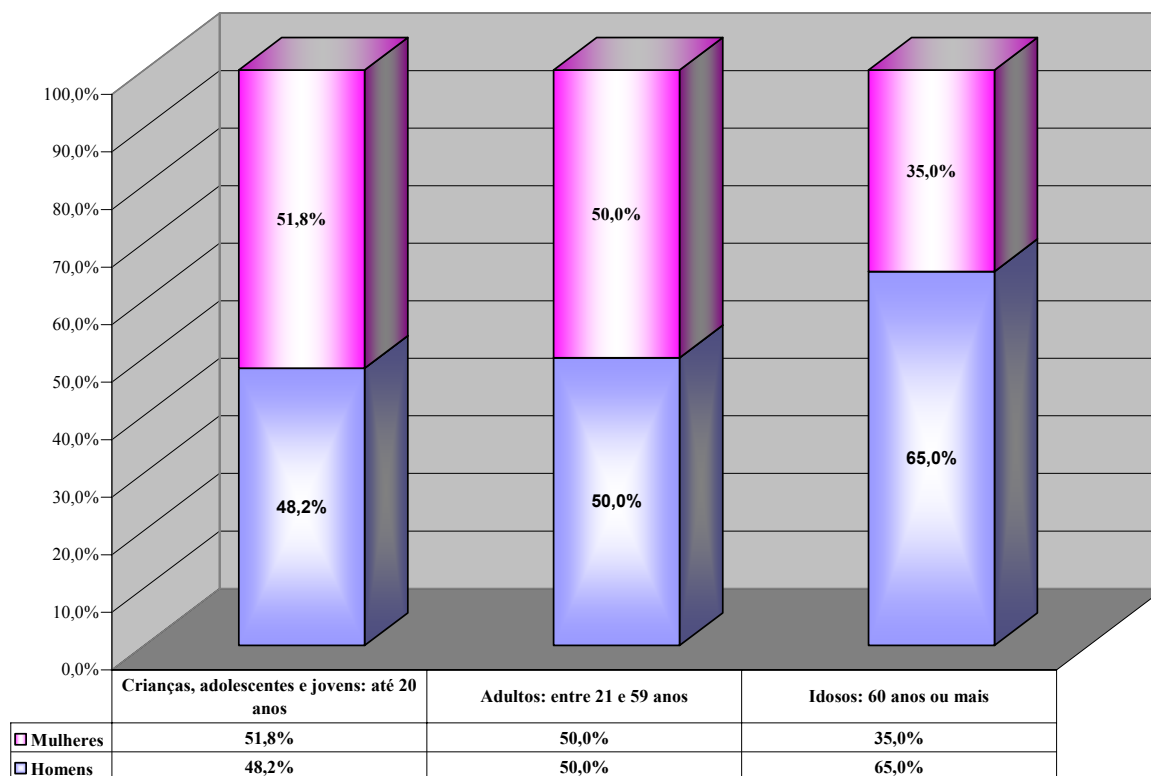


Figura 11: Porcentagem mulheres e homens por faixa etária na RESEX/Source, por faixa etária. Fonte: Pesquisa, 2005.

Quanto à divisão da RESEX por sexo, o número de homens é ligeiramente maior que o de mulheres (Figura 11). Esse fato só não vale para duas faixas etárias, a que vai de 12 a 17 anos e a que compreende os indivíduos com 60 anos ou mais. Para ambos os sexos, existe um alto número de pessoas jovens, demonstrado pelas três primeiras faixas etárias.

O fato de o número de mulheres ser menor que o de homens, ainda que ligeiramente, ratifica o que já existe na literatura sobre áreas extrativistas amazônicas. Simonian (2004), em seu trabalho sobre a ilha da Trambioca, em Barcarena/PA, cita declarações de moradores de que as mulheres têm maior tendência a deixar o lugar à procura de trabalho, constituindo família e se fixando fora da região. Quanto aos homens, ao permanecerem no local, sem estudo nem capital, sobrevivem do extrativismo, agricultura e/ou produção artesanal.

Os dados foram também analisados em cada uma das três comunidades. O número de indivíduos de cada sexo está razoavelmente equilibrado em cada uma. Ao considerar-se o total em cada faixa etária por comunidade, observa-se que a maior variação se deu na comunidade do Céu, e a menor, em Caju-Una, em ambos os casos com vantagem para o número de homens. Vila do Pesqueiro é a comunidade em que o número de mulheres é maior que o de homens. Quanto ao número de homens em relação ao de mulheres, percebem-se as seguintes características: em Caju-Una, Vila do Pesqueiro e Céu é de 52%, 45% e 55%, respectivamente, o número de homens.

Percebe-se entre as pessoas idosas uma quantidade considerável de homens em relação a mulheres. Dos 246 entrevistados, foram encontrados 20 idosos, sendo 13 homens e sete, mulheres. O maior número proporcional de idosos foi detectado em Caju-Una, com 14% dos entrevistados, ou 12 pessoas. O menor, em Vila do Pesqueiro, com apenas 3%, ou três indivíduos. Nessa última comunidade, foram encontradas famílias cujos membros migraram em massa para outras regiões do estado, fato que talvez esteja ligado à baixa proporção de idosos. Em todo caso, nota-se que a migração é considerável nas comunidades.

Outras faixas de idade mostraram equilíbrio quando confrontadas. Os sexos estão equilibrados na faixa adulta nas três comunidades, e a faixa dos jovens mostra uma ligeira vantagem na quantidade de mulheres em relação aos homens. Aparentemente, a RESEX como um todo apresenta equilíbrio até a faixa adulta entre os sexos, realidade que se altera à medida que a idade avança.

Divisão da população das comunidades em três faixas etárias

Com o objetivo de conceber uma perspectiva diferente da amostra quanto à variável idade, especificando-se cada comunidade, o total de 246 indivíduos foi disposto no gráfico da figura 12, abaixo, em três faixas etárias, representando os seguintes grupos: crianças e jovens (até 20 anos), adultos (21 a 59 anos) e idosos (60 anos de idade ou mais).

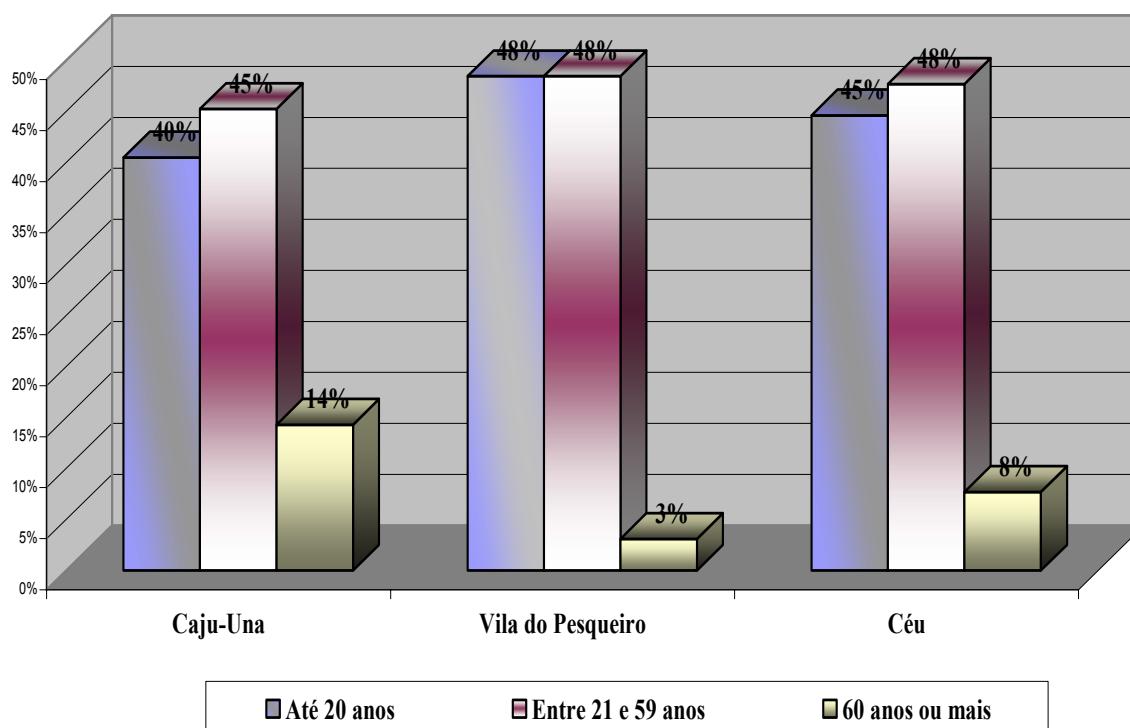


Figura 12: Porcentagem de jovens, adultos e idosos na RESEX. Fonte: Pesquisa, 2005.

Do gráfico anterior, obtém-se as informações que se seguem. A população em Caju-Una ficou distribuída da seguinte maneira: do total de 84 em caju-Una, 34 possuíam até 20 anos; 38, entre 21 e 59 anos; e 12 indivíduos tinham 60 anos ou mais. Em Vila do Pesqueiro, dos 97 indivíduos, 47 tinham até 20 anos; 47, entre 21 e 59 anos; e três, idade igual ou superior a 60. Na comunidade do Céu, 29 indivíduos possuíam até 20 anos; 31, entre 21 e 59 anos; e cinco estavam na faixa de idade igual ou superior a 60 anos. O número de jovens é proporcionalmente elevado.

Por ser grande o número de jovens, a maneira como essa característica será trabalhada é importante. Pessoas mais experientes na reserva tendem a afirmar que “o jovem não quer trabalhar na pesca”. Ao se definir políticas de geração de renda, essa

percepção deve ser levada em conta, seja para atrair o jovem para a atividade, seja na procura de alternativas, pois algumas políticas são mais propensas a atrair jovens.

6.2.2.2 Grau de instrução

Esses dados foram analisados com base na legislação vigente que trata do tema, bem como na prática de ensino ainda em uso. Leve-se em conta que as instituições de ensino fundamental têm até o ano 2010 para aplicar a Lei nº 9.394 (Brasil. LEI nº 9.394, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e altera os parâmetros etários utilizados atualmente para o ensino até o nível fundamental. Tais parâmetros, atualmente utilizados, são os seguintes:

- a) educação infantil: creche, de 0 a 2 anos; e pré-escola, de 3 a 6 anos;
- b) ensino fundamental: 1ª a 4ª série, de 7 a 10 anos; 5ª a 8ª série, de 11 a 14 anos; e
- c) ensino médio: 1º ao 3º ano, de 15 a 17 anos.

Uma primeira vista à tabela 3 é suficiente para que se visualize a predominância do nível fundamental de ensino em relação aos outros níveis de escolaridade entre os moradores. Existem 30 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada, 43,4% deles com nível de estudo até o fundamental completo, segundo Salomão (2006). Na área de estudo, os trabalhadores com o mesmo grau de instrução, predominantemente sem carteira de trabalho, são 73%. Em que pese o cenário local menos exigente em relação ao mercado de trabalho nacional, o fato é que uma melhoria na profissionalização dos moradores passa pela elevação da média de educação e qualificação.

Tabela 3: Divisão da população da RESEX por grau de instrução e sexo.

Grau de Instrução	Sexo				RESEX	
	Masculino		Feminino		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Até 4ª série fundamental	58	46	48	40	106	43
Da 5ª à 8ª fundamental	35	28	40	33	75	30
Médio completo/cursando	17	14	16	13	33	13
Superior completo/cursando	3	2	3	2	6	2
Outros	12	10	14	12	26	11
Total	125	100	121	100	246	100

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

A tabela 3 é concebida de maneira a fornecer informações sobre os moradores da RESEX acerca do grau de instrução por sexo. As mulheres, em número ligeiramente menor que o de homens, têm maior tendência de completar o ensino fundamental. A proporção de moradores que completam o curso superior é baixa e equilibrada entre os sexos. O item “Outros” reúne três situações: grau de instrução não declarado pelo entrevistado; analfabetos, inclusive funcionais; e crianças com seis anos de idade ou menos que ainda não começaram a cursar o ensino oficial.

Devido à evidente predominância do ensino fundamental nas comunidades, analisar-se-á com mais detalhe esse nível de ensino. Para isso, considere-se a faixa etária de 0 a 17 anos relativamente a cada uma das três comunidades (Tabela 4). Nessa faixa encontram-se os estudantes do nível fundamental.

Tabela 4: Divisão da população de cada uma das comunidades da RESEX de acordo com o número de pessoas cursando o ensino fundamental.

Grau de instrução	Caju-Una		Pesqueiro		Céu		RESEX	
	Ref	Real	Ref	Real	Ref	Real	Ref	Real
Creche (0-2 anos)	2	0	4	1	5	0	11	1
Pré-escola (3-6 anos)	8	3	6	5	7	5	21	13
Fundamental 1a-4a série (7-10 anos)	9	9	12	11	5	4	26	24
Fundamental 5a-8a série (11-14 anos)	6	5	10	9	7	5	23	19
Ensino médio (15-17 anos)	5	1	7	3	4	0	16	4
Total	30	18	39	29	28	14	97	61

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

A coluna “Ref” significa a idade de referência correspondente a determinado grau de instrução, segundo os parâmetros atualmente utilizados. A coluna “Real” constitui a realidade observada na amostra. Em geral, a realidade em cada nível de instrução está abaixo da idade de referência. A pesquisa de campo mostra que é no nível fundamental que ambas as idades, referencial e real, aproximam-se.

Observa-se grande ausência de atividade escolar na faixa etária compreendida entre zero e dois anos. Conforme o relato de Oliveira (2006b), existe apenas uma creche para atender Soure, situada na sede municipal. Este fato pode explicar o baixo número de crianças matriculadas em creche nas três comunidades. Além da distância, a dificuldade de transporte é fator que influencia a baixa frequência escolar na faixa etária de 0 a 2 anos. Embora não constatado em entrevistas, um outro possível motivo é a pouca importância dada às atividades em creche.

Os estudantes do ensino médio também mostram resultados notáveis. Observou-se uma realidade de idade em número bem menor em relação à idade de referência. As explicações possíveis são duas. Primeiramente, é comum que os jovens deixem de estudar para trabalhar, mormente na atividade pesqueira. A dificuldade de transporte é outra causa possível, já que apenas recentemente este problema começou a ser resolvido. Ainda assim, apenas os estudantes de Vila do Pesqueiro usufruem de condução para estudar o ensino médio na sede municipal.

6.2.2.3 Ocupação

A tabela 5, abaixo, exibe as principais ocupações de cada entrevistado. Considerou-se, para os 246 entrevistados, um total de 248 ocupações. Para Caju-Una, existem 84 moradores entrevistados e 85 ocupações; para Vila do Pesqueiro, 97 entrevistados e 98 ocupações; para a comunidade do Céu, 65 entrevistados e 65 ocupações. Atividades exercidas em função de associações não foram consideradas por se tratar de serviço voluntário. Esporadicamente, moradores realizam mais de uma tarefa, dependendo de fatores como sazonalidade.

Tabela 5: Divisão da população da RESEX/Soure por ocupação.

Ocupação	Sexo				RESEX	
	Masculino		Feminino		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Agricultura	4	3	1	1	5	2
Aposentadoria/pensão	11	9	8	7	19	8
Artesanato	0	0	3	2	3	1
Comércio	7	6	1	1	8	3
Estudante	40	32	47	38	87	35
Lar	0	0	41	33	41	17
Pesca	43	34	0	0	43	17
Prestação de serviços	2	2	1	1	3	1
Serviço público	8	6	7	6	15	6
Outros	10	8	14	11	24	10
Total	125	100	123	100	248	100

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Esta diferença para mais de duas ocupações em relação ao total de moradores entrevistados se deve ao fato de dois moradores terem declarado que possuem mais de uma

ocupação. Um deles, em, Caju-Una, indicou que vive da aposentadoria e agricultura; outro, morador de Vila do Pesqueiro, indicou as ocupações de pescador e garçom. Este fato presumivelmente se estende a outros moradores, que não consideraram, entretanto, significativa em suas respostas a declaração de outras atividades.

A maioria das ocupações atingiu menos de 10% do total. É o caso do artesanato, prestação de serviços, agricultura, comércio, serviço público e aposentadoria/pensão. Apesar do baixo índice da categoria “Serviço público” na tabela 5, os servidores públicos provavelmente são em maior número. Segundo informações colhidas no local, mais de 90% dos moradores de Caju-Una seriam aposentados do serviço público ou “funcionários”¹¹. Conforme conversas com moradores, acredita-se que os servidores públicos, aposentados e pensionistas tenham importância econômica relevante.

As ocupações com maior destaque numérico são constituídas por estudantes, pescadores e donas-de-casa. As três categorias são responsáveis por quase 70% do total. Dessas, apenas os pescadores são geradores de renda. As donas-de-casa integram o item “Lar”, formado pelas mulheres que assim se declararam, excluídas as que porventura tenham afirmado obter renda de alguma atividade econômica. A renda proveniente de fitoterápicos não é considerada pois, como afirmou a Sra. Maria Favacho, de Caju-Una (2005, informação verbal), “o remédio não tinha pra quem vender”.

O fato de a agricultura ter pouco destaque se deve principalmente ao pequeno espaço disponível. Destaca-se Caju-Una, com plantação de coco, além da comunidade do Céu, embora. Para o progresso desta modalidade na região, um morador, ligado ao cultivo do coco, sugeriu uma fábrica para o beneficiamento da popa da fruta. Já existe fábrica de desfibrar coco, de propriedade do Sr. Brito, da fazenda São Jerônimo. O atravessador, que compra o fruto por R\$ 0,20, vende ao consumidor final por R\$ 1,00.

O artesanato, apesar de largamente divulgado entre as comunidades, ainda se constitui novidade nas comunidades e com número reduzido de profissionais que dele obtêm renda.. É preciso, porém, segundo opinião encontrada na pesquisa de campo, que se criem atividades diferenciadas, pois não há demanda suficiente. Além disso, houve trabalhadores artesãos que, após aprenderem o ofício, não puderam dar continuidade à atividade por falta de instrumentos de trabalho.

O item “Outros” engloba em sua maioria indivíduos sem renda. Estão incluídos os seguintes: em Caju-Una: três desempregados e seis crianças abaixo de seis anos; em Vila

¹¹ Servidores públicos municipais na ativa.

do Pesqueiro, seis crianças abaixo de seis anos, um beneficiário do INSS e um desempregado; no Céu, sete crianças abaixo de seis anos de idade. Entre os desempregados, alguns recebem benefício do governo federal, do Programa Bolsa-Família (PBF).

A categoria “Estudantes” constitui-se na ocupação com o maior número de indivíduos, embora não seja geradora direta de renda. Apesar da reconhecida importância do período pré-escolar, optou-se por considerar a idade referencial de 6 anos para indicar a variável “Estudante”. Tal escolha tem o escopo de simplificar o entendimento dentro dos parâmetros deste trabalho.

Em “Prestação de serviços”, incluíram-se moradores que prestam serviços particulares e os que prestam serviços públicos. Entre os particulares, encontram-se garçons. Os serviços públicos, por sua vez, referem-se aos da esfera federal, estadual e municipal. Neste último grupo inclui servidores da administração pública municipal e contratados temporários da Prefeitura Municipal de Soure. Eventualmente, moradores são contratados para auxílio na execução de projetos de implementação de política pública, como o Pró-Ambiente. Serviços públicos temporários existentes nas comunidades também incluem professores, agentes temporários comunitários de saúde e policial temporário.

O gráfico da figura 13, a seguir, exibe sete ocupações geradoras de renda na RESEX/Soure. Para o total de 95 itens de opções dos entrevistados, a pesca se destaca como a opção predominante, com 43, perfazendo 45%. Para esta ocupação, a comunidade do Céu se destaca, com 54,5% das 22 ocupações; Caju-Una é a comunidade em que a pesca é menos concorrida, com 37,5% das 40 ocupações; e Vila do Pesqueiro apresenta 47,1% do total de 34 ocupações indicadas pelos entrevistados. O grande destaque entre as ocupações é a pesca. Destaca-se entre as que efetivamente geram renda, confirmando-se como a melhor opção no local em termos de oferta de trabalho, ainda que mal remunerada.

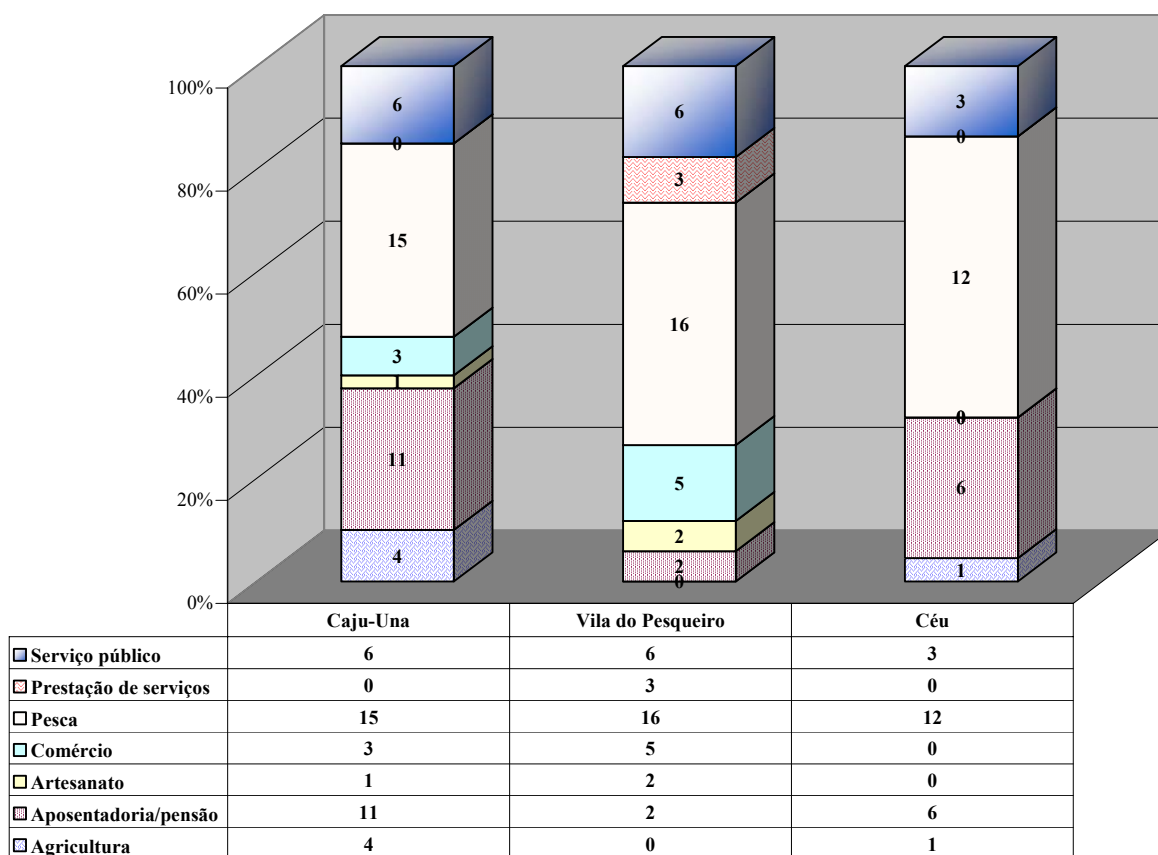


Figura 13: Divisão da população da RESEX por ocupação geradora de renda. Fonte: Pesquisa, 2005.

Percebe-se grande participação da pesca nas três comunidades. Este fato pode ser indicativo da falta de opção de trabalho na região, e não apenas a vocação de trabalho dos moradores locais. Maneschy (1995, apud LOUREIRO, 1985) detectou no município do Nordeste paraense de Vigia a inexistência de outras ocupações como razão para o ingresso e permanência na pesca. Este fator, juntamente com a afirmação de muitos moradores de falta de opções de trabalho, sustenta a afirmação de que muitos estão ou permanecem na pesca por falta de opções de trabalho.

6.2.2.4 Êxodo na comunidade

Trabalhou-se com um total de 57 representantes de família, dos quais 18 em Caju-Una, 23 em Vila do Pesqueiro e 16 na comunidade do Céu. Perguntou-se, primeiramente, sobre a existência de algum familiar que se mudou da comunidade e não mais voltou. Desses, 49, ou 86% do total, responderam afirmativamente, conforme tabela 6. Todas as comunidades apresentaram alto índice de êxodo na família, acima de 80%. A média da RESEX de 86% é baseada em respostas que remontam a muitos anos de êxodo, isto é, que

indicam pessoas que se mudaram da comunidade há 10 e até 20 anos. Em tempos atuais, algumas razões que então ocasionaram o êxodo ou não existem mais ou foram amenizadas, principalmente com a melhoria dos serviços públicos.

Tabela 6: Ocorrências de êxodo em famílias das comunidades da RESEX/Soure.

Existe caso de êxodo na família?	Caju-Una	Pesqueiro	Céu	RESEX	
Sim	15	20	14	49	86%
Não	3	3	2	8	14%
Total	18	23	16	57	100%

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Para essas 49 pessoas que responderam “sim” foi feita uma outra pergunta: qual o motivo do êxodo. Tais motivos estão dispostos na tabela 7, abaixo. Atente-se para o fato de que um único representante pode ter alegado mais de um motivo para o êxodo, perfazendo um total de 58 motivos.

Tabela 7: Motivo de mudança de parente em famílias da RESEX/Soure.

Motivo de mudança de parente	Comunidades			Total da RESEX	
	Caju-Una	Vila do Pesqueiro	Céu	Qtd	%
Estudo	2	2	1	5	8,6
Assistência pública deficiente	1	1	2	4	6,9
Familiares	4	0	0	4	6,9
Busca de QV	1	4	2	7	12,1
Trabalho	9	14	9	32	55,2
Outros	2	3	1	6	10,3
Total	19	24	15	58	100,0

Fonte: G. Santos Júnior, 2005

As respostas foram agrupadas em seis motivos, ou itens. As razões giram em torno da necessidade de emprego e renda, bem como estudo, visando a uma qualidade de vida de melhor nível que o encontrado nas comunidades. Dificuldades envolvendo infra-estrutura foram em um passado recente alguns dos grandes motivos, persistindo ainda em alguns casos, como o fornecimento de água de qualidade e o transporte regular. O fornecimento de energia elétrica teve um salto de qualidade nos últimos anos. Ressalte-se que para um determinado motivo constante da tabela acima, existente quando ocorreu o êxodo, a solução atualmente pode já ter ocorrido, seja por parte das autoridades competentes, seja por iniciativa da própria comunidade e organizações não-governamentais. É o caso, por

exemplo, da energia elétrica. Prevaecem, entretanto, problemas sérios para a qualidade de vida, como falta de emprego.

Observa-se, no gráfico da figura 14, abaixo, a influência do item “Trabalho” na busca do morador local por melhores condições de vida fora do local. Isso reflete as poucas perspectivas por parte da população.

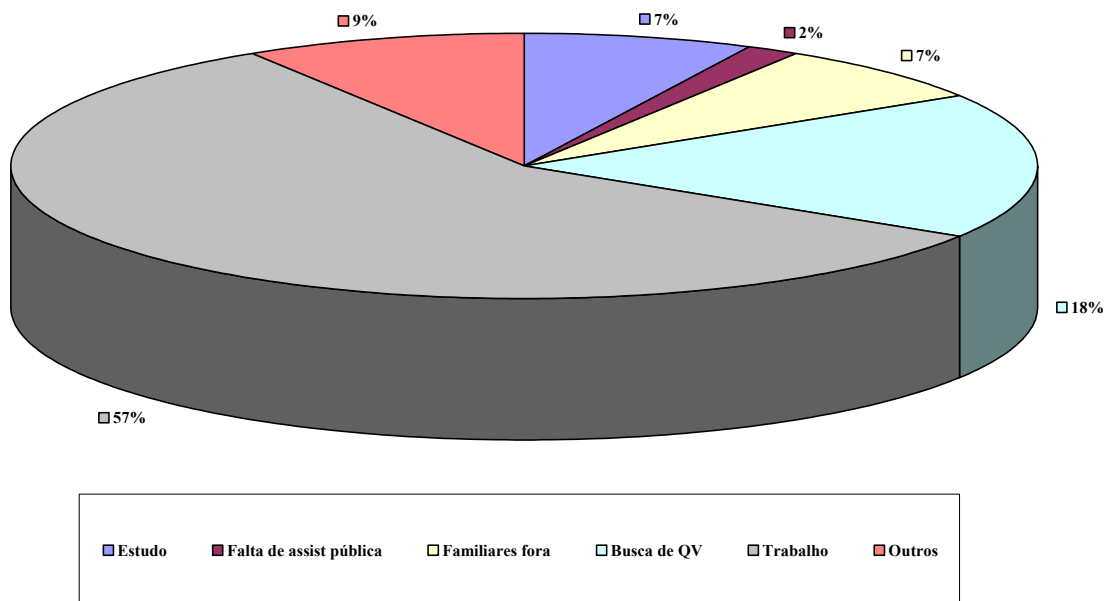


Figura 14: Motivos de Êxodo em famílias da RESEX/Soure (2005). Fonte: Pesquisa, 2005.

O item “Busca de qualidade QV”, ou seja, busca de qualidade de vida, é uma expressão generalista utilizada para designar o motivo pelo qual os entrevistados justificaram a fuga da chamada vida difícil (*sic*) na comunidade onde residem. Este motivo, por ser generalista, pode incluir outros não especificados na tabela, como falta de infra-estrutura na comunidade, ou até motivos especificados, como “Trabalho” e “Falta de assistência pública”.

Optou-se, porém, pela opção generalista, respeitando-se a resposta do entrevistado, ressalvadas as observações feitas aqui. Além disso, parte dos entrevistados citou diretamente a opção “trabalho”, diferenciando-se, desse modo, da opção generalista. Vale lembrar que o mesmo entrevistado pode ter dado mais de um motivo para a mudança de parente.

O item “Falta de assistência pública”, mencionado em Caju-Una, está intimamente ligado a “Busca de qualidade de vida”. Difere deste, porém, pelo fato de sugerir de maneira

mais contundente a insatisfação popular com a prestação de serviços públicos pelo Estado. De fato, é aparente a precariedade deles.

Para o item “Outros”, incluíram-se respostas nas comunidades de Vila do Pesqueiro e Céu. Na primeira, duas pessoas alegaram “vários motivos” e uma pessoa disse não saber por que os parentes se mudaram. Na comunidade do Céu, um entrevistado alegou ter havido mudança por motivo de doença da pessoa, e outro não soube explicar o motivo.

Nota-se o item “Trabalho” como fator importante para o êxodo. Os 57% do total de respostas evidencia a falta de emprego como problema crônico das comunidades inseridas na RESEX. Ao se levar em conta que a busca de qualidade de vida, um dos itens da tabela, pode incluir a questão do emprego, percebe-se que a necessidade de se colocar a falta de trabalho como um dos grandes problemas no local. É relevante notar também que ambos os itens, “Trabalho” e “Busca de QV”, são os únicos que foram mencionados pelas três comunidades.

Os itens “Estudo” e “Familiares fora” podem também ser interpretados como ligados à necessidade de trabalho. Ao deixar a residência por motivo de estudo, o indivíduo na verdade está procurando melhor colocação no mercado de trabalho. Este fato ocorre devido à ausência nas comunidades de estabelecimento de ensino a partir do nível médio. Quanto a se mudar devido a familiares que já o fazem, muitas vezes o que se pretende é fixar residência em outra parte em busca de melhores condições de vida (trabalho e outros aspectos), contando-se, para tanto, com o apoio de familiares.

Quanto à entrevista por comunidade, em todas a falta de trabalho aparece como maior responsável pelo êxodo. O item “Trabalho” atinge 66,7% na comunidade do Céu, 56,5% em Vila do Pesqueiro e 50% em Caju-Una. O item “Estudo” apresenta índices relativamente baixos. Não houve na comunidade do Céu quem admitisse mudança de parente por esse motivo, e o índice nas demais comunidades ficou em torno de 10%.

O trabalho como fator de êxodo foi evidenciado nas três comunidades. Aquela em que mais se sobressaiu foi na comunidade do Céu, com 66,7% das respostas. “O lugar não tem para onde crescer”, nas palavras de um dos moradores. A seguir, Vila do Pesqueiro elegeu esta razão como maior causa de êxodo, seguida por Caju-Una, como 50,0%.

6.2.2.5 Evasão escolar

A verificação desta variável se deu por meio de dois questionamentos. Primeiramente, considerou-se a seguinte pergunta: “Algum filho na família parou de estudar?” Dos 57 representantes de família entrevistados que responderam a esta pergunta, 35%, o equivalente a 20 entrevistados, admitiram que pelo menos um filho tenha abandonado os estudos, conforme tabela 8, abaixo.

Tabela 8: Evasão escolar nas comunidades da RESEX/Soure.

Evasão escolar	Caju-Una	Pesqueiro	Céu	RESEX	
				Número	%
Sim	8	6	6	20	35
Não	10	17	10	37	65
Total	18	23	16	57	100

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Entre as comunidades, a que apresentou maior evasão escolar em relação à respectiva amostra foram Caju-Una e Céu, ambas com 10%, seguidas de Vila do Pesqueiro, com 6%. Para o cálculo, consideraram-se os indivíduos entrevistados com dois anos de idade ou mais. Ainda para Caju-Una, desinteresse nos estudos, juntamente com a dificuldade de transporte, seriam os fatores determinantes para o abandono da vida escolar. Alguns moradores, ao citar motivos para abandono de estudo, fizeram a ressalva de que atualmente a situação está melhor em termos de infra-estrutura (água e luz, por exemplo) e transporte. Houve quem mencionasse, porém, dificuldades atuais para se estudar.

O detalhamento de cada item que levou ao êxodo está disposto no gráfico da figura 15. Na verificação do motivo que levou à evasão escolar, o principal, apontado por 45% dos que responderam “sim”, foi “trabalho”. Isso se deve, na interpretação dos dados coletados, a fatores como a natureza do trabalho predominante na RESEX, a pesca. Essa atividade exige que o trabalhador permaneça dias seguidos fora de casa, inviabilizando o estudo contínuo.

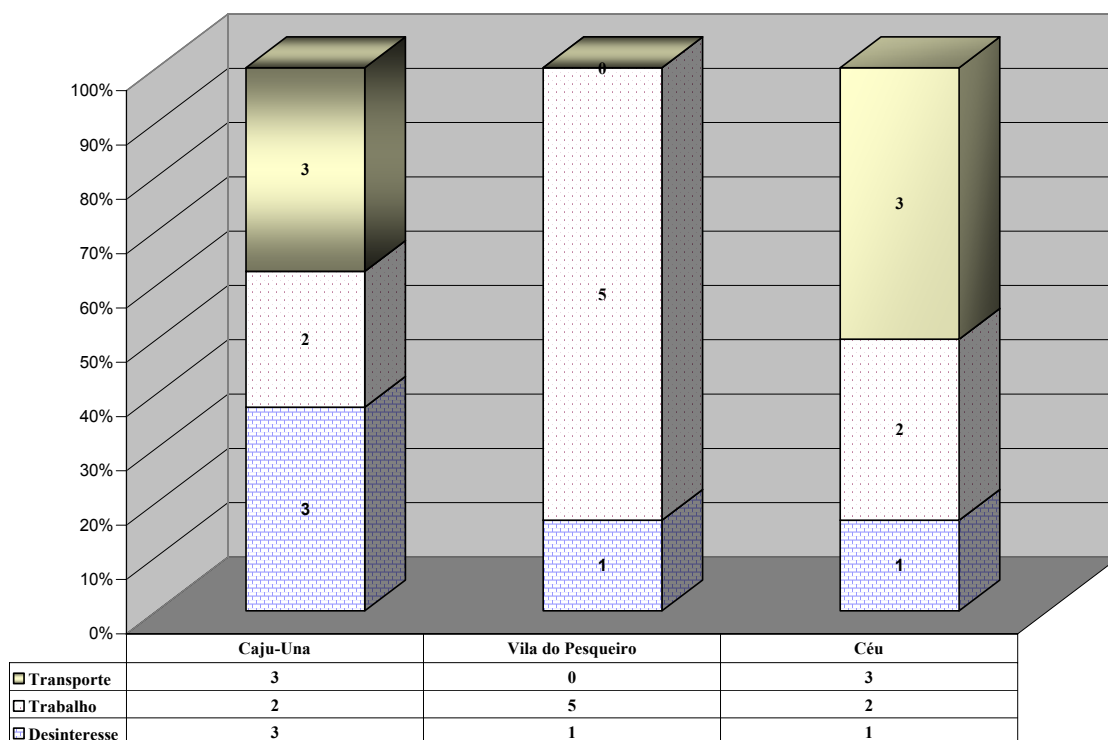


Figura 15: Motivos para evasão escolar de estudantes da RESEX por ocupação. Fonte: Pesquisa, 2005.

Para designar o motivo pelo qual houve abandono de estudos, alguns moradores utilizaram definições que foram agrupadas nos itens da tabela acima. “Situação financeira”, um dos termos utilizados, foi classificado como “Trabalho”. Tal termo, aliás, destaca-se o fato de “trabalho” ser o fator principal na comunidade Vila do Pesqueiro.

No geral, este fator se sobressai como o fator mais importante de evasão escolar. Mais uma vez a questão do trabalho se mostra como decisiva entre as comunidades da RESEX. Para se referir a este importante motivo, alguns entrevistados declararam que a situação financeira, a preferência do trabalho na pesca em detrimento dos estudos e até serviço militar foram decisivos na decisão do abandono. Acerca do item “Outros”, na comunidade do Céu, trata-se de motivo desconhecido pelo entrevistado.

Transporte foi o item de maior queixa na comunidade do Céu, e um dos maiores em caju-Una. Este fato estaria ligado à maior dificuldade de acesso em Caju-Una e Céu devido ao isolamento por terra uma vez que o transporte é feito dentro da área da fazenda Bom Jesus. Apesar de, em relação às respostas dos entrevistados, ter sido irrelevante em Vila do Pesqueiro, sabe-se que também nessa comunidade constitui-se dificuldade para a continuidade dos estudos. A comunidade, porém, se mobilizou para suprir esta necessidade junto à Prefeitura Municipal de Soure (PMS) com a disponibilidade de condução regular para os estudantes.

Entre as dificuldades para estudar, o fator transporte se destaca. Mesmo entre os que responderam que não possuem filho que abandonou a escola, existe a menção deste problema como um dos principais impedimentos para quem pretende continuar os estudos. A partir do momento que o estudante inicia o nível Médio, é preciso que se desloque para a sede do município de Soure, pois a RESEX possui atualmente estabelecimento de ensino apenas até o nível Fundamental.

6.2.2.6 Renda principal

Verificou-se a origem da principal fonte de renda por família visitada. Foram 57 famílias visitadas e um total de 58 respostas à seguinte pergunta: “Qual a principal fonte de renda na sua família?”. Houve um entrevistado que declarou haver duas rendas principais. Trata-se de morador da comunidade de Caju-Una, que apontou a pesca e aposentadoria como respostas.

A tabela 9, abaixo, indica as principais fontes de renda no local de estudo. Constata-se o quanto a pesca é importante para a renda na Reserva, ainda que os ganhos auferidos sejam inferiores em relação a outras modalidades. Isso mostra a importância social desta modalidade de renda.

Tabela 9: Principais fontes de renda na RESEX/Soure.

Renda principal	Caju-Una	Pesqueiro	Céu	RESEX	
				Quantidade	%
Agricultura	1	0	1	2	3%
Aposentadoria/pensão	6	3	4	13	22%
Comércio	2	3	1	6	10%
Pesca	7	12	7	26	45%
Serviço público	3	4	2	9	16%
Outros	0	2	0	2	3%
Total	19	24	15	58	100%

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Apenas duas fontes aparecem com valores menores de 10% do total. A agricultura, que sofre com a falta de espaço territorial, e o item “Outros”. A respeito deste último, mencionado também na figura 16, abaixo, encontram-se duas ocupações em Vila do Pesqueiro. A primeira se refere a uma entrevista viúva que alegou obter sua renda dos filhos, formando, porém, uma família independente. Outro entrevistado declarou ter como

renda principal o aluguel de animais, o que se constitui um caso atípico de comércio no local, motivo pelo qual foi destacado.

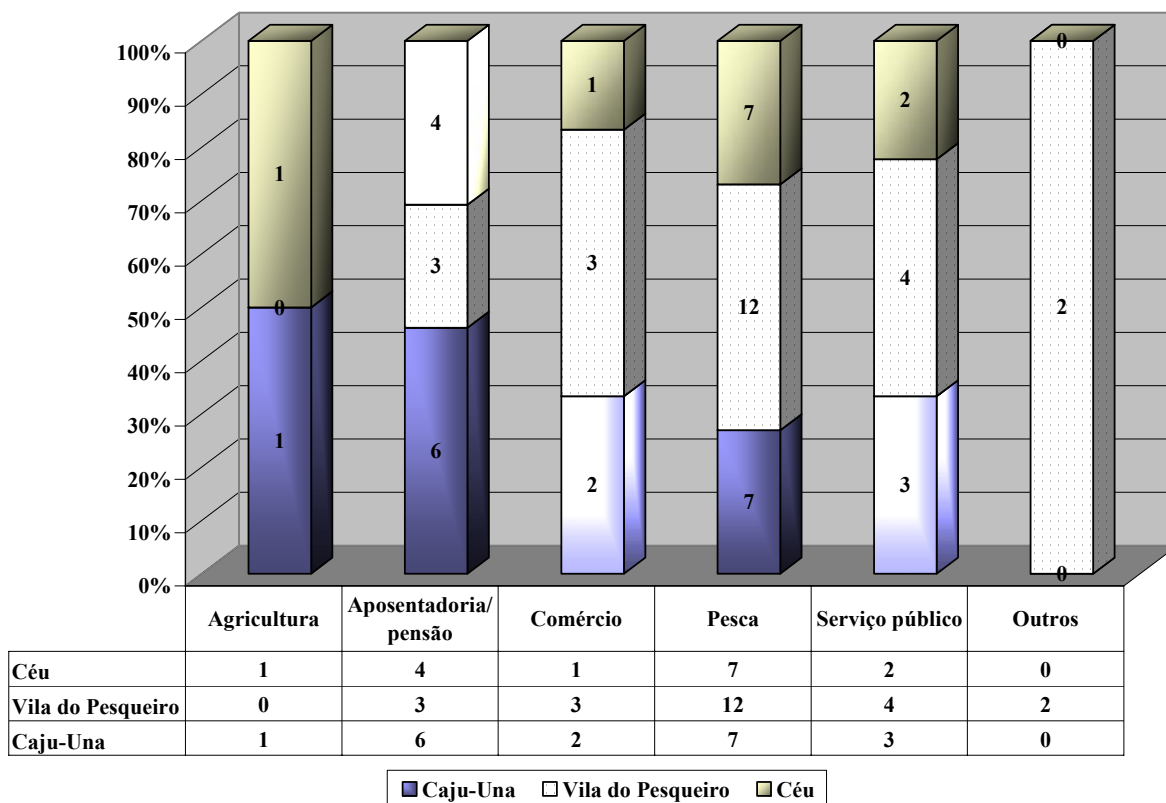


Figura 16: Principais fontes de renda em cada uma das comunidades da RESEX/Soure. Fonte: Pesquisa, 2005.

A figura 16, acima, classifica as ocupações geradoras de renda de acordo com a comunidade. Cada coluna representa as comunidades, na qual as ocupações são mensuradas. Infere-se a importância da pesca em Vila do Pesqueiro em relação às outras comunidades. Essa constatação do gráfico concorda com observações feitas em pesquisa de campo. Os aposentados e pensionistas parecem ser mais presentes em Caju-Una, resultado que também é corroborado pela pesquisa de campo, em conversas com moradores. Em Caju-Una, informações colhidas de moradores locais dão conta de que apenas seis famílias viveriam exclusivamente da pesca, que seria de peixe e camarão.

6.2.2.7 Renda familiar

Quanto ao ganho quantitativo, em salário mínimo (SM), das 57 famílias visitadas, a tabela 10, a seguir, mostra características semelhantes nas comunidades em relação a quatro faixas de renda consideradas. Grande parte da renda familiar declarada é de até 1 SM, principalmente no Céu. Nessa comunidade, a participação da faixa de ganho mínimo é de metade das respostas.

Tabela 10: Classificação das famílias de acordo com a renda familiar em salário mínimo na RESEX/Soure.

Renda familiar (SM)	Caju-Una		Pesqueiro		Céu		RESEX	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Até 1 SM	6	33%	8	35%	8	50%	22	39
1-3 SM	6	33%	12	52%	5	31%	24	42
3-6 SM	5	28%	1	4%	2	13%	7	12
Outros	1	6%	2	9%	1	6%	4	7
Total de famílias	18	100%	23	100%	16	100%	57	100

Fonte: G. Santos Júnior, 2005.

Em “Outros”, foram dois os casos considerados para os quatro representantes de família incluídos (“Qtd”). Um deles, em Vila do Pesqueiro, declarou que sua renda é proveniente dos filhos. Os demais representantes não declararam renda familiar.

Entre os indivíduos com renda entre três e seis SM predominam os que têm como ocupação o serviço público e aposentadoria no setor público, além de comerciantes. Neste grupo, encontrou-se um representante familiar em que a pesca é uma de suas fontes de renda. Em geral, porém, a pesca é fonte exclusiva de renda, constituindo baixa remuneração e formando o grupo das famílias com menor renda nas comunidades.

Das famílias com renda entre um e três SM, grande parte, 58% das 24, possui renda de até dois SM. A pesca nas comunidades é fonte de renda. Além das ocupações, outra maneira de renda entre os moradores são os benefícios do governo federal, como o vale-gás e o Programa Bolsa-Escola (PBE). Este é mensal, nos valores de R\$15,00 e R\$ 30,00, aquele, bimestral, sempre no valor de R\$ 15,00.

6.2.2.8 Problemas para geração de renda

Considerou-se que determinado problema para geração de renda esteja relacionado a determinada necessidade. E a partir-se desse princípio, perguntou-se a cada família visitada sobre a necessidade que dá origem às barreiras para geração de renda. Alguns representantes de família responderam mais de uma necessidade. Obteve-se, como resultado, a tabela 11, a seguir:

Tabela 11: Origem do problema de geração de renda na RESEX/Soure.

Origem do problema	Caju-Una	Pesqueiro	Céu	RESEX	
				Qtd	%
Acesso	9	0	9	17	18
Água	4	0	0	4	4
Auxílio e política governamental	3	5	3	7	7
Desinteresse individual	0	0	3	3	3
Trabalho	6	12	6	24	25
Insumos e instrumentos de trabalho	5	8	1	14	14
Território	3	0	0	3	3
Transporte	4	0	5	9	9
Não declarado	0	1	0	1	1
Outros	0	9	1	12	12
Total	34	35	28	97	100

Fonte: G. Santos Júnior.

Houve pulverização de respostas entre os itens com participação de menos de 10% do total. Das 11 respostas (“Qtd”), sete estão nesse grupo de menos indicadas. Desses, merece destaque a resposta “Água”, reconhecidamente um dos maiores problemas nas comunidades de Céu e Caju-Una, embora não muito lembrado em relação a outros problemas.

O problema para geração de renda mencionado com maior frequência foi a falta de trabalho, com 1/4 do total de 97 respostas. Vale ressaltar que a falta de emprego está diretamente relacionada com outras questões, como carência de auxílio governamental e política de assistência. Para ser resolvido é necessário que essas outras questões sejam antes solucionadas.

A menção do item “Acesso” por parte dos moradores de Caju-Una e Céu se deve à questão que envolve a estrada que atravessa a fazenda Bom Jesus rumo a essas duas comunidades. Existe controle na passagem pelo portão, uma vez que legalmente a estrada

se encontra em propriedade privada. Independentemente de causa e culpados pelo problema, o fato é que, em relação aos moradores, a dificuldade de acesso traz alguns transtornos. Entre eles, a dificuldade para escoar a produção local. Alguns produtos locais, entre eles remédios caseiros e artesanato, poderiam ter melhor demanda se o acesso fosse mais livre e se a estrada estivesse em melhores condições. Segundo a Sra. Leonice Pereira, de 47 anos, moradora de Caju-Una, “todo mundo faz artesanato, mas não existe mercado”. Uma das soluções para isso seria justamente a melhoria de condições da estrada.

Por outro lado, o controle do acesso à estrada que liga Soure a Céu e Caju-Una é justificado pela proprietária primeiramente por ser propriedade particular. Além disso, evita-se assim prática de crimes, como furto de gado. Apesar das dificuldades de acesso, a manutenção da estrada é realizada, ainda que não a contento dos moradores. Segundo informações de moradores e da proprietária da fazenda, essa tarefa fica a cargo da Prefeitura Municipal de Soure (PMS) e da própria fazenda.

O item “Outros” está relacionado a respostas nas comunidades de Céu e Vila do Pesqueiro. No primeiro caso, o entrevistado respondeu o seguinte: falta de interesse dos próprios comunitários; falta de interesse de integrantes da comunidade para desenvolver; muitos professores para pouca demanda; casas na comunidade pertencentes a gente de fora; medo de endividamento; comércio pouco desenvolvido (falta de açougue, hortifrutigranjeiros etc.); falta de telefone público; falta de interesse da comunidade (comodismo); e, falta de eventos para atrair o público. Moradores da comunidade do Céu deram como resposta o seguinte: dificuldade para exercer a agricultura, como areia e gado; falta de apoio da prefeitura; o item “Outros” da comunidade do Céu refere-se a dificuldades de se exercer agricultura, como areia e criação de animais.

Observou-se que em nenhum momento a falta de energia elétrica é mencionada como uma das dificuldades para geração de renda. Essa realidade era outra antes que a eletricidade fosse levada ao local pela iniciativa pública por programas como o Luz no Campo. Traduz-se, portanto, em melhoria de condições de vida no lugar.

7 CONCLUSÕES

A criação da RESEX Marinha de Soure, do ponto de vista sócio-econômico, praticamente em nada alterou, até o momento, a vida dos residentes do local, segundo opinião de alguns dos próprios moradores. Uma razão para isso pode ser o fato de a Unidade encontrar-se ainda em estágio de consolidação de suas instituições. A partir do momento em que as mudanças vierem, estando atualmente o plano de manejo em fase de implementação, o turismo precisa ser olhado com cuidado por tudo que envolve. Experiências em outras localidades litorâneas devem ser observadas para que erros cometidos lá sejam aqui evitados, ou pelo menos diminuídos.

Nas comunidades de Caju-Una e Céu o abastecimento de água tem-se constituído há anos em problema grave. Atualmente, a principal fonte de abastecimento se dá por meio de poços escavados, normalmente com água de má qualidade. Em Caju-Una, existe um poço público para atender a comunidade, construído, segundo informações coletadas no local, na gestão do governador Hélio Gueiros, mesmo assim muitas vezes com água imprópria para beber. Se chove à noite, é comum que moradores colem água da chuva para beber. Na comunidade do Céu existem dois poços públicos e alguns particulares, servindo estes também para o consumo de vizinhos. Na Vila do Pesqueiro essa questão é tida como resolvida pelo fato de haver transporte encanado de água potável proveniente de fora da área da Reserva, abastecendo suficientemente a comunidade.

A falta de emprego não parece ser problema de fácil solução. O índice de estudantes na RESEX é alto. Trata-se de jovens que entrarão no mercado de trabalho. Este fato, aliado à carência de emprego, leva a que se pense que, em um futuro próximo, o nível de desemprego aumente. Junte-se a isso o comentário da Sra. Maria Amélia Silva, 58 anos, do Céu, para quem a maioria dos jovens carece de iniciativa para trabalhar: “Não fazem pão, não pescam”. A Sra. Raimunda Melo, 58 anos, do Céu, em referência a esta e outras atividades conjuntas, afirma que “é preciso união para ir para frente”.

Os itens “Acesso”, “Território” e “Transporte” da tabela 11 convergem para uma observação em comum. As respostas obtidas sugerem a insatisfação por parte dos moradores das comunidades de Caju-Una e Céu quanto à situação fundiária da RESEX. Presume-se que tal problema possa ser amenizado quando da conclusão da regularização. Entretanto, existe forte possibilidade de aumento de conflitos devido ao fato de moradores locais passarem a exigir direitos que antes não existiam.

As dificuldades de mudança que encontram as populações locais por vezes levam a conflitos. Para Santoyo (1992), os movimentos sociais, uma vez em marcha e atizados pela necessidade, tendem a ultrapassar os limites das normas e recomendações. Os cientistas sociais, ao estudar o desenvolvimento, se vêem diante de fatores complexos e contraditórios, lidando com jogo de interesses sociais opostos e tomadas de decisões que não seguem um processo planejado e linear. Para que as mudanças ocorram de maneira a atingir um grau razoável de consenso entre os atores, o diálogo político é instrumento útil. Ao mencionar a função da política, Santoyo (1992) afirma ser o meio de que as sociedades dispõem para refletir sobre suas próprias condições de existência.

As condições de trabalho influem na maneira como a questão da renda é conduzida. É o caso da Sra. Luzia Portal, 32 anos, de Caju-Una, que tem um filho e dois cunhados adolescentes que trabalhavam com artesanato. Tiveram que parar a atividade pelo fato de não possuírem instrumentos de trabalho. Essa realidade demonstra a importância de haver continuidade de algum apoio mesmo depois que se aprende uma nova profissão.

O fabrico de remédios caseiros em Caju-Una “não foi pra frente”, segundo Luzia Portal, porque não havia dinheiro suficiente para compra de material e início de atividades. Além disso, não há quem compre remédios caseiros no Caju-Una, dada a dificuldade de transporte da mercadoria para a sede do município. Além disso moradores da comunidade comentam a escassez de demanda. Para a Sra. Maria Ledir Favacho, 28 anos, “*faltou* mercado para escoar a produção de remédios da comunidade”. Essa declaração sugere que o pensamento de que o empreendimento já fracassou. A Sra. Leonice Pereira, de 47 anos, também do Caju-Una, diz que “todo mundo faz artesanato”, completando que não existe mercado para todos.

Quanto ao acesso às comunidades, trata-se de problema citado constantemente, sendo o canal que liga Vila do Pesqueiro ao Céu a alternativa em relação à via terrestre, que passa pela fazenda Bom Jesus. Tal opção se mostra por vezes perigosa. A Sra. Luzia Portal, de 32 anos, moradora de Caju-Una, relatou casos de afogamento na travessia do canal. Foram três mortes nos últimos três anos. Evidentemente, os acidentes não podem ser livremente creditados à dificuldade de acesso via fazenda Bom Jesus haja vista muitos darem preferência ao acesso via canal por ser mais curto. Entretanto, o fato indica a necessidade de melhoria e facilidade de se chegar às comunidades de Céu e Caju-Una.

O fator político é determinante no problema da renda. Os relatos apontam para parcialidade ou favorecimento político na obtenção de recursos em nível regional. Se

determinada ala política (indivíduo ou grupo) não obteve muitos votos em certa comunidade, não a ajuda em seus pleitos.

A continuidade de determinado processo de geração de renda e emprego é importante para que se atinja o objetivo. Essa afirmativa é especialmente importante ao se considerar o artesanato nas comunidades da RESEX. O sucesso da atividade, após o curso de qualificação dos novos profissionais, parece depender basicamente do fornecimento de ferramentas, demanda e interesse dos próprios beneficiados.

Nesse contexto, há que se considerar os três elementos marxistas do trabalho desempenhado pelas comunidades para os comentários que se seguem: (a) a atividade adequada a cada fim, ou o próprio trabalho; (b) a matéria sobre a qual se aplica o trabalho, ou o objeto do trabalho; e (c) os meios de trabalho, ou instrumental de trabalho. Após realizados cursos de artesanato e de remédios caseiros e adquirido material de trabalho, tal atividade está atualmente suspensa ou quase parada nas comunidades do Céu e Caju-Una. Ou pelo menos concentrada em alguns poucos artesãos, o que de certo modo pode contribuir para paralisar a atividade nas comunidades quando essas pessoas eventualmente se envolvem em outros compromissos.

Para esta compreensão, parte-se do princípio marxista de que um objeto só tem utilidade quando essa propriedade é efetivamente realizada (MARX, [1867] 2003) para a seguinte consideração: alguns meios de trabalho, como instrumentos e materiais de artesanato e as instalações, parecem estar, no momento, “inúteis”, ou seja, sem valor-de-uso (utilidade própria do objeto) real e efetivo nas duas comunidades citadas, adquirindo mais uma função de consumo individual que produtivo, ou seja, mais para uso do artesão que produto de venda e conseqüente gerador de renda. Ainda de acordo com Marx ([1867] 2003), esta situação sugere que o planejamento do processo de produção dessas atividades pode ser mais bem explorado a fim de obter melhores resultados, haja vista a capacidade humana de imaginar previamente o resultado do processo, subordinando-o ao modo de operar à sua vontade.

O fato de atividades produtivas na RESEX como as citadas no parágrafo anterior ser com freqüência mal sucedidas corrobora a afirmação de Sachs (2003) de que a mortalidade dos micro e pequenos empreendimentos é elevada. Tais atividades, entretanto, são responsáveis, em nível nacional, pela geração da maior parte dos empregos, representando, no local de estudo, objeto de interesse devido a sua função de geração de emprego e renda para as comunidades. Por meio do empreendedorismo compartilhado

citado por Sachs (2003), busca-se na Reserva o fortalecimento dos empreendimentos de pequeno porte.

Um problema comum na região, diretamente ligado a geração de renda, saúde e qualidade de vida em geral é a falta de água. Nas comunidades do Céu e Caju-Una observou-se a dificuldade na obtenção de água potável, importante para o desenvolvimento como um todo. Em meio ao vácuo criado pela ausência do poder público, foi encontrado na região o que Sachs (2003) chama de apoiadores da economia solidária. Esse autor afirma que existe um número significativo desses atores ligados à Igreja Católica. Na região em estudo destaca-se a *Cáritas*, organização que se faz presente nas duas comunidades citadas. Essa entidade mantém um projeto de perfuração de poços artesianos com apoio financeiro de fiéis alemães.

A importância da confiança mútua entre os participantes, característica citada por aquele autor, fez-se perceber no decorrer do processo produtivo das associações e trabalhadores locais. Um dos fatores que levaram ao fracasso ou diminuição de resultados de empreendimentos de geração de renda, como artesanato, foi justamente a desconfiança por parte de associados quanto a procedimentos e atitudes tomadas pelas respectivas lideranças. Algumas vezes, por julgamento próprio, os integrantes do grupo condenavam atitudes dos administradores sem dar crédito às explicações. No Céu, foi relatada dificuldade de relacionamento entre associadas da casa de artesanato. Este exemplo reflete uma dificuldade comum nas outras comunidades, encontrada em outras atividades: a desunião na atividade. “Um quer uma coisa, outro quer outra”, segundo testemunho de morador.

Do que se observou, conclui-se que falta união para trabalhar em conjunto. A ASSUREMAS fornece material para as comunidades. Canoa para pescar no rio e *freezer* para pescado, entre outros. Eventualmente, porém, os instrumentos de trabalho não são utilizados em conjunto. Devido a isso, canoas que poderiam ser compartilhadas com trabalho em parceria não são assim utilizadas. “Dizem logo que não vai dar certo. Nem tentam”. Existe desconfiança entre os pescadores. Raimunda Santos, 42 anos, de Caju-Una, relatou furto de apetrechos de pesca. “Não dá pra plantar por causa dos bois”.

Há relatos também de conflitos entre pescadores que antes exerciam suas atividades em grupos. Pelo fato de alguns não dividirem o trabalho, sobrecarregando companheiros, acabaram por desfazer as parcerias, trabalhando individualmente. Percebe-se, como posto por Oliveira (2006), a insuficiência de tolerância, ou capacidade de se trabalhar em grupo, citada como um dos três T's do desenvolvimento econômico. Boa parte dos integrantes das

comunidades aparentemente não atingiu o nível de gerar decisões coletivas, ou decisões de consenso.

Observaram-se declarações que não condizem com a idéia das afirmações transmitidas por outros entrevistados, ou são simplesmente opostas. O Plano de Utilização da RESEX ainda não aprovado; segundo a presidente da ASMUPESQ, foi declarado “consolidado e aprovado” pelo vice-presidente da ASSUREMAS, o artesão José Ronaldo Santos Guedes, de 28 anos. Haveria um total de “1.327 famílias” em toda a RESEX, segundo informação da presidência da ASSUREMAS. A entrevista junto à liderança das cinco comunidades detectou a presença de 622 famílias e 2.226 moradores. Como aconteceu em outras ocasiões, este fato sugere a comparação de informações para que se tenham dados mais confiáveis. Em Caju-Una, existe a necessidade alegada por alguns moradores de barcos motorizados na comunidade. Fonte da própria localidade discorda, afirmando que os jovens, a quem seriam destinadas tais embarcações, não fariam o devido uso, preferindo o suporte financeiro dos pais a trabalhar no mar.

O presidente da ASPEPE, por sua vez, mencionou que o BASA dificultaria o empréstimo para o pescador no momento do financiamento direto. O gerente do banco em Soure, Sr. Adriano Costa Filho, de 47 anos, afirmou que o financiamento pode ser concedido desde que o pescador seja filiado à instituição oficial de representação da classe, a colônia de pescadores. A considerar-se que apenas dez ou 12 do total de 92 associados da ASPEPE são “colonizados”, ou seja, filiados à colônia, é de se esperar que haja dificuldade para o empréstimo.

A má aplicação do dinheiro público por parte dos representantes do Estado, em suas três esferas, é mencionada nos comentários informais com moradores. Uma gestão não informada do Governo estadual teria investido R\$ 60 mil na pavimentação da PA-154, que liga Camará a Caju-Una¹². A obra não foi realizada, e não se sabe o que foi feito da verba. Como este, outros exemplos podem ser citados, como a escavação de poços, que serviria, entre outros, a fins eleitoreiros.

O deslocamento de moradores para outras localidades devido à procura de melhores condições de vida pode ser facilmente observado. O ex-presidente da AMCC se constitui em um exemplo do êxodo rural, embora ainda mantenha forte vínculo com o lugar de origem. Saiu da comunidade para estudar na sede municipal, onde atualmente trabalha

¹² Apesar de muitos declararem que a PA-154 se prolonga até Caju-Una, o Procurador da República Felício Pontes, Procurador Geral da República no estado do Pará, não encontrou dispositivo legal que afirme tal coisa. O que existe é uma decisão municipal declarando que essa estrada vai de Camará a Vila do Pesqueiro, ao passo que a legislação estadual só reconhece a rodovia até Salvaterra.

como agente administrativo na escola-sede de Soure, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor “Gasparino Batista da Silva”, e como diretor em outra escola, a Escola de Ensino Fundamental “Dom Alonso”. Sr. Teófilo está concluindo um trabalho sobre a história daquela comunidade e se dispôs a colaborar com informações para a realização deste trabalho.

Ainda sobre êxodo rural, foi informado por morador de Caju-Una que durante o mês de julho um número razoável de ex-moradores visita a comunidade. Esse conjunto de pessoas pode ser fonte interessante de informações, ajudando a esclarecer ou fortalecer teorias sobre que os levou a migrar para outras regiões. São informações que podem embasar trabalhos futuros.

A ASSUREMAS comentou a compra de castanha de andiroba pela indústria de cosméticos de Castanhal, a Brasmazon. Nenhum dos representantes de associações entrevistados, porém, comentou espontaneamente a transação. O convênio entre a KEPA e o CNS, intermediado pelo Governo Federal, terminou em junho de 2005, apesar da previsão inicial de existência por mais dois anos. O motivo alegado pela ASSUREMAS foi falta de verba. Em todas as comunidades, bem como pela ASSUREMAS, a prefeitura foi declarada inoperante.

Foi observada uma razoável influência por parte do presidente da ASSUREMAS, que parece, de certa maneira, ter sua pessoa mais forte que a instituição que representa. Questionada acerca da ligação entre sua associação e a ASSUREMAS, a presidente da Associação dos Moradores do Bairro Tucumanduba (ASMUBT) afirmou que não existe. Já ao ser indagada sobre a ligação de sua entidade com o Sr. Vazinho, afirmou que sua instituição, a ASMUBT, mantém vínculo com ele. Em contrapartida, uma reação à influência dele foi percebida em conversa Sr. Pedro, morador da comunidade de Caju-Una conhecido como “Seu Pedrinho”, tesoureiro da associação local na diretoria passada, que enfatizou não se tratar de questão pessoal, tendo os dois entre si laços de parentesco. O ex-tesoureiro afirma que seu co-cunhado não pode responder pela comunidade, tomando decisões por ela, tirando poderes da associação local.

Esse atrito pode revelar a vontade de parte da comunidade de tomar suas próprias decisões, fato positivo que contradiz uma característica negativa aparentemente encontrada em parte dos moradores da RESEX. Precisamente, seria uma superficial anomia de Durkheim, entendida aqui como o conjunto de características culturais e estruturais de sistemas sociais que produzem baixa coesão e um conseqüente senso fraco de apego dos membros à sua comunidade (JOHNSON, 1995). É possível também que o estilo do Sr.

Vazinho tenha se caracterizado durante anos pela concentração de decisões, dada a necessidade de se ocupar um vácuo na tomada de iniciativas.

Por necessitar de pequeno investimento por parte do trabalhador, a atividade pesqueira é acessível às classes mais humildes da região. Enfrenta, porém, seus problemas. Fatores como a invasão da pesca industrial nas áreas destinadas aos extrativistas e a alegada falta de recursos para manutenção e aquisição de embarcações apropriadas e apetrechos de pesca têm levado à falta de aproveitamento dos recursos pesqueiros locais. Estes pesqueiros são conhecidos há séculos, como relata Cruz (1999, p. 407): “A criação do estabelecimento pesqueiro de Cajuúna foi motivada pela grande quantidade de tainhas e gurijubas (*Arius luniscutis*) na região”. Apesar da relativa abundância, a pesca predatória faz crescer o risco de escassez do produto.

Os estoques pesqueiros podem ser protegidos principalmente com a fiscalização. Trabalhou-se com a conscientização dos moradores, que estão razoavelmente informados sobre a necessidade de preservação para suprir suas próprias necessidades. Entretanto, o controle externo, ou seja, de pescadores vindos de outras localidades, ameaça não apenas os estoques, mas também as medidas de conscientização. Essa ameaça dos estoques pesqueiros na região se deve principalmente à dificuldade de fiscalização, considerada deficitária por parte do Estado, representado pelo IBAMA, que não dispõe de efetivo e recursos suficientes para cobrir a área.

Essa carência de funcionalidade abre caminho para que medidas sejam tomadas por parte de particulares, ainda que a competência seja do poder público. Há relatos de fiscalização feita por empregados de fazenda, procurados por extrativistas para efetuar serviços de apreensão de caranguejos extraídos ilegalmente. A deficiência de fiscalização por parte do Estado e dos próprios extrativistas, independentemente de culpabilidade, contribui para o conjunto de dificuldades enfrentadas na RESEX. De maneira geral, segundo Castro, Marin e Couto (2002), os problemas sociais, econômicos e ambientais tendem ao agravamento, sobretudo nos países amazônicos, cujo quadro de pobreza pouco foi alterado, apesar das demandas de atores sociais.

Os principais problemas e dificuldades enfrentados para a realização de projetos na Amazônia, incluindo-se, evidentemente, a área de estudo, podem ser agrupados, de maneira geral, na classificação feita por Brasil, Ministério, Secretaria (2004): gerência, planejamento, nível de organização, mobilização social, produção beneficiamento, comercialização, assistência técnica e barreiras culturais, além de, no ambiente externo, o contexto em que se insere a experiência.

Existem problemas pendentes na RESEX que dizem respeito a questões ambientais e sociais. Em relação a isso, necessário se faz a busca do equilíbrio entre dois princípios constitucionais, o da defesa do meio ambiente e o da redução das desigualdades regionais e sociais (BRASIL. Constituição, 1988, art. 170, incisos VI e VII), que podem ser vislumbrados entre atores integrantes do cenário de estudo. No caso específico das comunidades do Céu e Caju-Una, a fazenda Bom Jesus, situada entre essas localidades e única saída por terra para Soure, é declarada por seus representantes como colaboradora na preservação do meio ambiente, enquanto moradores das comunidades evocam o direito de ir e vir como necessário no processo de desenvolvimento e conseqüente geração de renda. Este, a exemplo do que posto por Simonian (2000), é típico dos conflitos existente na região, que normalmente envolvem terras e recursos naturais.

Apesar desses problemas sociais, sabe-se que a escassez de renda detectada nas comunidades da RESEX difere da encontrada em outras regiões pobres. Na área em estudo, existe abundância de recursos naturais, carecendo a população de orientação acerca de direitos e deveres pertinentes a essa problemática. É interessante que o catador de caranguejo participe de atividades para aquisição de consciência e cidadania, para desempenhar melhor seu papel de usuário e conservador do meio ambiente manguezal. Essa afirmativa tem sido comprovada por participantes de pesquisas e projetos realizados em comunidades como Tucumanduba. As pressões a que estão sujeitos os ecossistemas da região justificam uma ação mais forte de pesquisa, para que a biodiversidade dessa região seja mantida.

A RESEX Marinha de Soure ainda não tem plano de manejo. Trata-se de um documento técnico para definir as prioridades e os critérios de exploração dos recursos naturais da fauna e da flora, além da prestação de serviços de ecoturismo. Iniciativa estatal e da sociedade civil organizada, este documento, resultado de estudo técnico-científico, contém informações sobre aspectos ambientais, sócio-economia, normas e recomendações para uso sustentado dos recursos naturais, fiscalização e vigilância, extensão, pesquisa, monitoramento, convênios e financiadores e tudo que se refira à unidade de conservação em questão. Todos esses procedimentos são metodicamente organizados.

O quadro social na ilha de Marajó é tema de estudo de autores e entidades oficiais e não governamentais. Em Organização (2003), informações do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil trazem o IDH médio de vários municípios da ilha, os quais se encontram bem abaixo da média estadual. Mesmo sendo uma das principais regiões do Marajó, Soure é território ainda inexplorado sob alguns aspectos em relação a outras

regiões do estado do Pará. De acordo com o Secretário Municipal de Produção e Abastecimento de Soure, Sr. Luis Felipe de Souza Rodrigues (2005), apesar da reconhecida riqueza natural, com potencial turístico, da pecuária forte e do ecossistema rico, não existe ainda na região um produto ou um projeto de sucesso consolidado, cujo processo sirva de modelo.

As Colônias de Pescadores e demais associações ligadas a essa atividade profissional também podem contribuir para a criação de renda entre seus filiados. Existe o relato, em outras localidades, de que instituições como essas estimulam a qualificação de seus associados, com a realização ou procura de cursos de capacitação, em especial no que se refere ao manuseio do pescado, conservação e higiene, manutenção de equipamentos e piscicultura (SETEPS/SINE-PA, 2003). Para o Sr. Pedro Santos, de 53 anos, morador de Caju-Una, “o povo quer trabalhar mais na pesca”. Para estimular o trabalho, é necessário o investimento em embarcações, com ajuda do Governo Federal.

O turismo pode gerar renda para as comunidades. No que se refere à área da RESEX e sua riqueza natural, atualmente a fazenda Bom Jesus se destaca como empreendedora bem sucedida no mercado turístico. Entre as razões para tal está o fato de que o empreendimento não é tarefa fácil, pois requer uma estrutura que envolve proteção ao meio ambiente e trabalho articulado com outras instituições, como IBAMA e Batalhão de Polícia Ambiental (BPA). A fazenda parece ter requisitos para tal empreendimento. Conforme informação de Fazenda (2000), os atrativos turísticos trabalhados pelos empresários-fazendeiros incluem exposição de peças de arte sacra dos séculos XVIII e XIX. Um dos resultados da atividade turística foi a realização de outros projetos, como a preservação da garça azul (*Egretta caerulea.*), que estava praticamente desaparecida da região. Este é um lado da exploração turística na região que, se articulado pelo poder público no sentido de inserir populações locais, pode vir a ser um importante fator de geração de renda.

É necessário que a exploração turística seja realizada de tal maneira que a população local seja beneficiada com melhora em seu nível de vida, ao contrário do relatado por Maneschy (1995) e Quaresma (2003) em outras localidades, como Algodual, Salinas e Marudá. Nesse caso, a localização privilegiada e facilidade de acesso tornaram o local um balneário turístico bastante freqüentado. O período de atividade econômica, porém, só se dá durante a época de veraneio, e a valorização imobiliária, segundo Furtado (1980, apud MANESCHY, 1995), resultou no deslocamento dos pescadores para áreas mais distantes do mar, o que descaracterizou a vila como centro pesqueiro.

Soluções locais, ou seja, no âmbito das comunidades, podem ser tomadas no sentido de contribuir para a geração de emprego e renda. Entre as mais ligadas ao turismo na Vila do Pesqueiro, existe a exercida por moradores na maloca, estrutura em madeira que comercializa artesanato e alimentos leves, construída com recursos do CNS. As barracas na praia comercializam comida e bebida e emprega mão-de-obra local, principalmente na função de garçons e garçonetes. Uma atividade recente é a desempenhada pelo Sr. José Alberto Pereira Almeida (Zeca), 33 anos. Trata-se do aluguel de animais para passeio na praia de vila do Pesqueiro. São três cavalos e um búfalo alugados por turistas para passeios de meia hora pela praia.

Além do turismo, existe uma utilização dos animais mais comum, que é a criação para aquisição de carne e leite. Entretanto, trata-se de atividade de renda limitada. Havia criação de cabras, que não foi bem sucedida devido ao ataque de insetos, os maruins. Certos criadores em Caju-Una não tinham curral. Segundo o Sr. Benedito Oliveira (Raminho), 58 anos, líder informal em Caju-Una o motivo era simplesmente preguiça. A falta de controle dos animais fez com que eles atacassem plantações dos vizinhos, levando à decisão do fim da criação na comunidade. Isso demonstra pouca iniciativa e a necessidade de mais dinamismo.

Outras atividades poderiam ser mais bem aproveitadas. É o caso da função de Agente distrital da Vila do Pesqueiro, exemplo citado pelo morador Marcos Antônio da Silva Vasconcelos, 43 anos. Para ele, a função deveria ser ocupada por alguém da própria comunidade, pois isso já seria uma maneira de colaborar para a geração de renda e emprego. As autoridades políticas que administram a questão parecem não ter essa visão. O Sr. Raimundo Nonato da Silva Pereira, 33 anos, morador da comunidade do Céu, no intuito de melhorar sua renda, concluiu um curso de Tecnologia do Leite. Entretanto, não realiza atividade econômica na qual aplique esses conhecimentos. Esse fato soma-se aos já citados casos de artesãos e artesãs e fabricantes de fitoterápicos como um exemplo de mão-de-obra qualificada que não encontra meios de viabilizar sua atividade. Outras atividades encontradas são o fabrico de carvão, pão e andiroba. Todas, caso haja o interesse dos trabalhadores em seu desenvolvimento, necessitam de apoio.

Uma das maneiras de gerar renda está intimamente ligada à água, seja como meio de trabalho, seja diretamente, como alimento. A criação de fauna aquática é apontada como uma das maneiras de gerar renda e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente. Nesse contexto, a Sr^a. Janete Campos, 45 anos, de Vila do Pesqueiro sugere a criação de camarão e outras espécies aquáticas. Além de criação peixes, já houve a realização de curso de

apicultura por instituição pública. O Sr. Eduardo Santos, de 65 anos, sugere cursos profissionalizantes para filho de pescador. A Sr^a. Ana Lúcia Brito, de 25 anos, moradora de Caju-Una, cita a água como fator importante para gerar renda. Para ela, ninguém quer ter o trabalho de carregar água. De fato, a facilidade no manuseio deste recurso otimiza as tarefas do dia-a-dia, o que resulta em mais tempo para exercer outras atividades.

O processo produtivo também é visto como passível de gerar renda na medida em que pode ser alterado para atingir tal objetivo. Eliminação ou diminuição de atravessadores aumentaria a renda dos pescadores. No caso do plantio de coco, o intermediário compra a unidade do produto por R\$ 0,20 e vende ao consumidor final por R\$ 1,00, segundo declarou o Sr. Manoel Ferreira (“Seu Pombo”), de 61 anos. No que se refere aos pescadores extrativistas, o que se tem no momento é que, na cadeia produtiva, quem pesca (o extrativista) é quem ganha menos.

A mudança da definição de pescador artesanal é citada como contribuição para mudar esse quadro de desigualdade, com melhoria da classe, incluindo-se aí a geração de renda. O termo “pescador artesanal”, segundo Figueiredo Filho (2006), consistiria em uma classe profissional cujas práticas rudimentares puramente extrativistas a mantêm pouco valorizada. A simplicidade técnica caracteriza o artesanal, que se utiliza de barcos à vela e canoas e o fabrico de seus próprios artefatos de pesca. Essa categoria sempre vai existir, e deve, nos dizeres de Figueiredo Filho (2006), ser separada daqueles que não fabricam mais seus próprios apetrechos, mas que ainda hoje são classificados como artesanais. Àqueles, mais rudimentares, os legítimos artesanais, se ofereceria um tratamento diferenciado.

No que diz respeito aos outros, reclassificados, políticas voltadas para o setor seriam implementadas no sentido de tirá-los da condição em que se encontram para torná-los microempresários. Nesse grupo se encontram pescadores que possuem em seu barco equipamentos como motor e câmara frigorífica. A melhoria de suas técnicas de produção seria alvo das diretrizes da política pesqueira estadual, que, para Figueiredo Filho (2006), abrangem a melhoria do nível educacional e a transformação do profissional da pesca em microempresário.

É uma transição gradual que inclui iniciativas como fomento e cursos de gestão de negócios. Instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) podem apoiar e auxiliar a condução desses procedimentos de mudança envolvendo os trabalhadores da atividade pesqueira. Dessa maneira, torna-se possível a organização dos profissionais em cooperativas e microempresas voltadas para o

empreendedorismo. Uma vez adquirida a cultura empreendedora, o trabalhador assimila a importância do trabalho conjunto e da qualificação individual.

O trabalho em grupo é seguramente o melhor caminho para que surjam oportunidades de geração de renda. Para tanto, porém, necessário se faz cumprir uma série de requisitos, bem como contornar problemas comuns nesse empreendimento. É necessária a participação de instituições de ensino e pesquisa, fornecedoras de mão-de-obra especializada. Segundo o Sr. Francisco Neves, 49 anos, da comunidade do Céu, maior participação dos gestores públicos é necessária, não apenas em época de campanha política. Aconselha-se também maior descentralização de decisões. A transparência quanto ao andamento dos trabalhos e procedimentos contribui para a credibilidade dos tomadores de decisões responsáveis pelo grupo. A investidura de pessoal capacitado em funções operacionais viabiliza a negociação com parceiros e fornecedores, desonerando custos e abrindo novas frentes de oportunidade de negócios.

Uma política voltada para o empreendedorismo do pescador e melhora de sua qualidade como profissional refletiria no homem e no meio em que vive. O aprimoramento das técnicas comerciais e de produção levaria a uma condição social mais digna, na qual a geração de renda com sustentabilidade estaria ligada à sustentabilidade dos recursos naturais. Essas iniciativas vêm ao encontro do pensamento de Isaac-Nahum (2006, p. 35), para quem “a ausência de conhecimentos sobre as regras básicas de gerenciamento de negócios em uma sociedade estritamente capitalista fazem do pescador [...] um trabalhador sem instrumentos culturais, sociais e econômicos para melhorar sua condição de vida”.

Quanto ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, é necessário o incentivo à aqüicultura para diminuir o esforço de pesca, ou seja, a pressão no recurso natural. Desse modo, é possível a correção de falhas que levaram algumas experiências ao fracasso na região, relacionadas a falhas de planejamento, gestão e preparo das comunidades. O trabalho e manejo no ordenamento dos bens hídricos, além de contribuir para a preservação ambiental, resultará em oferta maior de alimentos para a comunidade. Pode-se, assim, retomar-se projetos de criação de espécies adequadas. Nas palavras de Figueiredo Filho (2006), isso geraria renda para que possa haver uma subsistência abundante.

Essas mudanças na estrutura da produção local tende a se refletir na esfera regional e nacional. Para tal, a educação formal e profissional dos trabalhadores comunitários é necessária. A respeito disso, destaca-se a comparação feita entre Brasil, Rússia, Índia e China pelo banco de investimentos norte-americano Goldman Sachs, que cunhou, para os quatro países, o termo BRIC. Existem oito características que definem o ranking de

competitividade global do Foro Econômico Global, entre as quais saúde e educação básica. Albuquerque (2006) divulgou que o Brasil ocupa posição de desvantagem em relação aos outros três países. Em vista disso, há muito que se fazer no local de estudo, que reflète a realidade nacional. Os resultados, quando vierem, refletirão certamente na esfera macro, colaborando para o crescimento regional e nacional.

Inferese da leitura deste capítulo que a solução de problemas na RESEX passa pela elaboração e implementação de políticas públicas que levem em conta as questões aqui citadas: o fortalecimento das instituições, como o IBAMA e as representantes da sociedade civil, viabilizando assim o cumprimento de normas instituídas legalmente; o atendimento de necessidades básicas, como água, energia elétrica e situação fundiária; o fortalecimento do capital social, por meio da educação formal e profissional e a de cunho participativo; atenção às soluções criadas no âmbito das próprias comunidades; o estímulo ao empreendedorismo, com presença da iniciativa privada já atuante na região. Todos esses aspectos podem refletir no sucesso de qualquer política pública que objetive a geração de renda na RESEX.

Uma vez feita a conexão entre esses aspectos e as políticas públicas de geração de renda adequadas ao local, entende-se a importância da geração de emprego. Busca-se uma autonomia que capacite os moradores à participação na gestão das políticas, com pleno conhecimento de seus direitos e deveres. Essa autonomia passa pela conquista de razoável independência econômica, oriunda da capacidade do indivíduo de sustentar a si mesmo e a sua família sem a dependência atualmente existente de outros atores. Daí a necessidade da geração de emprego, aqui defendida como o meio básico de geração de renda. Passa o morador da RESEX de Soure, assim, a ter mais possibilidade de viver em um ambiente com sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. Brasil cai em ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial. *Folha on-line*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u111269.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2006.

ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 822 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, 2002).

_____. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. In: *Pará desenvolvimento – extrativismo vegetal e reservas extrativistas*. Belém: IDESP, 1989, p. 3-29.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999. 203 p.

ALVES, J. A. *Catálogo de árvores do Brasil*. 2 ed. Brasília: Edições Ibama, 2001.

AMIN, M. M. *O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará-UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/Associação de Universidades Amazônicas, 1997.

ARAGÓN, L. E. (Org). *Debates sobre a agenda amazônica 21*. Belém: UNAMAZ, 2000.

ARIZA, D. (Org.). *Curso integrado – 1º e 2º graus*. Concursos e vestibulares. S. l.: Editora Lisa S/A, s. d.

AS LAGOSTAS sumiram. *Isto é*, São Pulo, nº 1919, p. 20, 02 ago. 2006.

ATLAS geográfico do Brasil melhoramentos. Estados – Pará. Disponível em: <<http://biblioteca.uol.com.br/atlas/mapa.htm?PA>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

AVALIAÇÃO e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha. Disponível em: <<http://bdt.fat.org.br/workshop/costa/integradores>>. Acesso em: 22 dez. 2005. Workshop realizado de 25 a 29 out. 1999 em Porto Seguro/BA.

AVALIAÇÃO econômica das ilhas de alta produtividade: plantio de seringueiras na floresta natural. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/gestao_ambiental/artigos/ReydoneMaciel_AvaliacaoeconomicaIAPs.pdf>. Acesso em: 02 set. 2006.

BAILEY, R. C. *Tropical deforestation – the human dimension*. New York: Columbia University 1996.

BANDEIRA, P. S. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Brasília: IPEA, 1999.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, p. 54-63.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

_____. Decreto nº 533, de 20 de maio de 1992. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 21 maio 1992. Seção 1, p. 6314.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 23 ago. 2002. Seção 1, p. 9.

_____. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 1990. Seção 1, p. 4.

_____. Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 1990.

_____. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 1967.

_____. Decreto s/n, de 22 de novembro de 2001, cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9384.htm>. Acesso em: 28 out. 2003. Brasília, 2001. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 23 nov. 2001.

_____. Decreto s/n, de 26 de julho de 2006, Cria o Grupo Executivo Interministerial para acompanhar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Arquipélago de Marajó, bem assim elaborar plano de desenvolvimento sustentável em articulação com a sociedade civil e os Governos estadual e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10906.htm#art9>. Acesso em: 18 ago. 2006. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 23 nov. 2001.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2004*. Vol 5. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, P. 1-120, 2004.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego – Antiga Metodologia*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 18 jul. 2006.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Resolução nº 05. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 11 out. 2002.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Portaria nº 22. *DOU*, Brasília, 10/02/1992. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 1992.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *O neoextrativismo ou agroextrativismo*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h12.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2006.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Reserva Extrativista Marinha de Soure*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *DOU*, Brasília, 18 jul. 2000. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 02 set. 1981.

_____. Lei nº 7.679. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e dá outras providências. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 1988.

_____. Lei nº 8.287. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 1991. Seção 1, p. 29991.

_____. Lei nº 9.985, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *DOU*, Brasília, 18 jul. 2000. (Referência incompleta). *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 20 jul. 2000.

_____. Lei nº 9.394, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Série A. Normas e manuais técnicos).

_____. MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Desenvolvimento Integrado – município de Soure (PA). Relatório preliminar*. Pará: IDESP, 1970.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA. *Reservas extrativistas*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/ppg7/resex/corpo.html>>. Acesso em: 29 fev. 2006.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA. *Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília: MMA/SBF, 2003.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. *Estudos da Amazônia: avaliação de vinte projetos PDA*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das zonas costeiras e marinhas*. Brasília, 2002.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Estatística pesqueira nacional*. Brasília: IBAMA, 2005.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Primeiro relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica*: Brasil. Brasília, 1998.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. *Unidade*: Reserva Extrativista Marinha de Soure. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=931>>. Acesso em: 20 set. 2005.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Radar social*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005.

_____. Portaria IBAMA nº 22 (10 de fevereiro de 1992; cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais). Brasília, 2003.

_____. *Portaria IBAMA Nº 76* (26 de novembro de 2003; cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Soure). Brasília, 2003.

BRITO, D. C. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

BRUNDTLAND Report. 1987. Disponível em: <http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=9d73006eb51c9f1b46cbdc39dfc2768e>. Acesso em: 20 fev. 2006.

CAMPOS, A. J. T. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. In: FURTADO, L. G. (Org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 231-242.

CARDOSO, R. C. L. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura antropológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 94-105.

CARDOSO, Denise. M. *Processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: rio Arraiolos-Almerim, Pará*. Belém, 2006. 278 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2006.

CARDOZO, I. B. A. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2ª edição. Campinas: Papyrus, 1998.

CASTRO, E. M. R. DE; MARIN, R. A.; COUTO, R. C. S. A pesquisa em ciências humanas e as relações entre trabalho, saúde e meio ambiente. In: CASTRO, E. M. R. de; MARIN, R. A.; COUTO, R. C. S. (Org.). *YSaúde, trabalho e meio ambiente*. Belém: Editora Universitária, 2002. p. 21-35.

CASTRO, E. M. R. DE (Org.). *Relatório do projeto MEGAM. Relatório – estudo das mudanças sócioambientais no estuário amazônico*. Belém: NAEA, 2005.

CAVALCANTI, M. *Desenvolvimento humano*. Discursos proferidos pelo senador Tião Viana (PT-AC) no plenário do Senado Federal em 31 de março e durante o mês de abril de 1999. Brasília: SEEP/Senado Federal, 1999.

CHAVES, M. DO P. S. R. et al. Políticas públicas: natureza política e viabilização da pesca. In: SURGIK, A. C. S. et al. (Org.). *O setor pesqueiro na Amazônia: Análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca*. Manaus: IBAMA, 2005. p. 54-66.

COELHO, M. C. N.; CASTRO, E.; MATHIS, A.; HURTIENNE, T (Org). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP: UFPA, NAEA, 2001.

COELHO, M. C. N; SIMONIAN, L; FENZL, N. (Org). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP: UFPA, NAEA, 2000.

COMISSÃO da União Européia (CUE): iniciativas e programas de cooperação. 2005. Disponível em: <www.gpa21.org>. Acesso em: 23 ago. 2005.

COSTA, F. DE. A. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

COSTA, J. M. M. DA. Desenvolvimento sustentável, globalização e desenvolvimento econômico. In: *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 1997. p. 71-114.

CRUZ, M. E. M. DA. *Soure, pérola do arquipélago do Marajó - Pará*. Belém: Empresa Jornalística e Editora Gráfica M. M. Lima Ltda., 1999.

CRUZ, S. H. R. Turismo: a percepção dos residentes da vila do Pesqueiro, município de Soure, ilha do Marajó/PA. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA; BELEMTUR/PMB, 1999. p. 175-203.

DEMO, P. *Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de [19]90*. Brasília: IPLAN/IPEA, 1990.

DEPARTAMENTO de agroextrativismo e desenvolvimento sustentável – DADS. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=65>> Acesso em: 20 fev. 2006.

DIAS NETO, J. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil*. Brasília: Edições IBAMA, 2003.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983

DINIZ, C. W. P. Desenvolvimento sustentável, globalização e desenvolvimento econômico. In: *Perspectivas do desenvolvimento sustentável – uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 1997. p. 605-626.

DORIA, Carolina Rodrigues da Costa. *Viabilidade do ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia*. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – PDTU) – Universidade Federal do Pará, Belém. Orientadora: Cláudia Azevedo Ramos.

DUBOIS, J. C. L. *Manual agroflorestal para a Amazônia*. Rio de Janeiro: REBRAF, v. 1, 1996.

ESTEVES, B. Brasil segue em 17^º no ranking da ciência mundial. *Ciência Hoje on-line*. Disponível em: < <http://cienciahoje.uol.com.br/53244>>. Acesso em: 18 jul 2006.

MARAJÓ. In: *Encarta*. Enciclopédia e dicionário digital 1992-2001 Microsoft Corporation. Microsoft Encarta Reference Library Programa Manager. Marajó. CD-ROM.

EXPEDIÇÃO fortalece turismo de fazenda no Marajó. *O Liberal*. Disponível em <<http://www.oliberal.com.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2006.

FALEIRO, A. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

FAZENDA é um refúgio natural para as espécies. *O Liberal*, Belém, Cidade, 03 nov. 2000.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: UNAMAZ, 2003.

FERREIRA, A. B. DE H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO FILHO, L. D. *Seminário: III Pará sustentável: contribuições para o desenvolvimento sustentável da Amazônia 2006 – responsabilidade sócio-ambiental na Amazônia*. Belém: Auditório do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM, 14 e 15/09/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

FREITAS, M. DA S. C. et al. *Importância da educação ambiental para o homem da Reserva Extrativista Marinha de Soure, ilha de Marajó-PA*. Disponível em:

<<http://www.adaltech.com.br/evento/museugoeldi/resumoshtm/resumos/R1054-2.htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

_____. (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA; BELEMTUR/PMB, 1999.

GARCEZ, A. P. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

GESTÃO sustentável dos recursos pesqueiros é saída para crise. In: Revista IBAMA. Sl.,: Ajir Gráfica e Editora Ltda., 2006, p. 30-31.

GOHN, M. da G. M. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, v. 5.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, R. P. O desafio político do desenvolvimento sustentado. *Revista Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 35, p. 113-136, 1995.

HOMMA, A. K. O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 12, n. 2, p. 251-255, 1982.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. DE S.; FRANCO, F. M. DE M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IPEA: Pará é líder em pobreza na região norte. *O Diário do Pará*, Belém, C-7, 05 jun. 2003.

ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. *Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro*. Cienc. Cult., jul./set. 2006, vol.58, no.3, p.33-36. ISSN 0009-6725.

ISLAND – ilhas do Brasil. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/arte/serros/island.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

JOHNSON, A. G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LASSANCE JR., A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: LASSANCE JR., A. E. et al. *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 65-81.

LÉNA, P. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: Diversidade sociocultural e políticas ambientais. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, In-Fólio Produção Editorial, Gráfica e Programação Visual, ano 1, n. 1, p. 9-21, 2002.

LESCURE, J.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. La gente y los productos forestales en la Amazonia central: el enfoque multidisciplinario del extractivismo. In: CLÜSENER-GODT, m.; SACHS, I. Extractivismo en la Amazonia brasileña: perspectivas sobre el desarrollo regional. Montevideu: UNESCO, 1995. p. 62-93.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LIMA, D. DE M. Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. In: Diversidade sociocultural e políticas ambientais. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, In-Fólio Produção Editorial, Gráfica e Programação Visual, ano 1, n. 1, p. 37-43, 2002.

LINDBERG, S. M.; PAULA, A. C. de. *A reserva extrativista que conquistamos: manual de manejo de fauna silvestre*. v. 5. Brasília: IBAMA, 2003.

MACHADO, J. A. DA C. Unidades de conservação e populações: uma agenda para o avanço. In: FATHEUER, T.; ARROYO, J. C.; MACHADO, J. A. da C. (Org.). *Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável; uma contribuição para a elaboração de planos de desenvolvimento e Agenda 21*. Belém: FASE/FAOR/NAEA, 1997, p. 40-46.

MACHADO, J. DE P. *Marajó*. 2 ed. Rio: Editora Agir, 1994. 179p.

MACHADO, P. A. L. *Direito ambiental brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

MALINOWSKI, B. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

MANESCHY, M. C. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, L.G.; LEITÃO, W. MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993, p. 19-62.

MARAJÓ clama por qualidade de vida. *O Liberal*, Belém, Atualidades, p. 9, 31 jul. 2006.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, livro 1, v. 1, 2003.

MATOS, A. DE D. A. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

MAY, P. H. et al. *Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: experiências e visões*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Coleção Reflexões Ambientais.

MIRANDA NETO, M. J. de. *Marajó: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento*. Revista e atualizada. Belém: EDUFPA, 2005, 218 p.

_____. *Marajó: desafio da Amazônia*. 2 ed. Belém: CEJUP, 1993. 190 p.

_____. *O enigma Amazônia: desafio ao futuro*. Belém: CEJUP, 1991.

_____. *Marajó: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Record, 1976, 180 p.

MOREIRA, I. *O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MOTTA, R. S. DA. Instrumentos econômicos e política ambiental. In: MAY, P. H. et al. *Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: experiências e visões*. Brasília: MMA, 2005, p. 21-27. Coleção Reflexões Ambientais.

NASCIMENTO, Luciano J. O. *Os reflexos da pesca na dinâmica da comunidade de Caju-Una – Soure – Pará – Brasil*. Soure, 2002. 79 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, 2002. Orientador: Prof. Dr. Roberto Monteiro de Oliveira.

NEVES, T. da S. *Histórico da comunidade do Céu*. Soure, 2005. 47 p. Cópia digital.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Edições Ibama, 2002, p. 27-48.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, jun. 2003, v. 18, n. 52, p.185-202. ISSN 0102-6909.

_____. *Um Estado para a sociedade civil – temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, G. M. DE. *Impactos econômicos na aqüicultura e pesca no cenário nacional*. Belém: UFRA, 09/02/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

OLIVEIRA, M. C. S DE. *Conselho municipal de assistência social de Soure: participação democrática ou participação gerencial?* Belém, 2006. 99 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, 2006.

OLIVEIRA, M. DO S. S DE. *Políticas públicas e ações do desenvolvimento para as populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil*. Belém, 2001. 144 f. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: ver, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo: Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 36, nº 1, p. 13-37, 1996.

O QUE é segurança alimentar e nutricional? Disponível em: <<http://www.apoiofomezero.org.br/site/index.asp?Fuseaction=Conteudo&ParentID=2&xmenu=2>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas de desenvolvimento humano do Brasil*. PNUD, 2003.

_____. Food And Agriculture Organization. *Definition and classification of fishing gear categories*. Rome: FAO, 1990.

PARÁ. Lei nº 6.713 de 25 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no estado do Pará regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura e dá outras providências. *DOE*, Belém, 27 jan. 2005. Diário Oficial do Estado – DOE nº 30.365, Belém, 27 jan. 2005.

_____. *A pesca artesanal no estado do Pará: perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias*. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

_____. *Estatística Municipal – Soure*. Belém: Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças/SEPOF, 2005.

_____. *Conheça o Pará*. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/conhecaopara/mapa.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

PEIXOTO, R. A. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

PELUSO, N. L. *Rich forest, poor people*. Resource control and resistance in Java. Berkeley: University of California Press., 1992.

RIO DE JANEIRO. Fundação Nacional de Engenharia do Meio Ambiente. *Vocabulário básico de meio ambiente*. Rio de Janeiro: Distribuidor Record de Serviços de Imprensa S. A., 1990. 243 p.

SALOMÃO, A. *O preço da ignorância*. In: revista Exame, quinzenal, ano 40, edição 877. São Paulo: Editora Abril, setembro, 2006.

PEIXOTO, R. *Seminário: ZEE e instrumentos de políticas públicas*. Belém: Auditório do Banco da Amazônia, 01 e 02/06/2006. (Palestra; conforme anotações de Guilherme Santos Júnior/arquivo pessoal).

POPULAÇÕES tradicionais: guardiãs dos ecossistemas. *Revista IBAMA*, Brasília, ano I, n.1, p. 1-34, 2006.

QUARESMA, H. D. DE A. *O encanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeuá*. Belém: NAEA, 2003.

QUARESMA, J. B. *Informe técnico: ilha de Marajó*. S. l.: s. e., 1999.

RÊGO, J. F. DO. *Amazônia: do extrativismo ao neoeextrativismo*. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, SBPC, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1999.

RELATÓRIO do levantamento sócio-econômico realizado junto à comunidade de caranguejeiros no município de Soure, ilha do Marajó, Pará. Soure: IBAMA, 1998.

RESERVA extrativista: informações sobre reservas extrativistas. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2003.

RESERVA Extrativista Marinha de Soure. *Ata da II reunião do Conselho Deliberativo*. Soure, 2004. Doc. Digitalizado.

RIBEIRO, N. DE F. *Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Belém: SEICOM-PA, 1990.

ROCHA, R. M. et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste paraense. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996.

RODRIGUES, E.; PAULA, A. C. DE; ARAÚJO, C. M. Y. (Org.). *Roteiros metodológicos: plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais*. Brasília: IBAMA, 2004.

RODRIGUES, Luis Felipe de Souza. *Entrevista*. Soure, 2005. (Entrevista feita por G. Santos Júnior com o Secretário Municipal de Produção e Abastecimento de Soure, sobre questões relativas à produção agroextrativista local).

SÁ, R. L. DE; VASQUEZ, R. *Desenvolvimento e conservação do meio ambiente: pesquisa de opinião com lideranças e a população da Amazônia*. Brasília: WWF Brasil, 2001.

SACHS, I. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, T. C. C.; CÂMARA, J. B. D. (Org.). *Geo Brasil 2002: perspectivas do meio ambiente no Brasil*. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

SILVA, J. C. DA. *Política social e combate à pobreza*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/geo21.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2005.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: CASTRO, E.; RUGGERI, S.; KAWHAGE, C. (Org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: NAEA/UFPA, 2007/no prelo.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Série Ciências Humanas, v. 1, n. 2, p. 119-134, ago. 2005.

_____. Reflexiones sobre la familia em la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. In: ROJAS, P. T. (Ed.). *Familia, género y antropología: desafíos y transformaciones*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología y História, 2003, p. 396-443.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em área de reservas na Amazônia: gestão de recursos naturais. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP: NAEA, 2000. p. 9-53.

_____. Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual e perspectivas. *Paper* apresentado no Seminário Internacional *Amazônia XXI: agenda e estratégias de sustentabilidade*. Belém: NAEA-UFPA, 1997. Manuscrito, 34 p.

_____; GLASER, M. Extractive Reserves and the question of sustainability: recent experience in north of Brazil. In: LIEBEREI, R.; BIANCHI, H.; BOEHM, V.; REISDORFF, C. (Org.). *Neotropical ecosystems: proceedings of the German-Brazilian Workshop*, Hamburg, 2000. Hamburg: GKSS-Geesthacht, 2002. p. 767-775. (ISBN 3-00-010691-X; Parte CD Rom). (Co-autoria com pesquisadora do MADAM/Convênio Brasil-Alemanha).

SPANGENBERG, J. H. Por um conceito integrado de sustentabilidade. In: FATHEUER, T. et al. (Org.). *Amazônia: estratégias de desenvolvimentos sustentável – uma contribuição para a elaboração de planos de desenvolvimento e agenda 21*. Belém: UNIPOP, 1997.

TANZI, V. Os determinantes fundamentais da desigualdade e o papel do governo. In: *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 153-172.

UNITED Nations. *General Assembly - 96th plenary meeting, 11 December 1987: Report of the World Commission on Environment and Development*. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2006.

VERGARA FILHO, V. L. *Entrevista*. Belém, 08/05/2006. (Entrevista feita por G. Santos Júnior com o Coordenador do CNPT/IBAMA sobre questões relativas à RESEX Marinha de Soure).

VERGARA FILHO, V. L. B. *Entrevista*. Belém, 15/09/2006. (Entrevista feita por G. Santos Júnior com o Coordenador do CNPT/IBAMA sobre questões relativas à RESEX Marinha de Soure).

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1992. P.73-101.

XIMENES, T. Uma oportunidade de análise do desenvolvimento sustentável: a pecuária no Marajó. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Agenda 21*. Belém: NAEA, 1997. p. 335-360.

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO “COMUNIDADES”

Comunidades – Questionário

Comunidade: _____ Formulário N^o ____/____/____ Data: ____/____/____

A – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: ____/____/____
3. Local de nascimento: _____
4. Estado civil: (a) solteiro (b) casado (c) amigado (d) viúvo (e) desquitado
5. Moradia:
 - (a) própria com título de propriedade
 - (b) própria sem título de propriedade
 - (c) alugada
 - (d) emprestada de parente
6. Tempo em que reside no local: (a) menos de 1 ano
(b) 1 – 5 anos
(c) 5 – 10 anos
(d) 10 – 20 anos
(e) mais de 20 anos
(f) a vida toda
7. Tipo de construção da moradia: (a) taipa (b) palha (c) madeira (d) alvenaria
8. Tem parente que morava na comunidade e se mudou?
(a) Não; (b) Sim. Por que ele se mudou? _____

Estrutura familiar

NOME	IDADE	G/PAR	INST	OCUPAÇÃO

B – EDUCAÇÃO

1. Escolaridade: (a) 1^o g inc (b) 1^o g comp (c) 2^o g inc (d) 2^o g comp
2. Tem filho que parou de estudar?
(a) Não. (b) Sim. Por quê, e com que idade? _____
3. Existe alguma dificuldade para estudar? (a) transporte; (b) material escolar; (c) falta de professores; (d) escola distante (e) _____

C – SAÚDE E SANEAMENTO

1. Quais as doenças mais frequentes na família?
(a) _____ (b) _____ (c) _____ (d) _____
2. Existem campanhas de vacinação no local?
() Não;
() Sim. Tipo de vacina:
 - (a) febre amarela
 - (b) sarampo
 - (c) poliomielite
 - (d) BCG

- (e) tétano
 (f) _____
 3. Origem da água: (a) poço doméstico (b) poço comunitário (c) _____
 4. Iniciativa para abastecimento da água:
 (a) Governo Federal (b) Prefeitura (c) Governo Estadual (d) Comunidade
 5. iniciativa para abastecimento de energia elétrica:
 (a) Governo Federal (b) Prefeitura (c) Governo Estadual (d) Comunidade
 6. O que faz com o lixo doméstico?
 (a) queima (b) joga no mato (c) enterra (d) _____

D – RENDA

1. Fontes de renda da família Principal (P) e Secundária (S):

- () comércio
 () agricultura
 () serviço público
 () pesca
 () empregado doméstico
 () _____

2. Há quanto tempo trabalha na atividade principal?

- (a) menos de 1 ano
 (b) 1 -5 anos
 (c) 5 – 10 anos
 (d) 10 – 20 anos
 (e) mais de 20 anos
 (f) a vida toda

3. Quanto produz na atividade? _____

4. É dono dos instrumentos de produção? (a) sim; (b) não. Quem é? _____

5. Para quem vende a produção?

- (a) atravessador (b) comunidade (c) sede do município (d) _____

6. Maiores dificuldades enfrentadas na atividade:

- (a) acesso ao mercado
 (b) acondicionamento
 (c) atravessador
 (d) _____

7. Como adquire os instrumentos de trabalho?

- (a) BASA (b) BB; (b) conta própria; (c) Z-1; (d) _____

8. O cônjuge tem renda própria? (a) não; (b) sim _____

9. Renda individual (em SM): (a) - de 1; (b) entre 1 e 2; (c) entre 2 e 3; (d) mais de 3

10. Renda do cônjuge (SM): (a) - de 1; (b) entre 1 e 2; (c) entre 2 e 3; (d) mais de 3

11. Conhece alguém que trabalhe com coisa nova no lugar?

- (a) Não (b) Sim. Qual? _____

12. Na sua opinião, quais os principais problemas para a geração de renda na comunidade?

- a) _____
 b) _____
 c) _____

13. De onde extrai a matéria-prima para produzir a renda?

- (a) da mata (b) da água (c) do mangue (d) da terra (e) _____

14. Percebeu alguma alteração na quantidade de matéria-prima nos últimos tempos?

E – ASSOCIATIVISMO

1. É atuante em alguma associação local?

(a) Sim. Qual(s)? _____

(b) Não. Qual o motivo?

a) falta de tempo devido ao trabalho;

b) cansaço decorrente do trabalho;

c) problemas de saúde;

d) outros: _____

2. Está em dias com as mensalidades da entidade?

(a) Sim; (b) Não. Motivo: _____

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Instituição Pública – Questionário

Instituição: _____ Formulário N^o ____ / ____ Data: __ / __ / ____

A – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do representante: _____
2. Função do representante: _____
3. Programas de financiamento ligados a geração de renda à disposição das comunidades:
 - (a) _____
 - (b) _____
 - (c) _____
4. Projetos financiados na Resex ligados à geração de renda:

5. Fontes de financiamento de projetos nas comunidades:

6. Existe alguma perspectiva de projeto ou iniciativa por parte da instituição que contemple a geração de renda?

7. A instituição é procurada com frequência pelos representantes da comunidade para financiamentos de projetos ligados à geração de renda?

8. O que tem impedido o financiamento de projetos?

9. Além dos projetos já existentes, o que poderia ser financiado futuramente no sentido de promover a geração de renda?

10. Que documentos a instituição possui sobre os projetos já financiados na Resex?

11. Que documentos (relatórios etc) a instituição possui sobre os resultados de projetos de geração de renda na Resex?

12. A instituição possui outros documentos relacionados a geração de renda na Resex?

13. A instituição possui alguma informação sobre a capacidade técnica dos beneficiários de financiamento para a realização de projetos? Em caso afirmativo, qual o nível de capacidade?

APÊNDICE 3 – AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA RESEX/IBAMA

Ilmo. Sr. Coord. CNPT/Ibama/GEREX I/PA, Waldemar Londres Vergara Filho

Belém, 20 de agosto de 2005

Guilherme da Silva Santos Júnior, aluno regularmente matriculado no Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA/UFPA, matrícula nº 056004/2004, vem respeitosamente solicitar permissão para a realização de pesquisas de campo junto às comunidades da Reserva Extrativista (Resex) de Recursos Pesqueiros de Soure, na ilha do Marajó.

A pesquisa de campo visa à coleta de dados para a elaboração da dissertação.

O curso foi iniciado no primeiro semestre de 2004, com prazo final de conclusão no primeiro semestre de 2006, sob orientação da professora Dra. Lígia T. L. Simonian, integrante do corpo docente do NAEA/UFPA

Tendo como título “Ações e Políticas do Estado e da sociedade organizada em torno da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure/Ilha do Marajó – PA”, o projeto traz como objetivo geral “analisar o processo de geração de renda sustentada na Resex Marinha de Soure, em especial as dificuldades de ação do Estado e da sociedade civil, sugerindo alternativas”.

Com o intuito de contribuir para a inserção das comunidades na gestão participativa da Resex, bem como obter uma compreensão etnográfica baseada na empatia coerente e no compromisso para com o povo estudado, são também objetivos do trabalho (a) descrever a participação atual dos moradores locais nos programas de geração de renda, seja por iniciativa própria, seja na condição de beneficiários de projetos governamentais e da sociedade civil; (b) examinar as iniciativas governamentais e da sociedade civil para a geração de renda na região em estudo; e (c) enumerar dificuldades enfrentadas pelo Estado, pela sociedade civil e pelas próprias comunidades para a geração de renda.

Acreditando na possibilidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos extrativistas, justifica-se a realização da pesquisa pelo fato de esta contemplar as necessidades, aptidões e potencialidades das comunidades e dos ambientes da área em estudo no que se refere à produção e geração de renda, conforme item 25 do respectivo Plano de Utilização.

Essa Unidade de Conservação passa por uma fase importante de sua história, destacando-se o processo de delimitação de sua área e elaboração do Plano de Manejo, bem como propostas, previstas e em andamento, de superação de dificuldades e de atividades para a geração de renda.

Em vista disso, torna-se de interesse científico o registro e análise das experiências desse cenário, para que planejamentos posteriores de políticas públicas e eventuais consultas bibliográficas tenham na Resex de Soure um referencial, e no trabalho proposto, fonte alternativa de pesquisa.

Com a certeza da atenção de V. Sa., pede deferimento.

Atenciosamente,

GUILHERME DA SILVA S. JÚNIOR
(Mestrando/NAEA/UFPA)

LÍGIA T. L. SIMONIAN
(Orientadora/NAEA/UFPA)

AUTORIZAÇÃO

Valdemil da Gama Medeiros, presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure – ASSUREMAS, em nome da associação por ele representada, autoriza a realização, na Reserva Extrativista Marinha de Soure, de pesquisas de campo para a dissertação realizada pelo Sr. Guilherme da Silva Santos Júnior, aluno do Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA/ UFPA, matrícula nº 056004.

O projeto de dissertação acima referido tem como título provisório “Ações e Políticas do Estado e da sociedade organizada em torno da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure/Ilha do Marajó – PA”, e será realizado até o primeiro semestre de 2006.

Valdemil da Gama Medeiros/Presidente da ASSUREMAS

ANEXO 1 – PLANO DE UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESEX

PLANO DE UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE

FINALIDADES DO PLANO

1. Este Plano objetiva o uso auto-sustentável da Reserva Extrativista Marinha de Soure mediante a regulamentação do uso dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos extrativistas, no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional da fauna marinha. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos extrativistas, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir à legislação sobre o meio ambiente.
2. Objetiva ainda este Plano manifestar ao IBAMA, o compromisso dos extrativistas de respeitar a Legislação Ambiental e o Plano de Utilização e ao mesmo tempo oferecer àquele Instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.
3. O presente Plano tem como finalidade servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

4. Todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores na administração da RESEX são responsáveis pela execução do presente Plano, sendo de forma mais direta a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure – ASSUREMAS – quem responde pelo plano.
5. A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Soure e do IBAMA dependendo da situação.
6. O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso dos extrativistas de utilizar a reserva de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e resultará na perda do direito de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano.

INTERVENÇÕES NOS AMBIENTES QUE COMPÕEM A RESEX

7. Os rios, igarapés, praias e manguezais são áreas de uso comum da Reserva, respeitando a tradição de pesca e recorrendo-se à Associação e à Comissão de Proteção da Reserva para resolver as questões que porventura existirem entre moradores.
 - 7.1- A Comissão de Proteção da Reserva deverá ser criada e coordenadas pelo conselho deliberativo, que deverá indicar a sua composição e atribuições.
 - 7.2- Esta comissão deverá ser apresentada ao IBAMA para que este possa instruir os participantes sobre os aspectos técnicos, legais e administrativos, fornecendo-lhes inclusive identificação.

INTERVENÇÕES NOS RECURSOS NATURAIS

8. Não será permitido na Resex o desmatamento, corte das raízes, retiradas de casca de mangue, devendo ser obedecida a legislação que trata do assunto.
9. Não será permitido na Resex o uso de Timbó ou outras substâncias tóxicas, devendo ser obedecida a legislação que trata do assunto.
10. Fica proibida a exploração de recursos minerais (pedras, areias e seixos rolados) na área da Resex.
11. Não será permitida a captura de aves, coletas de ovos e destruição dos ninhais na área da Resex.
12. Fica proibida a captura de Répteis (jacarés, camaleões e tartarugas) na área da Resex.
- 12.1- Qualquer atividade ou projeto que pretenda manejar fauna silvestre deverá ser encaminhado para análise do IBAMA e posteriormente contemplado pelo Plano de Manejo da Resex.

ATIVIDADES DE PESCA PERMITIDAS NA RESEX

13. Artefatos de pesca:

- 13.1. Fica proibida a estacada na beira da praia.
- 13.2. Será permitida a prática de “rabiola” nas praias do Caju-una, Céu, Pesqueiro, Araruna e Barra-velha, para os usuários de categoria “A”, utilizando o limite máximo 70 m de rede com espaçamento mínimo entre estacas de 150 m.
- 13.3. Fica proibida a pescaria com qualquer tipo de rede e seu apoitamento nos rios e igarapés, podendo essas ser usadas na área baía.
- 13.4. Só serão permitidos o uso de espinhéis com o máximo de 80 anzóis para pesca em rios e igarapés, e 160 anzóis para a pesca na baía, com anzóis de tamanho mínimo de 16mm.
- 13.5. A quantidade de artefatos permitidos para cada pescador cadastrado na RESEX será de no máximo 3 tarrafas, 10 espinhéis na baía e 3 nos rios, 30 matapís e 500 m de redes.
- 13.6. Os extrativistas se declaram cientes da legislação ambiental que limita a malha mínima de 45 mm para redes, tarrafas e redes de malhar e 20 mm de espaço entre talas de matapí, estando sujeitos às leis vigentes.
- 13.7. Os extrativistas solicitam ao IBAMA estudos técnicos que resultem em portarias ou normas específicas que readequem as dimensões de malheiro e talas de matapí à realidade da Resex de Soure.
- 13.8. A introdução de uma nova arte, ou tecnologia de pesca na RESEX, deverá ser submetida e aprovada pelo CNPT/IBAMA, em primeira instância, com posterior apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

14. Espécies de pescados:

- 14.1. Os extrativistas cadastrados na Resex poderão praticar a captura de peixe, camarão, siri, e de outras espécies marinhas no estuário da Reserva, na área marinha, nos rios, igarapés e no manguezal, respeitando os critérios como tamanho e sazonalidade, e legislação existente.
- 14.2. Não será permitida a captura de camarão, nos rios e igarapés, utilizando rede de arrasto e puçá, sendo permitido apenas o uso de tarrafa e matapí.
- 14.3. Fica proibida a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e comercialização de fêmeas de caranguejos, da espécie *Ucides cordatus*.
- 14.4. Fica proibido, em qualquer época do ano, a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e comercialização de qualquer indivíduo de caranguejo da espécie

Ucides cordatus com largura de carapaça inferiores à 6,0 cm, medida no dorso de uma margem lateral à outra.

- 14.5. É proibidas a captura com a retirada de partes isoladas (quelas, pinças, garras ou patas) da espécie *Ucides cordatus*.
 - 14.6. É permitida a captura de caranguejos da espécie *Ucides cordatus* somente pelo método de Braceamento com auxílio de gancho.
 - 14.7. Os extrativistas têm o direito de pescar e mariscar no estuário para seu consumo e comercialização, mediante plano de manejo (à ser realizado) que determine a capacidade de produção sustentável e conforme norma aprovada.
 - 14.8. Animais como ostra, marisco da lama e caranguejo, poderão ser retirados do mangue, para consumo dos extrativistas, e sua comercialização só poderá ser feita mediante estudo que assegure a capacidade de produção sustentável.
 - 14.9. Fica permitida a implantação de cultivos marinhos tradicionais no estuário, mediante a elaboração e apresentação de Projeto ao IBAMA, para análise, e aprovação do Conselho Deliberativo da Reserva que não causem: desmatamento na cobertura vegetal (mangue), retirada de sedimento, mudanças no fluxo das marés e cursos de rios e igarapés, e que usem apenas espécies nativas.
15. Zonas Protegidas:
- 15.1. São consideradas zonas protegidas, áreas onde ficam vedadas a extração de qualquer recurso biológico e visitação. A estas áreas é permitido apenas, o desenvolvimento de pesquisas científicas, que serão devidamente avaliadas e autorizadas pelo IBAMA e Conselho Deliberativo da RESEX. Estas áreas são consideradas estoques biológicos, que irão garantir a manutenção das espécies ao longo do tempo.
 - 15.1.1. São zonas protegidas as cabeceiras dos rios e igarapés, os ninhais de pássaros e áreas de desova de quelônios.
16. Zonas de Uso Restrito:
- 16.1. São consideradas zonas de uso restrito, áreas onde ficam vedados alguns tipos de práticas de pesca específica, ou a captura de alguns tipos de recursos pesqueiros específicos.
 - 16.2. Fica proibida a caça profissional nos rios, igarapés, furos e no manguezal na área da RESEX.
 - 16.3. Fica proibido o uso de malheiro na foz (boca) dos rios e igarapés.
 - 16.4. Em todos aqueles casos em que se julgar necessário para a devida proteção dos recursos pesqueiros, o IBAMA fixará o número máximo de extrativistas, tipos de métodos de pesca, períodos e locais a serem designados, para a exploração de espécies que requeiram esta limitação.

LICENCIAMENTO PARA EXTRATIVISMO

17. Licença para extrativismo:

- 17.1. A licença para a exploração de espécies marinhas no estuário da Reserva somente será permitida ao extrativista cadastrado no IBAMA e na ASSUREMAS, que deverá obrigatoriamente portar sua credencial emitida pelo IBAMA e pela ASSUREMAS, sempre que estiver exercendo atividade extrativista no interior da Reserva.
- 17.2. O IBAMA e a ASSUREMAS manterão atualizados os registros dos aparelhos de pesca, assim como dos extrativistas, credenciados nas seguintes categorias, assim definidas:
 - Categoria A: Extrativistas que têm a pesca como única fonte de renda familiar, indispensável à sua sobrevivência.
Aos extrativistas cadastrados nesta categoria, é permitido votar nas assembleias da RESEX.
 - Categoria B: Extrativistas que pescam e complementam sua renda familiar com outras atividades econômica.

Aos extrativistas cadastrados nesta categoria, não é permitido votar nas assembleias da RESEX.

Categoria C: Extrativista que tem a pesca como atividade complementar de sua renda familiar, não sendo a pesca a principal atividade econômica.

Aos extrativistas cadastrados nesta categoria, não é permitido votar nas assembleias da RESEX.

Categoria D: Extrativista que pratica a pesca como lazer e de forma amadora. Aos extrativistas desta categoria só serão permitidos a pesca de linha e anzol, de caniço simples e caniço com molinete. Aos extrativistas desta categoria, fica proibida a venda dos pescados extraídos na RESEX.

A ASSUREMAS poderá estabelecer taxas pela concessão de autorização de captura a esses usuários, desde que obtenham anuência prévia do Conselho Deliberativo.

17.3. As solicitações de mudanças de categorias para os usuários da RESEX devem ser encaminhadas primeiramente a ASSUREMAS, com posterior apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

17.4 Credenciamento de Embarcações:

17.4.1 Todas as embarcações que pratiquem a pesca na RESEX de Soure devem estar devidamente regularizadas como embarcações pesqueiras na Marinha do Brasil.

17.4.2. Todas as embarcações pratiquem a pesca na RESEX de Soure devem pertencer e ser operadas por pescadores credenciados na RESEX.

17.5. A quantidade máxima de embarcações permitida na Resex deverá ser regulada através de estudos e orientada pelo Plano de Manejo da Resex, respeitando a capacidade dos ambientes e recursos.

17.6. Os proprietários de embarcações que utilizam a área da Resex para turismo e lazer deverão fazer seu cadastro junto à ASSUREMAS.

17.7. A ASSUREMAS poderá estabelecer taxas pela concessão de autorização para embarcações para turismo e lazer, desde que obtenham anuência prévia do Conselho Deliberativo.

17.8. A cada extrativista devidamente cadastrado na RESEX é permitido o cadastramento de um número máximo de quatro embarcações. Os tipos de embarcações com uso permitido na RESEX são:

a) canoas com comprimento de 4 metros sem motor;

b) canoas de rabeta com motor de potência máxima de 1,5 HP;

c) barcos motorizados de no máximo 8 metros de comprimento, com potencia máxima de 18HP.

17.9. O credenciamento de novas embarcações junto à ASSUREMAS está condicionado ao cumprimento das normas acima e avaliação e endosso do CNPT/IBAMA.

FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

18. Cada extrativista é um fiscal da Reserva, cabendo a qualquer um a obrigação de denunciar a ASSUREMAS, ao IBAMA, à Polícia Ambiental ou outro órgão competente as irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno da Reserva.

19. A fiscalização e proteção da Reserva serão realizadas por uma Comissão de Proteção da Reserva composta por membros das organizações extrativistas, fiscais do IBAMA, juntamente com outros Órgãos e Agentes Voluntários.

20. Caberá também ao Conselho Deliberativo, auxiliar na fiscalização ficando com a incumbência de orientar as diretorias das organizações extrativistas, e deliberar sobre penalidades ao não cumprimento das ações de fiscalização.

21. As organizações extrativistas orientarão seus associados para que o Plano de Utilização seja cumprido e respeitado.

PENALIDADES

22. Ao não cumprimento de qualquer uma das normas constantes do presente Plano de Utilização, fica o infrator no ato da comprovação da irregularidade, sujeito às seguintes penalidades, julgadas e aplicadas pelo Conselho Deliberativo da RESEX:

- a) Advertência verbal pelas autoridades legalmente constituídas para a finalidade de fiscalização da RESEX.
 - b) Reincidindo, advertência por escrito pelas autoridades legalmente constituídas para a finalidade de fiscalização da RESEX.
 - c) Na terceira infração, o extrativista terá o cadastro suspenso por 15 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista dentro da RESEX.
 - d) Na quarta, o extrativista terá o cadastro suspenso por 60 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista dentro da RESEX.
 - e) Na quinta, o extrativista terá o cadastro suspenso por 90 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista dentro da RESEX.
 - g) Na sexta, o extrativista estará sujeito à perda definitiva do cadastro. A punição, neste caso, será decidida e efetivada em reunião da Assembléia da RESEX.
23. O extrativista que considerar injusta alguma penalidade que lhe for imposta, poderá recorrer ao Conselho Deliberativo da Reserva.
24. Além das punições constantes deste Plano de Utilização os extrativistas e suas organizações estão sujeitos às penas da Lei Ambiental.

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

25. As entidades que participam da gestão da RESEX de Soure devem priorizar programas de capacitação, políticas públicas e projetos que contemplem as necessidades, aptidões e potencialidades das comunidades e dos ambientes que compõem esta unidade extrativista, com objetivo de desenvolver ações visando a melhoria da qualidade de vida, no que se refere à produção e geração de renda, saúde, educação, habitação, saneamento básico, lazer e cultura.

DISPOSIÇÕES GERAIS

26. Será obrigatório o fornecimento de informações e amostras biológicas sempre que solicitadas pelo IBAMA para o controle e avaliação dos Planos de Manejo.
27. Após um ano de funcionamento o presente Plano de Utilização estará sujeito a modificações, quando solicitadas, discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
28. O presente Plano de Utilização fica sujeito a alterações de qualquer de suas normas, sempre que o aparecimento de novos conhecimentos e novas tecnologias possa contribuir para a melhoria do processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Soure, ou a qualquer tempo, seja por problemas causados por ocasião da execução do próprio Plano de Utilização.
29. As propostas para alterações no Plano de Utilização poderão ser feitas, ao Conselho Deliberativo, formalmente pelos grupos de extrativistas que desenvolvem atividades na Reserva e suas Organizações, e se acatada pelo Conselho, serão encaminhadas para o IBAMA para análise e aprovação, das questões técnicas e legais.
30. As propostas de alteração do Plano não podem entrar em conflito com as finalidades e filosofia da Reserva.
31. O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra de compromisso e resultará na perda do direito de utilizar a reserva, nos termos e penalidades estabelecidas neste Plano.
32. Por razões de ordem técnica os Planos de Utilização na Reserva poderão ser, em qualquer tempo, suspensos, restringidos ou condicionados pelo IBAMA.

33. A pesquisa, fotografia, filmagens e coleta de material genético no interior da reserva só poderão ser realizadas mediante a autorização do IBAMA, conforme regulamento próprio.

Estando presentes a esta assembléia, na condição de representantes das Associações Comunitárias e estando de acordo com este plano de utilização, abaixo subscrevemo-nos:

Representante da Comunidade Caju-Una _____

Representante da Comunidade Céu _____

Representante da Comunidade Pedral _____

Representante da Comunidade Pesqueiro _____

Representante da Comunidade Bom Futuro _____

Representante da Comunidade Tucumanduba _____

Representante da Comunidade Bairro Novo _____

Representante da Comunidade Macaxeira _____

Representante da Comunidade Matinha _____

Representante da Comunidade São Pedro _____

Representante da Comunidade Umirizal _____

Representante ASSUREMAS _____

Representante
CNPT/IBAMA/Belém/PA _____

Soure, 14 de maio de 2004.

ANEXO 2 – DECRETO DE CRIAÇÃO DA RESEX MARINHA DE SOURE

DECRETO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001.

Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto no 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Município de Soure, Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista Marinha do Soure abrange uma área de aproximadamente 27.463,58 ha, tendo por base Mosaico Semicontrolado de Radar, folhas AS 22-X-B-II e SA 22-X-B-V, na escala de 1:200.000, publicada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, 1973, constituída por duas áreas com os seguintes memoriais descritivos:

I - a área 1 possui superfície aproximada de 23.929,13 ha e é denominada Manguezal de Soure, com os seguintes limites e confrontações: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'55" S e 48°26'58" WGr, localizado sobre a linha de costa na ponta oeste da chamada Ilha das Malvinas, segue por uma reta de azimute 14°57'20" e uma distância aproximada de 1.852 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 0°12'57" S e 48°26'43" WGr, localizado no Oceano Atlântico, nas proximidades da costa nordeste da Ilha de Marajó, em águas territoriais brasileiras; daí, segue por uma linha eqüidistante à linha de costa em 1.852 metros, na direção sul, por uma distância aproximada de 67.343,42 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 0°45'33" S e 48°29'33" WGr, localizado no Oceano Atlântico, nas proximidades do estuário do Rio Paracauari; daí, segue por uma reta de azimute 342°50'50" e uma distância aproximada de 1.852 metros, até o Ponto 4, de coordenadas aproximadas 0°44'35" S e 48°29'51" WGr, localizado na Ponta de Soure sobre a linha de costa; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do Mangue, no sentido norte, por uma distância aproximada de 26.517,82 metros, até a interseção do limite da zona terrestre do mangue e o Rio Pesqueiro; daí, segue na direção norte, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 3.431,03 metros até cruzar o Rio Cajuúna; daí, segue na direção norte, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passando por diversos cursos d'água sem denominação, por uma distância aproximada de 12.594,21 metros, até cruzar o Rio Tarumã; daí, segue na direção norte, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passando por diversos cursos d'água, por uma distância aproximada de 9.568,31 metros, até cruzar o Rio Cambú; daí, segue na direção norte, sempre acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 15.784,62 metros, até cruzar o Rio Rego do Mirinduba; daí, segue na direção norte, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 29.329,62 metros, até a interseção do limite da zona terrestre do mangue com o Igarapé Malvinas; daí, segue na direção norte, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 2.958,36 metros, até encontrar o Ponto 1, inicial desta descritiva, perfazendo um perímetro de 171.231,38 metros;

II - a área 2 possui superfície aproximada de 3.534,45 ha e é denominada Manguezal do Rio do Saco, com os seguintes limites e confrontações: partindo do Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 0°42'11" S e 48°32'55" WGr, localizado na margem esquerda do Rio Paracauari, segue pela margem esquerda do Rio Paracauari, no sentido montante, penetrando no Rio do Saco, em sua margem esquerda, por uma distância aproximada de 6.217,96 metros, até a desembocadura do Igarapé Cabana; daí, segue no sentido montante pela margem esquerda do Rio do Saco e uma distância aproximada de 8.914,80 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 0°35'19" e 48°32'54" WGr, localizado na foz do Igarapé do Bom Jardim, quando este deságua no Rio do Saco; daí, segue pela margem esquerda do citado Igarapé, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 861,25 metros, até o cruzamento do limite da zona terrestre do mangue com o Igarapé Bom Jardim, nas proximidades de sua nascente, contornando assim todo o manguezal existente nas nascentes do Igarapé Bom Jardim; daí, segue na direção sul, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 22.642,58 metros, até o cruzamento do limite da zona terrestre do mangue e do Igarapé Cabana; daí, segue no sentido sudoeste, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 6.263,37 metros, até o Ponto 5, inicial desta descritiva, perfazendo um perímetro de 44.899,96 metros.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA supervisionar a área de que trata este Decreto, promover as medidas necessárias à formalização do contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

Fernando Henrique Cardoso
José Carlos Carvalho

ANEXO 3 – ESTATUTO DA RESEX MARINHA DE SOURE

Estatuto Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure ASSUREMAS

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, ANO SOCIAL, ÁREA DE ATUAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º- A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure/Marajó, fundada em 2002, é uma sociedade de natureza civil, sem finalidades lucrativas, destinadas a proporcionalidade aos associados uma forma de participação comunitária ativa e a representá-los e defendê-los em seus interesses políticos, socioculturais.

§ 1º- A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure adotará o nome de ASSUREMAS e, os dispositivos que se seguem passará a ser referido por esta expressão.

§ 2º- A ASSUREMAS terá sua sede administrativa na comunidade do Caju-una – Soure –Marajó-PA.

§ 3º- O prazo de duração da ASSUREMAS é indeterminado e o ano social compreendido no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro do corrente ano.

§ 4º- A área de ação, para efeito de admissão de associados abrange a área de limites da RESEX de Marinha de Soure e outras que se propuserem a filiar-se a esta Associação.

Art. 2º- A ASSUREMAS, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados promover:

- I- O estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa dos interesses políticos, econômicos, sociais, e culturais de seus associados;
- II- O entrosamento com o Governo, órgãos oficiais e apoio às atividades de interesse dos associados;
- III- Atividades socioculturais para associados e suas famílias;
- IV- A representação dos interesses dos associados;
- V- Cursos profissionalizantes a serem ministrados aos associados, seus familiares e Comunidade;
- VI- Formar Cooperativas de interesse dos Associados.

§ Único- A ASSUREMAS poderá firmar convênio com órgãos públicos e/ou privados, bem como estabelecer cooperações para desenvolver atividades de educação profissional destinadas a seus associados, familiares e Comunidade.

Art. 3º- Para a realização de seus objetivos a Associação agirá isoladamente ou em colaboração com Associações congêneres e com poderes públicos.

§ 1º- A ASSUREMAS poderá criar um Centro Social, vinculado diretamente a Presidência para atender as demandas de seus associados.

§ 2º- A ASSUREMAS poderá firmar convênios, estabelecer intercâmbios, participar de iniciativas conjuntas, bem como receber doações de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, da mesma forma poderá integrar quadros de participantes de organizações e entidades afins, nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS SEÇÃO I – ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Art. 4º- Pode associar-se a ASSUREMAS, homens e mulheres maiores de 18 (dezoito) anos que se propuserem a colaborar com os interesses e objetivos da entidade.

Art. 5º- A ASSUREMAS terá as seguintes categorias de sócios:

- Fundadores
- Admitidos
- Beneméritos

§ 1º- São sócios fundadores os que se inscreveram na Assembléia de Constituição.

§ 2º- São sócios admitidos os que tenham sido admitidos na forma estatutária.

§ 3º- São sócios beneméritos as pessoas que prestarem serviços relevantes à ASSUREMAS ou aquelas de notório valor e atuação em prol da Associação, que forem aceitas como tais, pela Assembléia Geral.

§ 4º- Os nomes sugeridos à categoria de sócios beneméritos serão submetidos à apreciação da Diretoria e aprovados pela Assembléia Geral.

Art. 6º- Para associar-se a interessada preenche e assina a respectiva proposta de admissão.

§ 1º- Aprovada pela Diretoria a sua proposta, a candidata fornece a sua ficha cadastral, paga a jóia de admissão, assinando o livro de matrícula juntamente com o Presidente.

Art. 7º- Cumprindo o disposto no artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes deste estatuto e das decisões tomadas pela ASSUREMAS.

Art. 8º- Os sócios responderam pelos compromissos assumidos junto à ASSUREMAS, mas não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade.

Art. 9º- Só terão direitos a votar e a ser votados os sócios fundadores e admitidos, quites com a ASSUREMAS, em pleno gozo de seus direitos e deveres estatutários e que tenham ingressado no quadro social até 30 (trinta) dias antes de qualquer Assembléia Geral.

Art. 10º- São direitos dos sócios fundadores e admitidos:

- a) Votar e ser votado;
- b) Tomar parte das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela sejam tratados;
- c) Apresentar por escrito, a Diretoria ou Assembléia, medidas de interesse da ASSUREMAS;
- d) Demitir-se quando lhe convier, desde que esteja quites com a mesma;
- e) Propor a admissão de novos associados;
- f) Realizar com a ASSUREMAS operações que constituem o seu objetivo;
- g) Solicitar por escrito informações sobre as atividades da ASSUREMAS, a partir da data da publicação do Edital de convocação das Assembléias Gerais, consultar na sede da Sociedade, os livros Contábeis e Documentos, que devem estar à disposição do associado.
- h)

Art. 11º- São deveres dos sócios:

- a) Contribuir com a ASSUREMAS em todas as operações que constituem seus objetivos políticos locais;
- b) Promover o engrandecimento moral, cultural e material da ASSUREMAS cumprindo as determinações constantes do presente Estatuto, regimentos e deliberações das Assembléias Gerais;
- c) Desempenhar com dedicação os cargos para quais forem eleitos ou nomeados;
- d) Comparecer às Assembléias e Reuniões para os quais forem convocados;
- e) Estar quites com a ASSUREMAS.

Art. 12º- Os direitos e as obrigações dos associados falecidos contraídos com a ASSUREMAS e os oriundos de suas responsabilidades com a ASSUREMAS ficam extintos automaticamente.

SEÇÃO II – DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 13º- A demissão do associado não pode ser negada, dá-se unicamente a seu pedido, é requerida ao presidente, sendo por este levada à Diretoria em sua primeira reunião, averbada no livro de matrícula mediante termo assinado pelo presidente e de imediato comunicado, por escrito, ao requerente.

Art. 14º- A eliminação do associado, que é aplicada em virtude de infração deste Estatuto e feita por decisão da Diretoria depois de ter-lhes sido dada oportunidade de ampla defesa, em prazo estipulado pela Diretoria.

§ 1º- Os motivos que a determinam deve constar de termo lavrado no livro de matrícula e assinada pelo Presidente.

§ 2º- Cópia autenticada da decisão remetida dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao interessado, por processo que comprove datas de remessa e do recebimento.

Art. 15º- A exclusão do associado é feita:

- I- Por dissolução da pessoa jurídica;
- II- Por morte da pessoa física
- III- Por incapacidade civil não suprida

§ 1º- A exclusão do associado, nos termos deste artigo é feita por decisão da Diretoria e lavrada no livro de matrícula.

Art. 16º- Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão o associado não tem direito a restituição de colaborações financeiras de qualquer espécie, bem como dos fundos existentes.

Art. 17º- Os deveres do associado perduram, para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

CAPÍTULO III - PATRIMÔNIO E FUNDOS

Art. 18º- O patrimônio e os fundos da ASSUREMAS serão constituídos:

- a) Das contribuições dos sócios;
- b) Das subvenções, auxílios, donativos, legados, etc.;
- c) Das rendas patrimoniais;
- d) Dos bens móveis e imóveis pertencentes à Associação;
- e) Dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores

§ 1º- Em caso de dissolução o patrimônio e os fundos da ASSUREMAS serão revertidos para outra Associação com fins idênticos, segundo proposição em Assembléia Geral.

Art. 19º- A jóia de admissão dos novos sócios será sugerida pela Diretoria e aprovada em Assembléia Geral.

Art. 20º- A taxa de contribuição dos sócios será mensal e será sugerida pela Diretoria e aprovada em Assembléia Geral. A taxa deverá ser paga até o dia 5 (cinco) do mês subsequente.

ÓRGÃOS SOCIAIS

SEÇÃO I – ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21º- A Assembléia Geral dos associados, que pode ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da ASSUREMAS com poderes dentro dos limites deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas decisões dizem respeito a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 22º- A Assembléia convocada é dirigida pelo Presidente após deliberação da Diretoria.

§ Único - Pode também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrem motivos graves ou urgentes ou, ainda, por 20% (vinte por cento) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após solicitação não atendida pelo Presidente.

Art. 23º- Não pode votar e ser votado na Assembléia Geral o associado que:

- a) Tenha sido admitido após sua convocação, ou menos de 30 (trinta) dias antes de sua convocação.
- b) Esteja na infrigência de qualquer disposição deste Estatuto
- c)

Art. 24º- As Assembléias Gerais são convocadas com antecedência mínima de 01 (uma) semana

Art. 25º- o número legal (quorum) para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar em primeira convocação;
- b) Metade mais um (51% cinquenta e um por cento) dos associados em Segunda convocação;
- c) Qualquer número de associados presentes com direito a votar, em terceira convocação.

Art. 26º- É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destruição de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e outros.

§ Único - Ocorrendo destituições que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, pode a Assembléia designar administradores e fiscais provisórios ate a posse de novos, cuja eleição se afectar dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 27º- As deliberações das Assembléias Gerais devem tratar sobre assuntos constantes da Convocação e os que com eles tiverem direta e imediata relação.

§ 1º- Habitualmente, a votação é a descoberto, podendo a Assembléia optar pelo voto secreto, atendendo-se, então as normas usuais.

§ 2º- O que ocorrer na Assembléia Geral deve constar na ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, lido, aprovado e assinada na próxima Assembléia pelos componentes da mesa, por uma comissão de 04 associados designados pela Assembléia e, ainda, por quantos queiram fazê-lo.

SEÇÃO II- ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 28º- Haverá, durante o ano letivo, Assembléias Gerais Ordinárias convocadas pelo Presidente com antecedência de uma semana:

- a) Para eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) Para fixação do valor da contribuição mensal dos sócios;
- c) Para aprovação do relatório das atividades e a prestação de contas do exercício findo, acompanhado do parecer da Diretoria.

§ 1º- Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não podem participar da votação para aprovação do relatório de atividades e da prestação de contas.

SEÇÃO III- ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 29º- A Assembléia Geral Extraordinária é realizada sempre que necessário e pode deliberar sobre quaisquer assuntos e interesse da ASCMUREMAS, desde que mencionados na convocação.

Art. 30º- É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I) Reforma do Estatuto;
- II) Fusão, incorporação ou desmembramento
- III) Mudança do objetivo da sociedade;
- IV) Dissolução voluntária da sociedade e a nomeação de liquidantes;
- V) Contas de liquidantes.

§ 1º- Para deliberação dos assuntos de que se trata este artigo é necessário um quorum mínimo da metade mais um dos associados com direito a votar.

§ 2º- São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV – DIRETORIA

Art. 31º- A Diretoria é o órgão executivo da ASSUREMAS e terá a seguinte composição:

- Presidente
- Vice-presidente
- 1º Secretário
- 2º Secretário
- 1º Tesoureiro
- 2º Tesoureiro

Art. 32º- São inelegíveis, além das pessoas regularmente impedidas os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, peculato ou contra a economia popular e a fé pública.

§ 1º- Os componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 2º- Sem prejuízo da ação que couber a qualquer associado escolhido em Assembléia Geral, tem direito de ação contra os Diretores e Administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 33º- A Diretoria é regida pelas seguintes normas:

- I) Reune-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria da própria diretoria ou, ainda, do Conselho Fiscal;
- II) Delibera validamente com a presença da maioria de seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Presidente o exercício do voto de desempate;
- III) As deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no final dos trabalhos pelos membros presentes.

§ 1º- Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente é substituído pelo Vice-presidente.

§ 2º- O Vice-presidente e o Secretário são substituídos pelo Tesoureiro.

§ 3º- Se ficar vago, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos de Diretoria, deve o Presidente, ou ainda do Conselho Fiscal, convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

§ 4º- O substituto exerce o cargo somente até o final do mandato do antecessor.

§ 5º- Perde automaticamente o cargo, o membro da Diretoria que sem justificativa faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 06 (seis) durante o ano, após notificação expressa ao faltante.

Art. 34º- No desempenho das suas funções cabe à Diretoria, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Dirigir e coordenar as atividades da ASSUREMAS;
- b) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais;
- c) Convocar, pelo menos trimestralmente, reuniões com associados, visando:
 - Discutir propostas para o seu plano de trabalho;
 - Discutir e aprovar o calendário das atividades da ASSUREMAS;
 - Criar e extinguir comissões para colaborar no desenvolvimento de suas atividades;
 - Aprovar e discutir entre os associados os balanços mensais de receita e despesa;
 - Informar e divulgar entre os associados assuntos de seu interesse.
- d) Gerir recursos financeiros da ASSUREMAS;
- e) Estabelecer, em Instrução ou Regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso contra disposições deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade e levá-las à aprovação em Assembléia Geral;
- f) Representar oficial, extra-oficial e judicialmente a ASSUREMAS.
- g) Escolher o Diretor do Centro Social e propor sua estrutura organizacional, regulamento interno, programação e atividades.
- h)

Art. 35º- Ao Presidente cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar as atividades da ASSUREMAS, através de verificações e contatos assíduos com os demais membros da Diretoria;
- b) Verificar frequentemente o saldo de caixa;
- c) Assinar cheques bancários juntamente com o Secretário e, no impedimento deste, juntamente com o Tesoureiro;
- d) Assinar juntamente com o Secretário e outro designado pela Diretoria, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- e) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, as reuniões do Centro Social e, normalmente, as Assembléias Gerais;
- f) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária:
 - Relatórios
 - Balanços
 - Demonstrativos das sobras ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal
- g) Representar ativa e passivamente a ASSUREMAS, em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores;
- h) Proferir o voto de desempate;
- i) Presidir e supervisionar as atividades do Centro Social.

Art. 36º- Ao Vice-presidente cabe assessorar e assistir permanentemente ao trabalho do Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 37º- Ao Secretário cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes às suas atribuições;
- b) Assinar juntamente com o Presidente, contratos, cheques bancários e demais documentos constitutivos de obrigações.

Art. 38º- Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e auxiliá-lo em seus encargos
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Art. 39º- Ao Tesoureiro cabe entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Arrecadar e controlar o dinheiro e títulos de qualquer natureza pertencentes à ASSUREMAS;

- b) Efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente, de conformidade com o Plano Orçamentário de Aplicação de recursos;
- c) Visar os cheques assinados pelo Presidente e pelo Secretário;
- d) Assinar recibos e exigir dos beneficiados o comprovante da aplicação dos auxílios recebidos;
- e) Manter em ordem e atualizados os livros de escrituração contábil e o arquivo de notas fiscais, recibos e quaisquer documentos relativos aos valores pagos pela ASSUREMAS;
- f) Apresentar à Diretoria o balancete mensal de receita e despesa e o balanço final de exercícios financeiros, acompanhados dos documentos comprobatórios.

Art. 40º- Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e auxiliá-los em seus encargos.

SEÇÃO V – CONSELHO FISCAL

ART. 41º- A administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ Único- O associado não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal.

Art. 42º- O Conselho Fiscal reuni-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

§ 1º- As reuniões podem ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, por solicitação da Diretoria ou Assembléia Geral.

§ 2º- As deliberações são tomadas por maioria simples de votos e constam de ata lavrada no livro próprio lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, em cada reunião, pelos dois conselheiros presentes.

§ 3º- Ocorrendo duas ou mais vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria convoca a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 43º- Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da ASSUREMAS, cabendo-lhe entre outras coisas, as seguintes atribuições:

- a) Examinar a escrituração contábil da ASSUREMAS;
- b) Revisar os balancetes de receita e despesa;
- c) Promover sindicância para apurar a ocorrência de irregularidades;
- d) Convocar Assembléias Gerais Extraordinárias, sempre que necessário ao fiel desempenho de suas funções.

§ Único - Para os exames e verificações dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, pode o Conselho Fiscal contratar o assessoramento de técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, correndo as despesas por conta da ASSUREMAS.

CAPÍTULO IV - LIVROS

Art. 44º- A ASSUREMAS deve ter os seguintes livros:

- I) De matrícula;
- II) De Ata das Assembléias Gerais e reunião da Diretoria;
- III) Outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45º- O exercício de qualquer cargo eletivo será gratuito, ressalvadas as despesas de viagens e representações em favor da ASSUREMAS, desde que comprovadas.

Art. 46º- É vedado à ASSUREMAS, discussão ou discriminação de questão de caráter religioso, político-partidário e de cessão de qualquer dependência social para reuniões de pessoal ou instituições enquadradas nestas proibições.

Art. 47º- É vedado à Diretoria ou qualquer membro desta, prestar fiança ou conceder aval em nome da ASSUREMAS.

Art. 48º- A filiação da Associação em entidades afins dá-se sem o comprometimento de sua autonomia e patrimônio.

Art. 49º- A ASSUREMAS somente poderá ser dissolvida:

- a) Em decorrência de ato legal do poder competente;
- b) Por decisão de 2/3 de seus associados, manifestada em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.
- c)

Art. 50º- O casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral e/ou pela Diretoria da ASSSUREMAS.

Soure/Marajó-PA, / / 2002

Presidente

ANEXO 4 – REGIMENTO INTERNO DA RESEX DE SOURE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS – IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA I EM BELÉM/PA
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE

Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Soure Regimento Interno

TÍTULO I Disposições Gerais

Artigo 1º - O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista – é o órgão de deliberação da RESEX, em acordo com o inciso 2º do Artigo 18 da Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

I. O Conselho Deliberativo não poderá, sobre nenhuma hipótese, deliberar sobre assuntos referentes nos incisos I, II e III do Artigo 6º da Lei do SNUC.

II. A organização do Conselho Deliberativo atenderá no inciso 2º do Artigo 18 e 27 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e demais imposições legais do SNUC.

III. Toda a ação de empresas públicas ou privadas nacionais ou internacionais e Ong's que resultem em edificações físicas, ao fim do projeto os bens construídos e/ou instalações passarão a ser de propriedade das comunidades existentes na Reserva Extrativista Marinha de Soure.

TÍTULO II Da Organização do Conselho Deliberativo

Artigo 2º - O Conselho Deliberativo será composto por 19 (dezenove) membros, sendo assim constituído: *órgão federal*: IBAMA/CNPT, *órgão federal de pesquisa*: Universidade Federal do Pará, *órgão estadual*: SECTAM, *órgãos municipais*: Prefeitura Municipal de Soure, Câmara Municipal de Soure; *Sociedade civil*: Organização das Associações dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure – ASSUREMAS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soure, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, Movimento dos Pescadores do Estado do Pará – MOPEPA; *Organizações não governamentais*: S.O.S Marajó; Sociedade Alternativa de Soure, *Representante da Igreja*, Pastoral da Cidadania; *Associações comunitárias da Resex Soure*: Associação dos Caranguejeiros de Soure, Associação da Comunidade Pesqueira da Vila do Pesqueiro, Associação da Comunidade Pesqueira do Céu, Associação da Comunidade Pesqueira do Caju Uma, Associação das Mulheres da Vila do Pesqueiro, Colônia dos Pescadores de Soure Z-01 e Associação das Mulheres de Soure.

Artigo 3º - O Conselho Deliberativo será dirigido por 02 (dois) membros

I. Presidente; e

II. Vice-presidente.

a) A presidência será ocupada pelo chefe da unidade, segundo o que determina o Artigo 18 inciso 2 da Lei nº 9.985 – SNUC.

b) A vice-presidência será ocupada pelo presidente da Organização das Associações dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

- c) O Conselho Deliberativo terá mandato de 02 (dois) anos;
 - d) O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente duas vezes ao ano, e extraordinariamente sempre que for necessário e será convocado pelo seu presidente ou por 1/3 dos conselheiros.
 - e) O quorum para deliberação nas reuniões deve ser de 50% mais 01 (um) dos membros do Conselho Deliberativo, em primeira convocação e com 1/3 em segunda convocação, com 30 (trinta) minutos de intervalo após o horário previsto na convocatória.
 - f) Qualquer membro do Conselho Deliberativo poderá ser afastado por 50% mais 01 (um) de seus membros, quando praticar falta grave.
- Parágrafo Único:** configura-se falta grave a ausência do membro do Conselho Deliberativo em 02 (duas) reuniões ordinárias consecutivas.
- g) Em caso de expulsão ou desistência o Conselho Deliberativo da RESEX indicará outra instituição para o preenchimento da vaga.

TÍTULO III Competência do Conselho Deliberativo

Artigo 4º - Analisar, aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, de acordo com o Artigo 18, inciso 5 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, garantindo seu caráter participativo.

Artigo 5º - Apoiar ações desenvolvidas pelas organizações que compõem o Conselho Deliberativo, em cooperação com entidades públicas, ong's e pessoas físicas nacionais e internacionais, com sentido de efetivar a autogestão da Reserva Extrativista Marinha de Soure, especialmente com as comunidades e associações da área da RESEX.

Parágrafo Único: O Conselho Deliberativo não se constituirá como pessoa jurídica própria, operacionalizando suas ações sempre por meio de uma entidade membro.

Artigo 6º - Orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas a RESEX de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações.

Artigo 7º - Deliberar sobre programas permanentes sobre Educação Ambiental na Resex, em parceria com o núcleo de educação ambiental do IBAMA e outras parcerias competentes, definidas pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 8º - Garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam esta unidade de conservação.

Artigo 9º - Todas as organizações, nacionais ou estrangeiras, públicas e privadas que desenvolvam projetos ou programas na Reserva Extrativista Marinha de Soure, deverão ter o acordo das Associações dos locais, onde os projetos estão sendo desenvolvidos e a posterior aprovação do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único: O cumprimento real e efetivo de todas as decisões do Conselho Deliberativo da RESEX serão monitoradas e fiscalizadas pela Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

TÍTULO IV

Disposições Finais

Artigo 10 – Os membros do Conselho Deliberativo, não serão remunerados pela função desempenhada junto ao Conselho Deliberativo da RESEX.

Artigo 11 – Os custos com as reuniões ordinárias e extraordinárias serão custeados pelo CNPT/IBAMA.

Artigo 12 – Depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo, o presente regimento será encaminhado ao CNPT/IBAMA para adequação jurídica e posterior publicação.

Artigo 13 – Os atos significativos do Conselho Deliberativo serão registrados em livro próprio.

Artigo 14 – O Conselho Deliberativo, ao fim de cada ano, prestará conta das suas atividades a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure ASSUREMAS.

Artigo 15 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

ANEXO 5 – PORTARIA DE CRIAÇÃO DA RESEX

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 76, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA n.º 230, de 14 de maio de 2002; Considerando a necessidade de adequar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Soure, de modo a contemplar as instituições envolvidas/interessadas na Unidade, resolve:

Art.1º - Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Soure, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art.2º - O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Soure é composto pelos representantes das seguintes Instituições:

- I- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- II- Associação dos usuários da Reserva Marinha de Soure/Marajó - ASSUREMAS;
- III- Universidade Federal do Pará - UFPA;
- IV- Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM;
- V- Movimento dos Pescadores do Estado do Pará - MOPEPA;
- VI- Pastoral da Cidadania;
- VII- Colônia de Pescadores Z-01;
- VIII- Associação das Mulheres de Soure - ASMUPESQ;
- IX- Câmara Municipal de Soure;
- X- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soure - STR/Soure;
- XI- Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
- XII- Associação da Comunidade Pesquisa do Caju/Una;
- XIII- Associação de Moradores do Céu/AMPOC;
- XIV- Associação dos caranguejeiros de Soure;
- XV- Associação da Comunidade Pesqueira da Vila do Pesqueiro;
- XVI- Câmara Municipal de Soure;
- XVII- Sociedade Alternativa de Soure;
- XVIII- Associação das Mulheres do Pesqueiro;
- XIX- Prefeitura Municipal de Soure;
- XX- SOS Marajó.

Parágrafo único - O representante do IBAMA presidirá o Conselho Deliberativo.

Art.3º - O Conselho Deliberativo deverá elaborar, aprovar e publicar o seu regimento interno no prazo de, no máximo, noventa dias, a partir da data da publicação dessa Portaria no Diário Oficial da União.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

ANEXO 6 – ATA DE POSSE DO CONSELHO DELIBERATIVO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Gerência Executiva I do IBAMA no Estado do Pará



ATA DE POSSE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE – PARÁ

Ata da assembléia de posse do conselho deliberativo da reserva extrativista marinha de Soure, aos 10 dias de fevereiro de 2004, no auditório da Câmara Municipal de Soure, Pará. Com a presença de representante das entidades conselheiras, da sociedade civil de Soure, de gerência do Ibama Pará, CNPT/DF/PA, MMA(FMNA) e da coordenadoria agroextrativista da secretaria da Amazônia e deputado estadual, que assinaram a lista de frequência anexa.

A abertura da posse deste conselho foi presidida pela Dr. Maria do Carmo Oliveira Brígido, Coordenadora da Divisão Multifuncional de Proteção Ambiental - DMPA/PA, ora representando o Sr. Gerente do IBAMA/GEREX-I/Belém/Pará, Dr. Marcílio de Abreu Monteiro, nesta solenidade, da qual falou da importância do deste ato de posse, e em seguida fez a chamada para a composição da mesa das seguintes autoridades:

Sr. Waldemar Londres Vergara Filho – Coordenador do CNPT/Belém/Pará;

Sr. Atanagildo de Deus Matos – Chefe Nacional do CNPT/DF;

Sr. Marco Antonio Cunha Solimões – Chefe do Escritório Regional do IBAMA/ Soure

Sr. Airton Faleiro – Deputado Estadual do PT/ Pará;

Dr.^a Raimunda Monteiro – Diretora do FMNA/DF;

Dr.^a Ana Lange – Coordenadora do Setor de Agroextrativismo da Secretaria de Cordenação Amazônia do MMA/DF;

Sr. João Carmelino Ramos Ramires– Vereador do Pcdob/Soure;

Sr. João Luiz Oliveira Souza Melo – Vereador do PT/Soure;

Dr. Eliezér Monteiro Lopes – Promotor de Justiça do Fórum de Soure;

Foi convidado pela Dr.^a Maria do Carmo Oliveira Brígido, para fazer uso da palavra o Sr. Waldemar Londres Vergara Filho, que cumprimentado a mesa e a todos os participantes da cerimônia, esplanou a respeito do histórico de criação da reserva extrativista marinha de Soure, como também dos instrumentos de implementação da Gestão desta unidade extrativista, tais como, associação dos usuário, já criada, fase de finalização dos cadastramento dos usuários, plano de uso e a criação oficial do conselho deliberativo,

aprovação do regimento interno em Ata, e da criação desta, finalizando sua fala enfatizou e valorizou as participações dos companheiros do IBAMA que participaram do histórico de criação desta reserva, tais como a Sr.^a Carmem Dolores, In Memoriam, Sr. Antônio Melo, Sr.^a Juscinéia e Sr. Otávio Albuquerque, fazendo um agradecimento especial aos caranguejeiros de Soure, esta categoria que desencadeou todo processo de criação, hoje contemplando todas as categorias de pesca artesanal, falou também sobre o regimento interno deste conselho, aprovado na íntegra, segundo a ata da Assembléia de Criação deste e da sua importância como instrumento de gestão do referido conselho, este, endossado por todas as entidades e conselheiros presentes neste ato de posse. Em seguida fez uso o Exc. Sr. Promotor de Justiça do Fórum de Soure, Dr. Eliezér Monteiro Lopes, que esplanou sobre a importância do Ministério Público, na proteção ambiental e a participação da sociedade civil no processo de preservação do meio ambiente, ressaltando a necessidade do fortalecimento das relações entre os gestores

municipais e federais no exercício da aplicação da política nacional do Meio Ambiente. Em seguida, o Sr. Atanagildo de Deus Matos do CNPT/DF, esplanou a respeito da importância da conquista de uma reserva extrativista, na luta das populações tradicionais, ressaltando a concessão do direito real de uso, e também o fortalecimento das associações comunitárias, na busca da melhoria da qualidade de vida, na reserva, conjuntamente aos órgãos de apoio governamentais e não governamentais, finalizando sua fala, ressaltou a importância da Prefeitura Municipal de Soure e a Câmara de Vereadores, como parceiros primordiais, para que possa avançar e solidificar o Conselho Deliberativo desta reserva. Dando continuidade, fez uso da palavra a Sr.^a Raimunda Monteiro, Diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente, falando da importância deste, no apoio de ações ligadas às reservas extrativistas, gestão ambiental e conservação dos recursos naturais e da aprovação do projeto de consolidação da gestão desta unidade extrativista, através da associação dos usuários e Conselho Nacional de Seringueiros, através de projeto aprovado pelo edital do FNMA. Logo Após esta explanação, a Sr.^a Ana Lange da Coordenadoria de Agroextrativismo do MMA, parabenizou a todos, expressou a felicidade de estar presente nesta posse e falou da importância do setor que ela coordena, do desenvolvimento de ações e apoio a projetos ligados a organização, gestão e agregação de valores aos produtos extrativistas na Amazônia, ressaltando a participação feminina na reserva e na composição deste conselho, enfatizando a atuação da família no processo de consolidação da reserva. Dando continuidade a plenária fez uso da palavra o Sr. Marco Antonio Cunha Solimões, Chefe do Escritório Regional do IBAMA Soure, que esplanou sobre a grande importância da criação da reserva extrativista de Soure e participação da comunidade no auxílio às atividades de fiscalização, lembrou das dificuldades e exclusão histórica, sofridas pelos marajoaras, agradecendo a participação efetiva da comunidade no processo de criação da reserva extrativista marinha de Soure, parabenizando-os pelas conquistas alcançadas, colocando a disposição de todos, o escritório regional do IBAMA Soure, e sua pessoa em particular para contribuir no que se fizer necessário. O Deputado Airton Faleiro, cumprimentando a todos, fez uso da palavra, esplanando sobre o papel do parlamentar no processo de criação de reservas extrativistas, tendo o mesmo declarado ao público presente o seu apoio incondicional concluindo assim a sua fala. Em seguida o vereador João Carmelino Ramos Ramires, que saudando a todos, enfatizou a participação da senhora Carmem Dolores, In Memoriam, na criação desta reserva, salientando também as dificuldades enfrentadas pelos extrativistas no processo de criação da reserva, ressaltando que ações que envolvam a sociedade são importantes para que não faltem alimentos e matéria prima, nas áreas de reserva extrativista, destacando, ainda, a importância histórica do Marajó para o restante do estado do Pará. Na sequência o Vereador João Luiz Oliveira de Souza Melo, após cumprimentar as autoridades e a todos os presentes, lembrou da responsabilidade de todos, pela manutenção da reserva e que ainda há muito trabalho a ser feito e outras dificuldades à superar, e que devemos utilizar racionalmente a reserva extrativista para que não nos falte oportunidades para utilização futura.

Foi facultada a palavra aos presentes, aonde foram convidados, o Sr. Odalvo Castro dos Santos, Gerente do Banco do Brasil, Agência Soure, o Sr. Antonio Rodrigues Figueiredo Leal, Presidente da Associação dos Caranguejeiros de Soure, a Dr.^a Eva Maria Daher Abufaiad, Médica Veterinária e empresária voltada para o Ecoturismo, e o Sr. Valdemir da Gama Medeiros, presidente da Resex Soure, tendo estes apresentado seu apoio e colocando-se a disposição para colaborar no que se fizer necessário.

Dando prosseguimento a cerimônia a Dr.^a Maria do Carmo Oliveira Brígido, convidou as entidades conselheiras, através de seus conselheiros, titulares e suplentes, para serem empossados, como também apresentou aos membros deste conselho a nomeação do seu presidente, representante do IBAMA o Sr. Waldemar Londres Vergara Filho, coordenador

do CNPT/IBAMA/Belém/Pará, e do seu vice-presidente, o Sr. José Ronaldo Guedes dos Santos, representante da Associação dos Usuários desta reserva extrativista. Após a posse, foi dado por encerrado este ato. O senhor Henrique Rodrigues Nunes Filho, Técnico Administrativo do Escritório Regional do IBAMA Soure, na função de secretário desta cerimônia de posse, aonde subscrevo.

Henrique Rodrigues Nunes Filho n.º Mat: 0687006
Técnico Administrativo IBAMA - Soure

ANEXO 7 – ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Gerência Executiva I do IBAMA no Estado do Pará



SOURE, PARÁ 28 de Agosto de 2004

CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Soure

A reunião foi iniciada às 15:30 horas, do dia 28 de Agosto do ano de 2004, no Salão Paroquial, da paróquia Menino Deus, no município de Soure, sendo presidida pelo biólogo Waldemar Londres Vergara Filho, presidente deste conselho, que abriu as discussões sobre a situação atual da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Soure. Relembrando a última sessão da posse do conselho no dia 10/02/2004, também se referiu as interrelações entre as entidades conselheiras e não conselheiras da Resex Marinha Soure. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Valdemil da Gama Medeiros, Coordenador regional do CNS Soure, que apresentou, prestação de contas referente a recursos recebidos pelas ASSUREMAS entre o ano de 2002 até 28/08/2004, apresentando a utilização de cada recurso, somando no período citado um total de R\$ 123.014,00 (cento e vinte e três mil e quatorze reais), apresentando ao final algumas notas fiscais referentes a materiais e equipamentos adquiridos para as ASSUREMAS. Foi sugerido pelo Sr. Miguel Vambé, do CNPT Brasília, que sejam repassadas cópias das notas e da prestação de contas para cada presidente de cada associação beneficiada, para que sejam apresentadas a cada uma destas associações, e que seja feito um demonstrativo apresentando quanto cada parceiro ofereceu em recursos às ASSUREMAS. O Sr. Vergara, sugeriu que o Sr. Valdemil, apresente esta prestação de contas em todas as comunidades componetes da resex marinha de Soure.

O Sr. Vergara abriu a palavra aos componetes do conselho deliberativo, esplanando, anteriormente, a respeito da necessidade da demarcação física da Resex Marinha de Soure, entregando aos conselheiros cópias do plano de utilização da Resex Marinha de Soure.

O Sr. Teófilo da Silva Neves, da Associação da Comunidade Pesqueira do Céu, fazendo uso da palavra, solicitou informações a respeito do projeto da ponte do rio Tupy, pedindo auxílio para construção do Posto de Saúde e levantando o problema da falta de abastecimento de água na comunidade do Céu. O Sr. Valdemil apresentou a informação de que as comunidades da Resex já são consideradas assentamentos do INCRA, e que há recursos para financiar casas e fomentos. O Sr. Vergara propôs que todos os recursos dispensados pelo governo, para os assentamentos da reserva, devem ser fiscalizados, até sua utilização pelos membros do conselho, independente das comunidades beneficiadas. Os conselheiros, presentes, concordaram unânimes com a proposta e se comprometeram a participar da fiscalização.

O Sr. Rodrigo Figueiredo Leal, Associação dos Caranguejeiros de Soure, apresentou o testemunho de que está iniciando o período de desova, em grande quantidade,

de camaleões e tartarugas nas áreas da Resex Marinha de Soure, no entanto está havendo também uma elevada ação predatória do homem nestas áreas, também reforçou a problemática da falta de água potável nas comunidades do Cajú-Una e Céu. O Sr. Vergara sugeriu a elaboração de um orçamento para dar início a solicitação de recursos para a resolução destes problemas.

A Sr.^a Elka Lucielene, da Ass. Com. Pesqueira da Vila do Pesqueiro, informou que caixa d'água do Pesqueiro não é suficiente para abastecer a comunidade nos períodos de veraneio. O Sr. Valdemil apresentou a possibilidade de conseguir recursos junto as ONG's ou até mesmo com o BNDS para resolver o problema da falta de água potável nestas comunidades.

A Sr.^a Rosileia Felipe Brito, da Sociedade Alternativa de Soure, interrogou, de que maneira as ONG's podem auxiliar na resolução dos problemas das comunidades e se é possível patrocinar atividades esportivas e culturais.

O Sr. Vergara informou que existe a possibilidade de um convênio do CNPT com a AABB, para utilização do espaço físico da AABB-Soure, para uso da comunidade no desenvolvimento de atividades esportivas.

O Sr. Valdemil da Gama Medeiros explicou que existe sim, a possibilidade de patrocínio para este tipo de projeto desde que existam associações específicas, e que os recursos poderão ser conseguidos, principalmente, através do CNS, lembrou ainda de outras problemáticas da Resex Mar. De Soure, como é o caso dos tiradores de mel que derrubam árvores centenárias do mangue para a retirada de mel de forma inadequada, e sugeriu que se realizem convênios para a capacitação das comunidades da Resex Marinha de Soure, para trabalhos na área de Apicultura.

A Sr.^a Adriana do projeto Novos Curupiras, questionou a existência de associações e comunidades que ainda não foram contempladas com projetos. O Sr. Vergara respondeu que existem associações que não tem participação efetiva e que há comunidades que sequer possuem associações que as represente.

A Sr.^a Fátima Kury, também do Projeto Novos Curupiras, questionou a respeito da possibilidade da ASSUREMAS, patrocinar a legalização de novas associações. O Sr. Valdemil respondeu que isso já aconteceu com onze associações e que até hoje elas são atuantes.

O Sr. Miguel Vambé do CNPT Brasília, sugeriu um projeto de inclusão digital para comunidades componentes da Reserva Extrativista Marinha de Soure, se comprometendo a articular com o CNPT Brasília e através do Programa Nacional de Inclusão Digital, afim de obter informações para o projeto.

A Sr.^a Elka Lucielene, lembrou que esta poderia ser a solução para retirar adolescentes das ruas. A Sr.^a Rosileia Felipe Brito, lembrou que a Sociedade Alternativa de Soure já tem um projeto desta área e que existe a necessidade de espaço físico para a implementação deste projeto.

O Sr. Miguel Ferreira, do MOPEPA, parabenizando a atuação do Sr. Valdemil, reiterou a parceria do terminal pesqueiro do MOPEPA com a Reserva Extrativista Marinha de Soure, colocando a disposição esta entidade, para auxiliar nos trabalhos desta RESEX, lembrando que a fundação Banco do Brasil repassou ao MPA vários computadores, e que acredita ser possível conseguir outros mais para as comunidades componentes da RESEX Marinha de Soure. Informou ainda que acontecerão cursos de informática, promovidos pelo MOPEPA, para filhos de pescadores da região, e que deverão iniciar no próximo mês de Outubro.

O Sr. Marco Antonio Solimões, chefe do escritório regional do IBAMA de Soure, prestou esclarecimentos sobre os trabalhos do IBAMA na região de abrangência do escritório regional de Soure, lembrando que a regional abrange os municípios de Soure,

Salvaterra, Cachoeira do Ararí, Santa Cruz do Ararí, Muaná, Ponta de Pedras e Chaves. O Sr. Marco Antonio, ainda reforçou a disponibilidade de sua equipe, para atividades de fiscalização nas áreas da RESEX Marinha de Soure, aproveitando a oportunidade para sugerir convênios com o MMA, afim de capacitar os membro das associações das comunidades componentes da RESEX Marinha de Soure, para que sirva como auxílio nos trabalhos de fiscalização nas áreas da RESEX Marinha de Soure.

O Sr. Rodrigo Leal, sugeriu a realização de um abaixo assinado para solicitar providências no sentido de equipar a região do pacoval e machado com suporte para fiscalização.

O Sr. Waldemar Londres Vergara Filho, presidente deste conselho, encerrou a reunião ordinária, agradecendo o comparecimento das entidades conselheiras.

O senhor Marco Antonio Cunha Solimões, Chefe do Escritório Regional do IBAMA Soure, na função de secretário desta reunião ordinária, aonde subscrevo.

Marco Antonio Cunha Solimões n.º Mat: 1436303
Chefe do Escritório Regional do IBAMA - Soure

ANEXO 8 – ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Gerência Executiva I do IBAMA no Estado do Pará
Soure, Pará 18 de Dezembro de 2004



CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE
SOURÉ

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Soure

A reunião foi iniciada às 15:40 horas, do dia 18 de Dezembro do ano de 2004, em sala do anexo educacional, da paróquia Menino Deus, no município de Soure, sendo presidida pelo biólogo Waldemar Londres Vergara Filho, presidente deste conselho, que abriu a reunião justificando que em virtude do período eleitoral, não houveram reuniões durante às campanhas político partidárias, lembrou aos conselheiros a importância da Reserva Extrativista Marinha de Soure e de todo o processo que levou a sua criação. Informou a aos conselheiros a respeito de projetos ambientais desenvolvidos pela ONG S.O.S. Marajó, que trata da proteção ao Peixe-Boi, e sugeriu que seja feita uma interlocução entre a Reserva Extrativista Marinha de Soure, o IBAMA, o CNS para encaminhas ao MMA proposta de apoio a este projeto. Lamentou a ausência de representantes da Colônia de Pescadores Z-01. Falou sobre às linhas de crédito oferecidas pelo governo federal e que estão disponíveis para às comunidades componentes da Reserva Extrativista Marinha de Soure, através do INCRA, que serão aplicadas para financiar fomento e habitação sob a forma de PRONAF, mais esclareceu que às comunidades ou indivíduos da comunidade que agridem o meio ambiente ou infringem às leis ambientais, não terão apoio para o recebimento destas linhas de créditos. Também informou aos conselheiros que o Ministério da Marinha deverá encaminhar solicitação para ter um representante da Marinha do Brasil como conselheiro neste conselho, o que deverá, como consequência, abrir vaga para mais uma entidade neste conselho, totalizando 21 entidades no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

O Sr. Teófilo da Silva Neves, representante da Associação da Comunidade Pesqueira do Céu, informou o recebimento do material para auxiliar na reforma do posto de saúde, e que não teria chegado o tipo de material que foi solicitado. O Sr. Vergara perguntou se foi feito algum investimento pelo CNS, para cursos na comunidade do Céu. O Sr. Nelson Pereira da Conceição, também da associação da Comunidade Pesqueira do Céu, informou que foram ministrados cursos sobre medicamentos fitoterápicos e cursos de artesanato.

A Sr.^a Leila Solange Barbosa Ramires, do S.O.S. Marajó, informou da necessidade de apoio ao projeto em favor da proteção ao Peixe-Boi, e da necessidade de parcerias com o IBAMA e outros órgãos do poder público.

Neste momento o Sr. Vergara anunciou a presença da Sr.^a Liberalina do CNPT.

Sr. Carlos Eduardo da Silva Barbosa, da Prefeitura Municipal de Soure, expressou sua satisfação em estar presente nesta reunião, declarando a esperança que tem no sucesso das ações, entre a Administração Municipal e a Reserva Extrativista Marinha de Soure, para o próximo ano. Também relatou a impossibilidade de permanecer até o final desta reunião, por estar com outros compromissos agendados.

O Sr. Vergara destacou a importância do trabalho em equipe agradecendo a presença da Sr.^a Liberalina do CNPT nesta reunião.

A Sr.^a Liberalina se emocionou ao descrever a satisfação em participar deste trabalho de auxílio às comunidades pesqueiras mais carentes, reforçando o fato estas comunidades fazem lembrar suas origens.

O Sr. Valdemil da Gama Medeiros, do CNS, apresentou novamente às ações já realizadas pela Reserva Extrativista Marinha de Soure, nos períodos de 2002 a 2004, lembrando aos conselheiros que estes investimentos são aprovados por auditores Federais de Brasília, aproveitando a oportunidade apresentou o Jornal do Projeto Puxirum.

O Sr. Vergara Perguntou se havia algum investimento pendente. O Sr. Valdemil informou que até 2005 todos os investimentos devem ser aplicados. O Sr. Valdemil lembrou de algumas situações polêmicas que causaram conflitos nas áreas da Reserva Extrativista Marinha de Soure, como a construção de cercas e às degradações ambientais nas áreas de Reserva. Declarou seu ressentimento pela falta de apoio do poder público na tentativa de solucionar estes problemas. Citou encontros e eventos dos quais participou em nome da Reserva e agradeceu a participação dos componentes da ASSUREMAS. Manifestou satisfação pelas ações do Sr. Vergara no auxílio das conquistas das comunidades da Reserva e finalizou declarando que não aceita o apoio de políticos mais sim de associações e de entidades realmente comprometidas com às ações sociais.

A Sr.^a Marivalda Cardoso Leal, da Associação dos Caranguejeiros de Soure, informou que a diretoria desta associação estará mudando no próximo ano e declarou seu descontentamento com a falta de investimentos, por parte da Reserva Extrativista Marinha de Soure, nesta Associação. O Sr. Valdemil esclareceu que um dos recursos que estava disponível, no valor de R\$ 9.000,00, para esta associação, não foi utilizado, pois a associação não soube viabilizar sua utilização, esperando que a diretoria da Reserva providenciasse tudo, e justificou que a diretoria da Reserva não poderia se responsabilizar pela utilização e prestação de contas de um recurso que estava disponível para uma Associação específica, sendo assim os recursos não utilizados foram devolvidos.

O Sr. Vergara informou que as linhas de crédito disponíveis para as comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Soure, precisam do aval do CNPT para serem liberadas. Declarou o apoio a associação de caranguejeiros, mas lembrou que os recursos devem solicitados com base na demanda da comunidade, lembrou também que, se estas solicitações forem feitas diretamente para Brasília, não será possível dar o aval do CNPT, pois deveria passar primeiro pelo CNPT para ser posteriormente encaminhado para Brasília. Lembrou que os caranguejeiros tiveram papel fundamental na criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure, juntamente com pescadores e camaroeiros. Lamentou a ausência da Pastoral da Cidadania na última reunião do Conselho.

O Sr. José Ronaldo Guedes dos Santos, representante da ASSUREMAS e vice-presidente deste conselho, cumprimentando os conselheiros, demonstrou satisfação em ser parte componente da Reserva, e de poder retribuir a sua comunidade através de ações conjuntas como é o caso dos créditos do PRONAF, que foi oferecido as comunidades componentes da Reserva Extrativista Marinha de Soure, trazendo soluções para alguns dos diversos problemas desta comunidade. Demonstrando o entendimento de que não é possível resolver todos os problemas de uma única vez, mas que, aos poucos, se todos buscarmos juntos soluções para as dificuldades de nossa comunidade com muita luta e trabalho, mesmo com as divergências alcançaremos nossos objetivos e o progresso desejados.

A Sr.^a Juliana Pereira, manifestou o interesse em substituir o Sr. Mauro Sérgio Jesus Silva, como representante da Pastoral da Cidadania, esclarecendo que o Sr. Mauro Sérgio não poderá mais participar deste conselho por motivos particulares.

O Sr. Vergara Informou da necessidade de que a Pastoral da Cidadania encaminhe um ofício ao conselho solicitando a substituição do Sr. Mauro Sérgio pela Sr.^a Juliana Pereira.

A Sr.^a Maria Lina Amador Figueiredo, da Associação das Mulheres de Soure, emocionada, apresentou-se aos conselheiros e informou que é objetivo desta associação criar o Comitê das Mulheres de Soure, lembrando que a associação já conseguiu, através do auxílio de outras entidades, iluminação para sua sede e pediu o apoio de todos que queiram somar com a associação, e não os queiram se aproveitar indevidamente dela e concluiu agradecendo a atenção de todos.

A Sr.^a Maria Luizete Sampaio Sobral Carliz, Coordenadora do Campus da UFPA em Soure, expressou sua alegria em poder atuar na comunidade, lembrando que passou grande parte de sua infância em Soure, e que, após uma longa ausência, que culminou com um Mestrado na França, retornou a este município aonde foi convidada à coordenar o Campus da UFPA de Soure, convite que foi aceito mediante a constatação de que havia apoio da comunidade, mesmo tendo ciência de que poderia não agradar a todos. Aproveitando a oportunidade a Sr.^a Luizete colocou a disposição, para utilização da comunidade, a estrutura e os equipamentos do Campus da UFPA em Soure, informando que foram solicitado 100 novos Títulos para o acervo da Biblioteca do Campus e que, através da aplicação do PROINT, serão feitas melhorias estruturais as quais o Campus já está recebendo, falou ainda sobre o projeto de alfabetização de adultos e o trabalho com as crianças da comunidade além do trabalho com plantas medicinais. Finalizou falando dos projetos para parcerias futuras expressando sua satisfação pela oportunidade de estar participando desta reunião.

O Sr. Vergara sugeriu a utilização do espaço do Campus da UFPA em Soure para a realização de reuniões das entidade componentes deste Conselho.

A Sr.^a Luizete reforçou, que sempre que se fizer necessário, será possível utilizar a estrutura e os equipamentos do Campus, mediante solicitação prévia.

O Sr. Cecin, representante do Banco do Brasil, cumprimentando os conselheiros, prestou esclarecimentos a respeito do AABB-Comunidade e disponibilizou a estrutura do Clube para trabalhos sociais voltados as crianças da comunidade. Falou sobre alguns programas de financiamento e tratou com a Sr. Luizete sobre a cooperação com o trabalho com as crianças da comunidade e se referiu ao BB-Educar como um auxílio no trabalho de alfabetização de adultos e idosos.

A Sr.^a Luizete convidou a todos os presentes para participar no próximo dia 22 de dezembro deste ano, as 08:00h da manhã, da festa de confraternização entre o Campus da UFPA em Soure e a comunidade local.

O Sr. Cecin finalizou, informando sobre projetos intinerantes que podem ser aplicados a comunidade, como um caminhão que leva orientação a respeito da alimentação alternativa, e lembrou que seria possível contemplar a comunidade com uma biblioteca intinerante, manifestando o desejo de que em 2005 possa disponibilizar a estrutura física da AABB, inteiramente as necessidades da comunidade.

A Sr.^a Leila Solange Barbosa Ramires, da ONG S.O.S. Marajó, lembrou aos presentes dos cursos de capacitação e que, através do IBAMA, foram capacitados Agentes Ambientais Voluntários nas comunidades deste município, lembrou ainda que desde o início da criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure até os dias atuais, esta ONG se preocupa com as questões ambientais do Município. Pediu aos presentes que ajudem a encontrar soluções para, pelo menos, amenizar os problemas de degradação ambiental neste município, através de trabalhos de educação ambiental, se colocando a disposição ao que se fizer necessário.

O Sr. Cecin disponibilizou o espaço da AABB para trabalhar estas atividades educativas da ONG S.O. S. Marajó.

A Sr.^a Leila lembrou das agressões as Tartarugas a aos Peixes-Boi.

A Sr.^a Elka Lucielene Sales da Silva, da Associação Comunitária Pesqueira da Vila do Pesqueiro, informou dos problemas de cercas na comunidade do pesqueiro e pediu o auxílio deste conselho e do IBAMA para solucionar estes e outros problemas desta comunidade.

A Sr.^a Maria Olívia Costa e A Sr.^a Luci Barbosa Lima, da Associação das Mulheres do Pesqueiro, informaram que existe um membro da comunidade que cria um rebanho de

gado, e ainda que apesar de ter uma grande área cercada em sua propriedade, deixa estes animais soltos na comunidade, o que provoca várias situações conflitantes, e pediram providências ao conselho.

A Sr.^a Elka informou ainda, que pessoas de outros Municípios fazem casas, apenas para veraneio, em áreas da comunidade do Pesqueiro, ocupando espaço que pessoas da própria comunidade poderiam utilizar para construir suas casas. Informou ainda, que o lixo das barracas da praia do Pesqueiro, que é coletado pela prefeitura, é despejado nas áreas próximas a comunidade, e que por influência do vento e das marés, acaba espalhado na comunidade do Pesqueiro.

O Sr. Vergara Lembrou que, quem não estiver cadastrado na reserva, não poderá usufruir do direito de uso dos recursos deste Reserva sem a devida autorização da comunidade.

A Sr.^a Liberalina do CNPT, orientou de que maneira deverá ser feito o combate à este tipo de prática, devendo a comunidade encaminhar aos órgão competentes, como é o caso do IBAMA ou Ministério Público, um documento assinado por membros da comunidade solicitando medidas que solucionem estes problemas.

O Sr. Marco Antonio Cunha Solimões, representando o IBAMA, esclareceu que as questões de distribuição de terra, são de responsabilidade do G.R.P.U., e que, até que seja repassado o direito real de uso para a Reserva Extrativista Marinha de Soure, não será possível fazer grandes progressos em relação a problemas de cercas e casas nas áreas das comunidades. Aproveitou a oportunidade para informar que mesmo que o G.R.P.U. conceda o uso de áreas de marinha para qualquer cidadão, isto não dá o direito a que estes cometam crimes ambientais, como a agressão ou degradação de áreas de preservação permanente, como as áreas de Mangue. Finalizando, esclareceu que as denúncias devem ser feitas por escrito e encaminhadas ao Escritório Regional do IBAMA em Soure, independente da presença ou ausência dele no escritório no momento da denúncia, pediu maior empenho da comunidade na repressão aos atos de agressão ao meio ambiente, colocando o Escritório Regional do IBAMA, em Soure, a serviço das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Soure, passando a palavra ao Sr. Vergara para que fosse encerrada esta reunião.

Antes da finalização da reunião pelo Sr. Vergara, alguns dos presentes aproveitaram para trocar votos de Boas Festas e desejos de Prospero ano Novo.

Finalmente o Sr. Vergara encerrou a reunião, lembrando a importância das comunidades componentes da Reserva Extrativista Marinha de Soure, na construção de um Futuro Digno para Todos.